

PS – a diferença entre o discurso e a prática

O PS não gostava como não gosta do distrito de Setúbal. A prova desta afirmação é a forma como ontem e hoje exploraram e exploram os sentimentos mais nobres das populações por razões eleitorais.



■ Jorge Pires

Pág. 18

A intervenção cívica como exercício da democracia

Um dos traços assinalados com frequência na situação política e socioeconómica portuguesa é a progressiva degradação da vida democrática. Esse traço não resulta de nenhum acaso. (...) Ele é muito mais a consequência de uma política global de reconstituição de um poder económico que subordina o poder político e que vem instalando na sociedade padrões de feroz competição individual.

■ João Amaral

Pág. 19

PCP alerta opinião pública Mais aumentos nos telefones não!

Com uma acção pública em Lisboa, o PCP inicia hoje a distribuição de um folheto denunciando a preparação, para depois das eleições autárquicas, de novos e acentuados aumentos das tarifas dos telefones.

Pág. 23



Jardim público e Jardim patrão

Os eleitos das listas unitárias querem que sejam concretizadas urgentemente as decisões de luta dos trabalhadores do BCP/Atlântico contra a ofensiva que Jardim Gonçalves está a acelerar.

Centrais



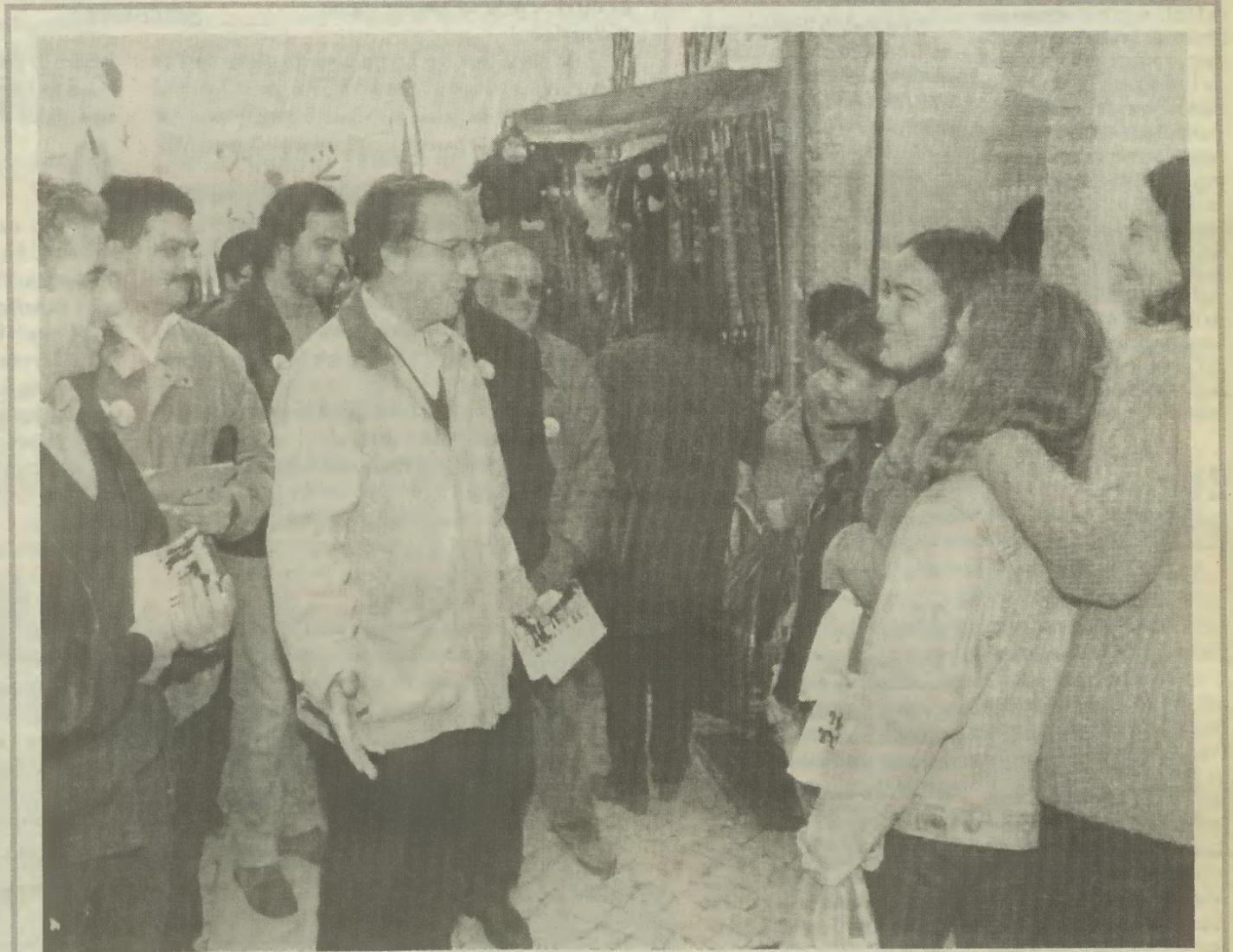
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Novembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1252 • Director: Carlos Brito

TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GREVE NACIONAL

Lutas em todo o País – Os trabalhadores da Administração Pública estão em greve amanhã. Por todo o País intensifica-se a luta social. Mineiros, metalúrgicos, enfermeiros, professores exigem urgente resolução de graves problemas. A luta pelas 40 horas continua a mobilizar milhares de trabalhadores dos têxteis e de outros sectores e leva a União dos Sindicatos de Lisboa a promover hoje uma concentração no Saldanha.

Págs. 5 e 6



Carlos Carvalho nas Beiras As propostas da CDU para servir o povo

Págs. 8 e 9

EDITORIAL

A remodelação e a luta popular

A remodelação do Governo, a que o primeiro-ministro se viu forçado pela surpreendente demissão do ministro António Vitorino, veio confirmar ou revelar alguns dos focos de mal-estar, de dificuldades e de choque de interesses que têm minado o funcionamento do executivo em áreas fundamentais do interesse nacional.

Sabe-se agora quanto eram falaciosas as proclamações propagandísticas acerca da coesão do Governo e os repetidos desmentidos sobre a existência de tensões entre o primeiro-ministro e alguns ministros e as verdadeiras guerras intestinas entre ministros e entre estes e secretários de Estado.

Persistem, no entanto, muitas zonas de mistério: quer em relação a todas as razões de ditaram a decisão irrevogável do ex-ministro da Defesa; quer em relação às causas profundas de algumas interministeriais; quer no que respeita à pressa com que Guterres procedeu à remodelação e também às escolhas que vigoraram e que sectarizam, de forma tão evidente, o elenco governamental.

O Eng. António Guterres optou, aparentemente, por formar à sua volta um quadrado com os mais incondicionais: para enfrentar que tempestades?

É natural que as declarações dos governantes «despedidos», os desenvolvimentos de importantes processos em curso, como por exemplo o da Torralta, e até novos esclarecimentos sobre o «caso Saleiro» venham a produzir alguma luz sobre estas zonas sombrias.

A única coisa absolutamente segura na presente remodelação do Governo é a de que ela não indicia qualquer vontade de mudar de política, muito pelo contrário, há razões para reeclar que se acentue a política de direita, pelo menos em alguns ministérios.

É tão óbvio para o primeiro-ministro que se trata da mesma política e afinal do mesmo Governo que se dispensou de fazer qualquer declaração na tomada de posse resultante da remodelação. É esse também o entendimento da generalidade dos comentadores.

V. Cunha Rego, da área PS, observou com alguma ironia: «a linha política do centrismo de ferro vai continuar».

Vitor Dias, da Comissão Política do PCP, salientou, relacionando causas e perspectivas: «A necessidade da remodelação confirma as dificuldades do Governo e não lhe trará qualquer novo fôlego, uma vez que manifestamente não visa a mudança de política que efectivamente é necessária.»

A questão da política é a essencial, mas não se podem dispensar duas palavras sobre o elenco.

A primeira, em relação à atribuição da pasta da Administração Interna a Jorge Coelho. Este ministro que já tem a tutela da televisão e da rádio públicas e que tem sido o coordenador do aparelho do PS, passa a concentrar nas suas mãos a coordenação do aparelho de Estado e do processo eleitoral a nível estatal.

É inadmissível esta confusão que o PS estabelece entre partido e Estado, ainda mais nas vésperas das eleições para as autarquias locais, de nada valendo dizer-se agora que o ministro vai abandonar as funções de coordenador do PS.

A segunda palavra sobre o elenco refere-se à simbologia da repescagem, para número três do Governo, de Veiga Simão, uma figura que, independentemente das posições adoptadas depois do 25 de Abril, serviu nas mais altas funções

es o regime fascista, incluindo com responsabilidades na sua política repressiva, sem nunca ter entrado em ruptura com a ditadura. É uma imitação para pior do que já tinha feito Mário Soares.

A crise do Governo e a sua remodelação coincidem com a intensificação da luta popular que toma expressão num importante conjunto de greves, manifestações e outras acções.

Há que dizer que é uma boa ocasião para que os detentores das novas pastas atentem nas razões profundas do descontentamento popular e reapreciem, no sentido de lhes dar satisfação, as justas reivindicações dos trabalhadores em luta.

Amanhã, dia 28, é a greve nacional da Administração Pública que apresenta como reivindicações centrais: aumento de salários, com a exigência da equiparação do índice 100 ao salário mínimo nacional, pelo novo estatuto das carreiras com respeito pelo acordo de 1996, contra o emprego precário.

A greve dos enfermeiros foi um êxito com adesões da ordem dos 75 por cento. Decorre a greve da Somincor com alta participação. Os trabalhadores do Grupo Gás de Portugal voltam hoje à greve e prosseguem-na nos primeiros dias de Dezembro. Os trabalhadores da informática da Petrolgal convocaram uma greve para os dias 3 e 5 de Dezembro. Também está prevista para hoje, em Lisboa, uma concentração da CGTP no âmbito da quinzena de luta pelas 40 horas que compreende diversificadas acções por todo o país.

Ao mesmo tempo, reacende-se nas escolas a luta contra as propinas e preparam-se novas grandes acções de protesto. Os reformados manifestam em múltiplas acções o seu descontentamento com os exíguos aumentos.

A grande comunicação social, distraída com os episódios da remodelação governamental, pode não transmitir em toda a sua dimensão este

quadro de descontentamento e de luta. A verdade, porém, é que ao longo dos dois anos de Governo do PS não se tinha ainda observado um movimento de tais proporções.

Quem, como nós, luta frontal e decididamente contra a política de direita não pode deixar de se regozijar com a resistência crescente que ela suscita, nem pode deixar de incentivar a intensificação e a ampliação dessa resistência.

A constatação de que a política de direita seguida pelo Governo antes da remodelação vai prosseguir depois dela é um motivo mais para intensificar a luta e aprofundar as dificuldades que a crise governamental pôs a descoberto.

As eleições autárquicas do próximo dia 14 têm como objectivo muito específico escolher quem fica à frente dos municípios e das freguesias do país, mas podem e devem exprimir também o descontentamento acumulado e o protesto contra a política de direita como as lutas sociais estão a fazer.

A quase quinze dias das eleições e à entrada da campanha eleitoral, segundo as datas oficiais, impõe-se um esforço acrescido de contactos com as populações e de intenso esclarecimento para se conseguir um grande resultado para a CDU, compreendendo mais maiorias nas câmaras e freguesias, o aumento do número dos eleitos e o crescimento da votação global.

Esta será uma contribuição decisiva à luta contra a política de direita e por uma nova política no nosso país.



Carlos Carvalho em Coimbra

RESUMO

19
Quarta-feira

Centenas de estudantes manifestam-se, em Lisboa, contra o pagamento de propinas no Ensino Superior público ■ Pedro Sousa Macedo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, retira o seu pedido de demissão ■ Termina, em Madrid, a cimeira luso-espanhola que reuniu António Guterres e José Maria Aznar ■ O Governo moçambicano toma medidas de urgência para fazer face à epidemia de cólera que alastra no país ■ Na Rússia, depois da Duma pedir a demissão de Anatoli Chubais, Boris Ieltsin decide que este membro do governo não poderá acumular as funções de primeiro vice-primeiro-ministro e de ministro da Defesa.

20
Quinta-feira

António Vitorino, ministro da Defesa e da Presidência, demite-se na sequência de uma notícia sobre uma alegada fuga ao pagamento de impostos ■ Em Lisboa, os alunos da FCSH ocupam os serviços académicos da faculdade, protestando contra o pagamento de propinas ■ No Luxemburgo, sindicalistas de todos os países da União Europeia manifestam-se pela criação de medidas concretas contra o desemprego, ao mesmo tempo que os líderes dos Quinze se reúnem numa cimeira sobre o tema ■ Em Espanha, a ETA suspende as acções destinadas a obrigar as autoridades a reagrupar em prisões básticas os etarras detidos ■ Após a reunião do Conselho de Segurança da ONU em Genebra, o Iraque aceita a entrada no país dos membros norte-americanos da Unscorn.

21
Sexta-feira

Carlos Carvalho visita Condeixa e Figueira da Foz ■ Os enfermeiros entram em greve exigindo a criação de novas vagas, registando-se uma adesão de quase cem por cento ■ Cerca de 500 professores manifestam-se em Lisboa, exigindo a vinculação dos docentes contratados ■ O procurador da República pede 16 anos de prisão para o sargento Santos, acusado da morte de Carlos Rosa na GNR de Sacavém perpetrada no ano passado ■ O presidente indonésio Elias Suharto termina uma visita à África do Sul, ao mesmo tempo que ocorrem diversos protestos contra a ocupação de Timor-Leste e a violação dos direitos humanos por parte de Jacarta.

22
Sábado

O secretário-geral do PCP participa numa acção de rua na Baixa de Coimbra, na sessão de apresentação dos candidatos da CDU a Aveiro, num jantar no Furadouro e num comício em Espinho ■ António Saleiro, governador civil de Beja,

anuncia que se irá demitir «muito em breve» ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Paris contra a política de imigração do Governo de Lionel Jospin ■ Iniciam-se as eleições legislativas antecipadas na República Srpska.

23
Domingo

Carlos Carvalho desloca-se a Vouzela, Figueiredo de Alva, S. Pedro do Sul e Manteigas ■ Ocorre uma remodelação no Governo, sendo António Vitorino substituído por Veiga Simão, Augusto Mateus por Pina Moura, Maria João Rodrigues por Ferro Rodrigues e Alberto Costa por Jorge Coelho ■ Treze pessoas morrem e dez ficam feridas, na sequência dos combates entre o exército israelita e os grupos de resistência libanesa ■ Os EUA recusam a proposta iraquiana para a realização de discussões directas entre os dois países.

24
Segunda-feira

O Presidente da República envia ao Tribunal Constitucional a lei de abolição das portagens aprovada na Assembleia da República por todos os partidos da oposição ■ Ascendem a 90 mil, segundo revela o «Diário de Notícias», as candidaturas ao rendimento mínimo, originando um entupimento nos serviços, que não pagam, desde Julho, os subsídios aos novos candidatos ■ Tomam posse os novos ministros e secretários de Estado, na sequência da remodelação levada a cabo por Guterres. O Secretário de Estado José Lamego deixa também o executivo, uma demissão que afinal estava já prevista ■ Os Estados Unidos exigem «acesso total» dos inspectores da ONU a todos os lugares onde Bagdad armazena armamentos.

25
Terça-feira

Carlos Carvalho almoça com trabalhadores de Viana do Castelo e janta com candidatos e apoiantes da CDU do concelho ■ O Tribunal Constitucional chumba artigos da Lei das Regiões ■ A Ministra da Saúde manda finalmente fechar o Instituto Ricardo Jorge, na sequência da morte de uma funcionária que terá sido vítima de um misterioso produto conhecido por «pó amarelo» ■ Agricultores da CAP manifestam-se em Lisboa e envolvem-se em confrontos com a polícia ■ O líder parlamentar do PS manifesta a opinião de que António Saleiro deveria pedir, caso regressasse à AR, o levantamento de imunidade parlamentar ■ Tomam posse os novos ministros e secretários de Estado, na sequência da remodelação levada a cabo por Guterres. O Secretário de Estado José Lamego deixa também o executivo, uma demissão que afinal estava já prevista.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socimo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socimo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Dois assuntos

Primeiro assunto: em artigo no «Semanário», Barros Moura veio considerar que a pergunta do PCP para o «referendo europeu» é tendenciosa e que a pergunta do Governo é que seria a mais adequada e a melhor.

Outra coisa não seria de esperar de quem, quando em 1992 defendeu um referendo sobre Maastricht, em vez de afirmar que o objectivo do referendo seria o povo pronunciar-se acrescentando depois legitimamente que ele e os seus amigos fariam campanha pelo sim, fazia sempre questão de insistir que esse referendo era «a maneira de legitimar democraticamente e sem equívocos a melhor opção para Portugal, isto é, a União Europeia» (DN Magazine, 14/6/92). E que, por isso, na mesma época não se ralou nada com o facto de, antes da consagração desse referendo (que aliás veio então a ser recusada), PS e PSD se terem posto logo a adaptar a Constituição às imposições de Maastricht.

Outra coisa não seria de esperar de quem volta a escrever agora que a consulta de que se fala «continua a ser necessária para reforçar a legitimidade democrática das decisões oportunamente tomadas

pelos órgãos da democracia representativa» mas - atenção, muita atenção! - «sem no entanto reabrir a discussão (sobre) e sem pôr em causa cada uma (d)as decisões precedentemente tomadas nos termos constitucionalmente idóneos para vincular o Estado português».

É claro que só podemos ficar gratos por esta magnífica confissão de que, na óptica do Governo e do PS, o referendo sobre matéria europeia não é para permitir pôr eventualmente em causa seja o que for de verdadeiramente importante, é apenas para legitimar os rumos já decididos e para que alguns fiquem com a fama de ter feito um referendo sem que o povo português possa ficar com o proveito de soberanamente ter decidido sobre alguma coisa clara, decisiva e substancial para o seu futuro colectivo.

Para isto, tem Barros Moura toda a razão: não há melhor pergunta que a do Governo.

Segundo assunto: não há ponta de novidade no que vem a seguir mas se certos truques intoleráveis se mantêm apesar de todas as críticas já feitas, então não há

outro remédio senão... falar da última sondagem «Público/Universidade Católica» que, muito oportunamente, apresentou o PS na casa dos 47% de intenções de voto. E dela falarmos criticamente, sem ficarmos condicionados pelo facto de a CDU até sair dela em subida e com 9,6%.

É que o «Público» voltou a escamotear aos seus leitores a informação sobre quantos por cento disseram «não saber» ou «não responder» e a esconder os chamados «resultados brutos», isto é, as intenções de voto efectivamente expressas num universo em que também entram os «indecisos». E, por esta via, os únicos resultados que publicitou foram os que resultam da técnica de distribuição dos que «não sabem» ou «não respondem» na proporção das opções expressas, ou seja, pôs mais uma vez a falar quem não quis deliberadamente falar, e a escolher quem propositadamente não quis escolher. É isto que permite que o PS possa aparecer com 47% quando, de outra maneira, apareceria para aí com uns 33%, mas isso não causaria nenhum «frisson» nem dava jeito.

■ Vítor Dias

(In)dignidades

Se é certo que sem Deus o Diabo não faria sentido, fica doravante provado que a dignidade é filha natural da indignidade e que mãe e filha possuem uma capacidade de metamorfose que lhes permite passar a madrastra e enteada sempre que o desejem e isso lhes interesse.

Vem isto a propósito de três casos que têm sido notícia grande. Começemos por aquele que, até agora, teve maior repercussão e mais estrondosas consequências: «a alegada fuga ao pagamento de sisa» na compra de uma propriedade por parte de António Vitorino. Confrontado com a situação, Vitorino nem esperou que a notícia viesse a público e, apesar da ausência do Primeiro-Ministro, concretizou de imediato a sua demissão do Governo.

«Dignidade» foi, talvez, a palavra mais utilizada por dirigentes e comentadores políticos para qualificar a atitude de Vitorino. (A atitude demissionária, e só essa, entenda-se...)

Comentando a «atitude de grande dignidade» de Vitorino, o Primeiro-Ministro falou também de «nobreza de carácter» e Jorge Coelho enalteceu a «honradez» e o «patriotismo» «desse grande português».

Insisto: Guterres e Coelho referem-se apenas à atitude demissionária e não opinam sobre «a alegada fuga ao pagamento da sisa», nem esclarecem se - considerando eles a demissão de Vitorino um acto de grande dignidade - considerariam a eventual não demissão do mesmo Vitorino um acto de grande indignidade...

Passemos ao segundo caso: António Saleiro, que é objecto de uma investigação da PJ «a alguns aspectos da sua actividade, através de um pré-inquérito», demitiu-se na 2ª-feira do cargo de governador civil de Beja. A demissão de Saleiro há-de ser, também, um acto de dignidade... dignidade que, é certo, demorou muito mais tempo a revelar-se do que a de Vitorino, mas que tem para isso uma justificação de peso cuja é: Saleiro contou, desde o início, com a total solidariedade do Primeiro-Ministro. Ora, não passa pela cabeça de ninguém que Guterres se solidarizasse com uma indignidade, pelo que é mister concluir que a postura de Saleiro foi de dignidade quer quando resistiu à demissão quer quando foi forçado a demitir-se.

Sobre o terceiro caso - o IRS de José Luís Judas - pouco há a acrescentar. Judas teve também a solidariedade de Guterres o que, só por si, conferiu dignidade à sua recusa em demitir-se. É certo que Alberto Costa, por exemplo, afirmou que «se estivesse no lugar dele demitia-me». Mas Alberto Costa foi demitido... e Fernando Gomes, em delírio solidário com o seu «querido amigo e colega», proclamou que Judas não é Judas, é Cristo (o subconsciente prega cada partida às pessoas...). E Jorge Coelho foi peremptório: Demissão? Não (nem) obrigado! Aliás, no registo de inteligênciação de Coelho, a não demissão de Judas há-de ser - tal como foi a demissão de Vitorino - o acto de «honradez» e de «patriotismo» de um «grande português». Enfim, (in)dignidades.

■ José Casanova

LUXEMBURGO A luta continua

Mais de 18 milhões de desempregados e muitas dezenas de milhões de trabalhadores precários, a engrossar a marginalização de mais de 55 milhões de pobres na rica Europa Comunitária - eis o resultado, ao cabo de 40 anos, desta «construção europeia» iniciada em 1957 com a solene assinatura do Tratado de Roma, «fixando como objectivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos» (sic!). Desde a altisonante proclamação fundadora e através de sucessivos passos (Acto Único, Mercado Interno, Tratado de Maastricht, Tratado de Amsterdão...) esta construção, comandada pelo grande capital, tem conduzido à devastação social que aí está, gritante. Insuportável para tantos, já se sente como perigosa para alguns. É preciso fazer algo, pois. E eis a Cimeira Europeia Extraordinária sobre o Emprego, no Luxemburgo, há uma semana.

Houve quem alimentasse ilusões: finalmente, vai dar-se ao trabalho a mesma dignidade que ao Capital... E há quem continue a querer alimentá-las. O Público de 22/11 titula que «O Emprego vai ser prioritário» e afirma peremptório: «Mercado interno, moeda única e criação de postos de trabalho são agora as grandes palavras de ordem dos Quinze». A mistificação prossegue, pois. Desde logo porque «mercado interno» mais «moeda única» não cria emprego, destroem-no. E depois porque o que afinal saiu do Luxemburgo de substancial foi pouco mais que nada: umas vagas «linhas directivas» comunitárias, para «inspirar» programas nacionais, com largos prazos e várias escapatórias, um «exame» anual donde sairão igualmente frouxas «recomendações», e mais alguns arvezados termos para o jargão comunitário. *Que diferença abissal relativamente aos rigorosos, quantificados e impositivos critérios monetaristas de Maastricht, perpetuados pelo Pacto de Estabilidade de Amsterdão!*

Que tenham sido defraudadas as ilusões de muitos é um facto. Mas não será defraudada a determinação das muitas dezenas de milhares de trabalhadores que levaram às ruas do Luxemburgo as reivindicações de muitas dezenas de milhões de trabalhadores europeus. Reivindicações parciais, limitadas, sem dúvida, mas precisas: *Desemprego, basta! Trabalhar menos, trabalhar todos! Redução do horário! 35 horas!* Por longa experiência, os trabalhadores sabem que a luta é difícil e mil outras manifestações terão de fazer ecoar em cada país a sua voz uníssona, até à vitória. Por isso proclamaram também: *Basta de declarações, queremos acções! Todos juntos, todos juntos!*

Também os deputados do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica, do Parlamento Europeu, estiveram na rua no Luxemburgo com os trabalhadores. E levaram as suas propostas alternativas para o crescimento e o emprego: aumentar o poder de compra e relançar as despesas públicas sociais; favorecer o relançamento dos investimentos produtivos, taxar os movimentos especulativos de capitais, rever a fiscalidade a favor do trabalho; pôr em causa as políticas de privatizações, de baixa dos custos do trabalho, a sua flexibilização e precarização; integrar as questões do emprego em todas as políticas comunitárias; desenvolver as políticas industriais, defender e promover os serviços públicos, diminuir o horário de trabalho sem redução de-salário, melhorar a formação; novos direitos sociais para os assalariados. *Alternativas existem, o desenfreado neoliberalismo do grande capital é que não é alternativa a nada.*

Luta social, acção institucional, forçaram a discussão do emprego numa Cimeira da União Europeia. Pouco saiu dela para já, como vimos, dada a correlação de forças ainda prevalecente. Para a modificar, para alcançar medidas eficazes a favor do emprego, dos trabalhadores, dos povos, há que prosseguir a luta de massas e a convergência na acção do mais largo leque de forças progressistas. Decisivamente, em cada país; simultaneamente, em toda a Europa, e não só. Na certeza de que a luta continua e vitórias serão alcançadas.

■ Carlos Aboim Inglez



Foto: Jorge Caria

SEMANA

Demissões e remodelações

O Primeiro-Ministro, António Guterres, procede repentinamente a uma remodelação governamental, onde quatro ministros foram substituídos de uma vez só: o Ministro da Defesa, António Vitorino, foi substituído por Veiga Simão, o Ministro da Administração Interna, Alberto Costa, foi substituído pelo Ministro Jorge Coelho, que passa a acumular esta pasta com a de Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, a pasta da Ministra para a Qualificação e Emprego, Maria João Rodrigues, foi transferida para o Ministro Ferro Rodrigues e o Ministro das Finanças, Augusto Mateus, foi substituído por Pina Moura, que assim transitou de Secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro. Dos quatro ministros substituídos apenas António Vitorino apresentou a demissão, enquanto os restantes foram demitidos pelo Primeiro-Ministro, António Guterres. Esta remodelação governamental foi, aliás, despoletada pela decisão do Ministro António Vitorino em se demitir da pasta da Defesa, na sequência da notícia surgida no *Público* sobre uma presumível irregularidade por si praticada na aquisição de uma propriedade no Alentejo, onde terá declarado às Finanças um valor de aquisição inferior para diminuir o imposto de sisa a pagar pela transação.

Esta remodelação governamental implicou outras mexidas no Executivo, nomeadamente a passagem de António Costa de Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para Ministro dos Assuntos Parlamentares (um «Ministro sem Ministério», que ficará na dependência directa de António Guterres) e a passagem do Secretário de Estado do Ambiente, José Sócrates, para titular do novo Ministério da Juventude, Toxicoddependência e Desporto. Entretanto, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, demitiu-se, ao que consta por divergências insanáveis com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, ignorando-se quem o substituirá, à hora do fecho desta edição. Segundo o *Diário de Notícias*, no passado dia 11 de Novembro o Ministro Jaime Gama já teria advertido José Lamego de que tencionava demiti-lo na remodelação governamental então prevista para Janeiro. A apresentação de demissão de António Vitorino e decorrente antecipação da remodelação governamental terá precipitado os acontecimentos. Segundo vários órgãos da Comunicação Social, o conflito que surgiu entre Jaime Gama e José Lamego terá sido provocado pela oposição deste à hesitação e ambiguidade que o Ministro Jaime Gama utilizou na aplicação das sanções à UNITA claramente determinadas pela ONU.

Saleiro demite-se

António Saleiro apresentou antontem formalmente a sua demissão do cargo de Governador Civil de Beja, na sequência das notícias que há cerca de um mês o *Público* trouxe a lume, envolvendo o ex-presidente da Câmara de Almodôvar em diversos escân-

dalos que já estão a ser investigados pela Polícia Judiciária, na decorrência de um processo levantado pelo Ministério Público a António Saleiro. As acusações que impendem sobre o ex-presidente da Câmara Municipal de Almodôvar envolvem corrupção, des-

vio de dinheiros públicos, tráfico de influências e enriquecimento suspeito. A demissão apresentada por António Saleiro surge na sequência da demissão apresentada pelo Ministro António Vitorino, que terá tornado insustentável a recusa em se demiti-

tir mantida até aqui pelo Governador Civil de Beja, que beneficiou, entretanto, do apoio expresso do Primeiro-Ministro, António Guterres, para quem foi suficiente a «palavra de honra» dada por Saleiro sobre a sua inocência nos crimes de que é acusado.

Rendimento mínimo entupido desde Julho

Desde Julho até agora não foram pagos os subsídios aos 90 mil novos candidatos ao rendimento mínimo garantido porque, segundo o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, os serviços estão «entupidos» com a avalanche de candidaturas e só começou a chegar este mês, aos centros regionais, o programa informático que permite processar os pagamentos, apesar de a medida que generaliza o rendimento mínimo garantido ter sido anunciada pelo Ministro Ferro Rodrigues como tendo efeitos a partir de 1 de Julho.



Serviços clínicos para a GNR investigados por irregularidades

Segundo o *Diário de Notícias*, os serviços de Apoio à Doença dos Militares da Guarda (ADMG), uma unidade da GNR, estão a ser minuciosamente investigados por quatro organismos diferentes - o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral de Administração Interna (IGAI), a Polícia Judiciária e a PJ/Militar - na sequência de suspeitas de graves irregularidades financeiras ascendendo a centenas de milhares de contos. Em causa estão as presumíveis ligações entre mili-

tares dos serviços de ADGM (alguns já na reserva) e diversas clínicas dentárias do País, havendo a suspeita

de corrupção e recebimento de «luvas» por parte de algumas clínicas, nomeadamente as três ou quatro

destas empresas que dominam 90% da assistência médico-dentária dos guardas e respectivas famílias.

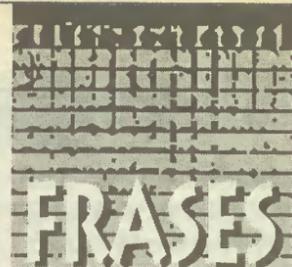
O DN assinala que «apesar de, em todo o País, largas dezenas de clínicas médico-dentárias terem estabelecido convénios com a GNR, apenas três ou quatro facturam sozinhas mais de 30 mil contos mensais, assegurando, entre elas, quase 90% dos serviços médico-dentários prestados aos guardas republicanos.



Mais de 12 milhões de contos de prejuízos nos temporais

À hora do fecho desta edição, estava reunida a comissão de acompanhamento dos temporais que se abateram sobre diversos pontos do País para apurar o montante dos prejuízos, sabendo-se, já, que estes não se situarão abaixo dos 12 milhões de contos, repartidos

da seguinte forma: 3,5 milhões de contos para o Algarve, 4,5 milhões de contos para os Açores (dados oficiais) e quatro milhões de contos para as autarquias (valores definidos pelas autarquias). Esta comissão de acompanhamento dos temporais integra, também, representantes das autarquias envolvidas.



“Pela forma como sempre me conduzi na actividade política, julgo impossível exercer funções ao meu nível debaixo de qualquer tipo de suspeição”

(António Vitorino, citado em «Público», 21.11.97)

“Em democracia ninguém está acima de toda a suspeita”

(Idem, ibidem)

“Ao demitir-se, António Vitorino coloca numa posição muito delicada outros que, enfrentando suspeições bem maiores, permaneceram agarrados aos seus lugares”

(José Manuel Fernandes, «Público», 21.11.97)

“Alberto Costa disse em voz alta o que a maioria pensa, quando afirmou à Rádio Renascença que, se estivesse no lugar de José Luís Judas, ter-se-ia demitido”

(Ana Sá Lopes e São José Almeida, «Público», 22.11.97)

“Fico até ao fim e só saio se os municípios de Cascais, no dia 14 de Dezembro, o entenderem”

(José Luís Judas, citado em «A Capital», 24.11.97)

“Estamos a ser vítimas da maior tentativa de assassinato político que alguma vez se viu em Portugal”

(António Saleiro, citado em «Público», 23.11.97)

“Saleiro assusta bancada do PS (...) o ex-governador civil poderá sempre regressar a São Bento, o que até lhe traria a vantagem da imunidade parlamentar”

(António Arnaldo Mesquita, «Público», 25.11.97)

“Chegaram dois anos de Poder para o chefe do Governo imitar o pior de Cavaco Silva. Guterres, a partir de agora, perdeu definitivamente a graça. Resta-lhe a desgraça”

(António Ribeiro Ferreira, «Diário de Notícias», 24.11.97)

“Relações entre ministros e secretários de Estado degradam-se - De cortar à faca”

(Título do «Semanário», 22.11.97)

“Guterres cerca-se dos seus mais fiéis em S. Bento - cerra fileiras”

(Título de «A Capital», 24.11.97)

“Com as sucessivas demissões no Governo, qualquer dia não há ministros para as inaugurações”

(Carlos Carvalhas, em Coimbra, 22.11.97)

TRABALHADORES

Administração Pública para a nível nacional

Na ronda negocial de anteontem, o Governo limitou-se a novo arredondamento da sua proposta de actualização salarial. A Frente Comum de Sindicatos respondeu que não vê qualquer utilidade em participar em reuniões para discutir décimas. Para amanhã está convocada uma greve nacional da Administração Pública.



Descontentamento e luta

Agudizam-se as formas de luta, reflectindo um crescimento do descontentamento (foto da acção levada a cabo a 30 de Outubro, em Lisboa, pela Frente Comum de Sindicatos)

Numa nota de imprensa que divulgou ao princípio da noite de terça-feira, a estrutura mais representativa do sector preveniu que, «face à postura hoje assumida pelo Governo, é previsível o agudizar do descontentamento dos trabalhadores, que terá expressão imediata nas greves convocadas pelos sindicatos da Frente Comum para o próximo dia 28 de Novembro».

Na reunião de anteontem, o Governo passou para 2,4 por cento a sua proposta de actualização salarial (que estava nos 2,25 por cento, depois de ter partido de 2,15). A Frente Comum considera que se trata apenas de um arredondamento, que significa uma evolução de 81 escudos por mês no índice 100.

O valor deste índice (salário mínimo na Função Pública) mereceu uma proposta da Frente Comum, que exige a sua equiparação ao salário mínimo nacional

e na reunião de anteontem sugeriu que a diferença (actualmente situada em 5,3 por cento) fosse esbatida de forma faseada. «O Governo recusou equacionar a proposta formulada pela Frente Comum, tendo afirmado que «o índice 100 não é, para o Governo, objecto de discussão» — refere a nota de imprensa.

A Frente Comum comunicou então ao Governo que «está disponível a negociar em qualquer dia, caso o Governo apresente uma proposta que venha ao encontro da flexibilidade demonstrada pelos sindicatos»; no entanto, se tal proposta não surgir, «considera não haver qualquer utilidade em participar em reuniões para discutir décimas».

Na nota salienta-se que «a insensibilidade, a inflexibilidade e a falta de cumprimento de compromissos patenteadas pelo Governo são

exclusivamente responsáveis pelo descontentamento e pela conflitualidade social na Administração Pública».

Paulo Trindade, em declarações no final da reunião, garantiu que a Frente Comum não vai comparecer à reunião marcada para dia 16 de Dezembro, se até lá não receber uma proposta que possibilite acabar com a diferença entre os salários mínimos.

O sindicalista, citado pela Agência Lusa, criticou ainda a data escolhida pelo Governo para a próxima ronda negocial, considerando que «não é sério da parte do Governo, sabendo que vai penalizar os trabalhadores da Administração Local, pretender encerrar o processo negocial depois das eleições autárquicas».

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado confirmou também anteontem que apela aos seus associados para que participem na greve de ama-



nhã, ao lado da generalidade dos restantes trabalhadores da Administração Pública.

A direcção do sindicato revelou em conferência de imprensa que, consultados os associados sobre o que fazer face à situação de impasse a que chegaram as negociações com o Governo — quer sobre o cumprimento do Acordo de 1996 quer sobre as negociações salariais para 1998 —, aqueles se pronunciaram maioritariamente a favor da greve. «Os trabalhadores da Administração Pública, em especial os quadros, estão cansados de serem “bombos da festa”, pagando com a diminuição das suas remunerações a austeridade e a integração no euro», assinala o sindicato.

O STE e a outra estrutura da UGT no sector, a Fesap, recusaram a nova proposta salarial avançada anteontem pelo Governo e criticaram a marcação de uma nova reunião para 16 de Dezembro. A Lusa refere que estas estruturas afirmaram que a subida da proposta governamental de 2,25 por cento para 2,4 por cento não tem qualquer significado porque fica muito aquém dos valores reivindicados.

Razões de peso

Os motivos fundamentais da luta dos trabalhadores do Estado foram recordados no final da semana passada pelo sindicato da Função Pública do Centro, uma das três dezenas de organizações que integram a Frente Comum.

Num comunicado que fez chegar à nossa redacção, lembra que «no período que antecedeu as eleições legislativas de 1995, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública fez entrega, a todos os partidos com assente na AR, da sua Plataforma Reivindicativa» recebida sempre «com a melhor compreensão».

«Contudo, volvidos dois anos de Governo, o Partido Socialista não só esqueceu o entendimento que então teve das questões apresentadas, como “pôs na gaveta” as promessas feitas na campanha quanto ao estatuto socioprofissional e aos salários».

O sindicato reafirma a exigência de que o valor do índice 100 seja equiparado ao salário mínimo nacional e reclama que, para 1998, o Governo encare de forma séria a negociação salarial e deixe de arredondar décimas.

Outra razão de peso para aderir à greve de amanhã prende-se com a reestruturação das carreiras, que deveria ter sido concluída no último dia de Outubro, segundo o acordo que o Governo firmou em Janeiro de 1996 com os sindicatos. Mas, «quinze meses após a apresentação de uma proposta sindical, o Governo limitou-se a apresentar “soluções” pontuais», lamenta o sindicato, sublinhando que «a estrutura-base das carreiras data de 1935».

No que toca ao combate ao emprego precário, o Governo demonstrou «falta de capacidade técnica e de vontade política» e «não foi capaz de implementar as soluções consagradas no DL 195/97, o que se traduz em grandes prejuízos para os trabalhadores».

Forte adesão à greve dos enfermeiros

«Os números são demonstrativos do elevado grau de descontentamento da classe», afirmava o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, ao revelar à imprensa os dados recolhidos pelos seus 160 piquetes de greve, no final da manhã da passada sexta-feira.

Em muitos centros de saúde e serviços de hospitais a adesão dos enfermeiros foi total. No balanço final, o SEP e o SERAM (sindicato da RA da Madeira) apontavam para uma adesão «na ordem dos 75 por cento», afirmando que tal resposta da classe à paralisação de dia 21 «só pode ter uma leitura: os enfermeiros mobilizados recusam que as suas condições de trabalho sejam moeda de troca para a ausência de capacidade política que permita pôr cobro aos elevados custos para os utentes e para os serviços».

Contestando a inevitabilidade da actual situação, os sindicatos reafirmam que «os medicamentos podem ser mais baratos, há desperdícios que podem ser evitados, há regras de gestão a cumprir».

O SEP e o SERAM declaram-se favoráveis a reformas na Saúde, «mas garantindo o papel interveniente e participado dos enfermeiros e condições dignas de trabalho, que potenciem mais qualidade e eficácia nos cuidados a prestar à população».

Por fim, saúdam «os enfermeiros que, desta forma, hoje e em todo o País demonstraram ao Governo a sua disponibilidade para lutar pela reposição da justiça e pela concretização das reivindicações apresentadas».

TRABALHADORES

Mineiros de Neves Corvo em greve

Os mineiros de Neves Corvo entraram em greve na passada segunda-feira, acusando a administração de não cumprir as promessas feitas aos trabalhadores. O bloqueio feito pelo piquete de greve impediu a entrada de pessoas e de minérios bem como a saída da produção para os mercados internacionais.

Recorde-se que em Julho passado os mineiros paralisaram para protestar contra o regime de laboração contínua, que acabaram por aceitar temporariamente mediante contrapartidas. Nomeadamente, exigiram a admissão de mais cem mineiros para aliviar os esforços da laboração contínua mas, até à data, só foram admitidos mais 17 trabalhadores.

Por outro lado, os mineiros em greve pretendem o cumprimento rigoroso do horário de trabalho de 40 horas semanais à superfície e de 35 horas no

fundo da mina, segundo afirmou à agência Lusa, Eduardo Lázaro, dirigente do Sindicato.

Segundo as contas dos trabalhadores, o atraso na concretização das admissões penaliza os mineiros obrigando-os a fazer mais duas horas e meia por semana a ter menos 13 folgas por ano.

Estão ainda em causa outras contrapartidas prometidas aos mineiros como os prémios de produtividade, os tempos de folga e os subsídios, cujo cumprimento exigem para regressar ao trabalho.

O Sindicato da Indústria Mineira afirmou que desde sexta-feira, 21, que não sabe do paradeiro da administração da SOMINCOR, apesar de esta saber que havia um plenário de mineiros na manhã de segunda-feira. No mesmo dia apelou aos accionistas da empresa para que intervenham na solução da greve na mina de Neves Corvo «dada a ausência da administração da empresa».

Impasse

Face ao impasse criado, o sindicato dos mineiros dirigiu cartas aos administradores da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), que detém 51 por cento da capital da SOMINCOR, e aos administradores da Rio Tinto Metals, a outra accionista, pedindo a sua presença em Neves Corvo «com a urgência que a situação aconselha».

Na terça-feira, a greve continuou «com uma determinação que nem o temporal foi capaz de abalar», afirmava um comunicado emitido pela direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira. A nota dava conta que a administração continuava ausente não tendo sequer discutido com o Sindicato a resolução aprovada no plenário realizado no domingo, em Aljustrel.

Por isso os trabalhadores em

greve decidiram constituir uma delegação para entregar o documento aos novos ministros da Economia e Emprego, considerando que têm uma palavra a dizer na resolução do conflito «face à debandada da administração». Refira-se que a Somincor é uma empresa onde o Estado é o accionista maioritário. A mina de Neves Corvo tem os mais ricos filões de cobre e estanho da Europa e emprega 400 mineiros.

CGTP-IN exige medidas concretas do novo ministro do Emprego

A CGTP considerou na segunda-feira que são precisas medidas concretas nas áreas do emprego, diálogo social e horário de trabalho e manifestou esperança de que o ministro Ferro Rodrigues saiba dar resposta adequadas a estas questões.

No final de uma reunião da Comissão Executiva da Intersindical, o coordenador da central sindical, Manuel Carvalho da Silva, reconheceu em conferência de imprensa que a reestruturação do Governo afecta áreas importantes para o movimento sindical, nomeadamente a do emprego.

Segundo o sindicalista, a remodelação governamental não dá garantias de que os pro-

blemas vão ser resolvidos, pois o que está em causa não são as pessoas que compõem o Governo mas sim os actos concretos.

Assim que Ferro Rodrigues assumia a pasta do Emprego, a CGTP vai pedir-lhe uma audiência para discutir a redução do horário de trabalho, o funcionamento da concertação social e a política de emprego.

A propósito dos resultados da recente Cimeira Europeia do Emprego, Carvalho da Silva, lembrando que ela se realizou por pressão dos trabalhadores, disse que, daqui para a frente, o governo português tem de pôr em prática aquilo que afirmou no encontro europeu. «O governo português tem dado uma imagem de uma postura que depois não assumiu na Cimeira», criticou o dirigente da CGTP.

A Intersindical continua empenhada na luta pela aplicação das 40 horas de trabalho semanal e tem a decorrer uma quinzena de luta, no âmbito da qual estão a decorrer iniciativas um pouco por todo o país.

Para hoje está marcada uma manifestação dos trabalhadores do distrito de Lisboa, que desfilam da Praça do Saldanha para o Ministério do Emprego, na Praça de Londres.

Tribunal de opinião Professores contratados condenam Governo

São mais de 30 mil docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário que se mantêm na situação de contratados a prazo, aguardando nalguns casos há longos anos a sua entrada nos Quadros ou um mecanismo de vinculação que lhes garanta alguma estabilidade profissional.

Foi este o caso que foi colocado no tribunal de opinião pública, realizado na passada sexta-feira, em Lisboa. Depois da iniciativa, realizada no Teatro Villaret, onde estiveram personalidades da vida política e cultural portuguesa, os professores dirigiram-se em desfile para o Ministério da Educação, tendo aí entregue uma moção com as principais decisões do Tribunal.

Entre estas, destaca-se a condenação à actuação do Ministério pela insensibilidade social que revela, pela discriminação dos 30 mil docentes que cumprem os deveres de funcionários públicos mas não beneficiam dos correspondentes direitos; pelos prejuízos à qualidade de ensino que decorrem da instabilidade do corpo docente das escolas.

Estes professores condenam ainda que o ME não lhes aplique as normas salariais definidas para

os trabalhadores da Administração Pública com contratos administrativos de provimento.

O desemprego é outra ameaça grave já que ficam desprovidos de qualquer medida social de protecção, designadamente de subsídio de desemprego e de protecção social.

A FENPROF recorda que o Governo ainda divulgou nenhuma medida para regularizar a situação destes trabalhadores, assim como não deu resposta ao documento sindical visando um regime transitório de vinculação dos educadores e professores idêntico ao que foi definido para a Administração Pública.



Professores contratados concentraram-se junto ao ministério da Educação

Gás de Portugal Anunciadas novas paralisações

Quinta-feira da passada semana, os trabalhadores das empresas do grupo GDP (GDL e DRIFTAL) efectuaram mais um período de greve, que registou adesões globais superiores a 90 por cento, com a maioria dos sectores a atingirem os 100 por cento.

Esta paralisação inseriu-se numa série de greves parciais, entre as 0 e as 8 horas, iniciada em 17 deste mês e que prosseguiu no sábado, quarta-feira, e durante a noite de hoje.

Para Dezembro, estão já

anunciadas novas greves no mesmo período nos dias 1, 2, 6, 7 e 11 de Dezembro. Esta luta foi desencadeada por a administração se recusar a subscrever o texto final do compromisso de acordo com os trabalhadores.

O acordo fala na implementação de uma nova estrutura salarial em 1 de Março de 1998, com acréscimos salariais nos escalões, e na qual se inclui a criação de um novo escalão salarial (4º escalão) em cada grupo de remunerações.

Está ainda em causa o aumento do subsídio de turno, de 29 para 32 por cento da média salarial em 1 de Março do próximo ano, valor que deverá subir para 33,5 por cento em Outubro e para 35 por cento a partir de 1999.

Os trabalhadores consideram-se «gravemente ofendidos» por a Administração não honrar os seus compromissos e estão dispostos a continuar a luta, admitindo recorrer a formas mais drásticas, designadamente o corte de gás.

Petrogal entrega «cérebro» a multinacional - Sector informático marca greve

A entrega dos sistemas de informação da Petrogal à empresa multinacional americana EDS - Electronic Data Sistem de Portugal «é uma decisão irresponsável e da maior gravidade», considera a Federação da Química e Farmacêutica (FEQUIFA) sublinhando que «custa a acreditar que o Governo a tenha aprovado».

Em nota à imprensa, a FEQUIFA recorda que os sistemas de informação da Petrogal envolvem as vertentes operacional, aplicacional e de suporte aos utilizadores e são uma peça fundamental na engrenagem e gestão da empresa. São «talvez mesmo o cérebro dessa engrenagem na medida em que a paragem dos sistemas de informação podem levar à paragem da Petrogal».

Manifestando-se contra o desmantelamento da Petrogal, a federação sindical se trata de uma empresa maioritariamente pública com natureza estratégica e exige que o Governo esclareça a situação e anule o acordo com a multinacional.

Entretanto, os cerca de 90 trabalhadores da área da informática da Petrogal decidiram entrar em greve nos próximos dias 3 e 5 de Dezembro, prevendo que a paralisação possa implicar com sectores-chave da empresa.

Como motivos, afirmam que não querem perder o vínculo à Petrogal nem ser transferidos para a EDS. Lutam em defesa dos seus postos de trabalho e dos direitos adquiridos.

Reformados na rua por pensões dignas

Mais de um milhar de reformados mostram o seu descontentamento pelos baixos valores da actualização das pensões que consideram «humilhantes, irrisórios e imorais».

Palavras de ordem contra a política do Governo foram ouvidas durante a manifestação realizada, no sábado, entre o Terreiro do Paço e a Praça da Figueira.

A acção foi convocada pela Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos e pela Inter-Reformados/CGTP-IN e deixou claro que os aumentos de 2,5 por cento decretados pelo Governo não acompanham a subida dos preços de bens essenciais como medicamentos, telefone, água e electricidade. Na prática a actualização imposta pelo Governo representa um acréscimo de 1200 escudos mensais.

Veríssimo Ferro, da Inter-Reformados, pre-

conizou um aumento que aproximasse as pensões mínimas do salário mínimo nacional, afirmando que no Orçamento de Estado «existem verbas disponíveis» para «aumentar substancialmente as pensões mínimas». Em vez disso, acrescentou, «o OE prevê cerca de 220 milhões de contos para benefícios às empresas». As duas organizações promotoras da manifestação prometem «continuar a luta por uma aumento extraordinário das pensões».

Os reformados protestaram ainda contra a privatização da segurança social e aprovaram uma resolução que para além de reivindicar aumentos dignos das pensões, exige o pagamento integral das dívidas à segurança social, em que o Estado é o maior devedor por falta de cumprimento da Lei de Bases, que atingem valores na ordem dos 4 mil milhões de contos.

Orçamento do Estado

Pescas penalizadas

As verbas atribuídas no Orçamento do Estado às pescas nacionais mereceram, na segunda-feira passada, a tomada de posição pública da Comissão de Pescas Junto do Comité Central do PCP. Em comunicado (que a seguir se transcreve), os comunistas consideram estar-se perante um quadro de continuidade da política que levou à destruição do sector pesqueiro nacional.

1. A aprovação do Orçamento de Estado para 1998 deixou claro o lugar secundário que o sector das pescas ocupa nas políticas do Governo do Partido Socialista.

Nos últimos anos tem-se agravado substancialmente a situação das pescas, dos pescadores e das comunidades piscatórias: entre 1994 e 1996 o pescado capturado diminuiu de 261 mil toneladas para 232 mil toneladas tanto nas águas nacionais como nos pesqueiros externos; o número de embarcações baixou de 12.300 para

cerca de 11.600; o número de pescadores decaiu de 31.700 para 28.500; agravou-se ainda mais o défice comercial.

O sector pesqueiro nacional está em vésperas de enfrentar a revisão da Política Comum de Pescas e a pressão de novas medidas de restrição ao esforço de pescas e até de tentativas para a comunitarização das águas nacionais do mar territorial (12 milhas).

2. Neste quadro, esperava-se e exigia-se do Governo português um Orçamento do Estado onde

fosse sensível o reforço substancial do esforço de investimento nacional com vista à recuperação do sector pesqueiro.

Mas o que o País tem é exactamente o oposto. As verbas globais afectas às Pescas diminuem em 14,6% (menos 2,7 milhões de contos) entre 1997 e 1998. Se se considerar que de 1996 para 1997 já tinha havido uma quebra na dotação para as Pescas de 12% (menos 2,5 milhões de contos), fácil é concluir que só durante o actual mandato do Governo do PS o Orçamento para as Pescas teve uma redução global de 26,6%.

Na sequência desta redução, importantes programas necessários à dinamização do sector vêem as suas dotações diminuir substancialmente. Alguns exemplos: as verbas para a prospecção e avaliação de recursos no âmbito do apoio à pesca artesa-

nal na costa continental portuguesa (que o Governo tem considerado área prioritária nos seus discursos) baixou dos já magros 20.200 contos em 1997 para 15.000 contos em 1998.

É inaceitável a redução das verbas para a Investigação Pesqueira, que pelo contrário deveriam ser reforçadas face à situação actual do estado dos mananciais nas nossas águas.

As contrapartidas nacionais para o Programa "Iniciativa Comunitária Pesca" que tem como objectivo, entre outros, "apoiar a modernização da frota de pesca", apoiar projectos de investimento que visem a criação de postos de trabalho ou melhorar a qualificação dos profissionais da pesca baixam, entre 1997 e 1998, de 370 mil contos para 189 mil contos de dotação inicial, ou seja, cerca de 50%.

O Programa denominado "racionalização da exploração pesqueira" que inclui os apoios às "imobilizações temporárias" e ao SIPECA - Sistema de Incentivos à Pesca (e que visa, por exemplo, a construção de pequenas embarcações de pesca e acções conducentes à resolução de problemas das comunidades piscatórias) apresenta a mesma ridícula dotação de 390.000 contos, o que significa uma quebra efectiva em termos reais. O que não é de modo nenhum aceitável dadas as indicações existentes de que a Comissão pretende continuar a política de redução de esforço de pesca, que poderá ir até à paralisação parcial ou total de alguns segmentos da frota.

As contrapartidas nacionais no âmbito de outras medidas do II Quadro Comunitário de



A dotação «ridícula» atribuída ao Sistema de Incentivos à Pesca, significa uma quebra efectiva em termos reais

Apoio (onde se contam programas tão significativos como os referentes à modernização e renovação da frota de pesca, às compensações pela interrupção do esforço de pesca ou os apoios à indústria conserveira) diminuem substancialmente mais de 20%, isto é, passam de 2,6 milhões de contos para 2 milhões.

Estes significativos exemplos explicam que a aprovação de projectos para a construção de embarcações, designadamente da pesca artesanal, se arrastem ano após ano nos gabinetes do IFADAP e da Secretaria de Estado das Pescas sem qualquer decisão, como é o caso de mais de 200 projectos que desde há muito aguardam pela respectiva aprovação.

3. O País está, pois, perante um Orçamento e políticas que sacrificam as pescas nacionais às contenções impostas por Maastricht e que põem em causa o futuro deste importante sector, dos trabalhadores da pesca e dos armadores.

Sendo o sector mais sacrificado no Orçamento do Estado para 1998 o Governo e o PS não têm

qualquer credibilidade para afirmar o interesse do Governo pelas pescas, dado que estamos perante um quadro claro de continuidade em relação à política seguida durante mais de uma década pelo PSD e que levou à destruição do sector pesqueiro nacional.

4. O PCP rejeita totalmente esta política defendendo uma orientação alternativa que, de facto e não somente em palavras, assegure o futuro do sector pesqueiro nacional, em particular da pesca artesanal e da pequena pesca e garanta o emprego dos trabalhadores da pesca, investindo-se na investigação e prospecção dos recursos, no apoio à renovação e modernização da frota, na busca de novos pesqueiros, na defesa da exclusividade do exercício de pesca no Mar Territorial das 12 milhas e na Zona Contígua à frota nacional, na garantia de acesso a bancos de pesca que assegurem a viabilidade da pesca industrial, na defesa intransigente dos interesses nacionais quando da revisão da Política Comum de Pescas.

Serviços de Saúde

Não à privatização

O recente projecto de Estatuto Jurídico do Hospital é um exemplo claro, do propósito do Governo de eliminar a natureza e a função do serviço público de saúde, «em prejuízo dos utentes e dos profissionais com a introdução do contrato individual de trabalho», denuncia em comunicado a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.

De facto, os problemas avolumam-se no sector da Saúde: os utentes desesperam, os profissionais do sector não vêem os seus problemas resolvidos, a gestão dos Hospitais e dos Centros de Saúde têm graves deficiências. Contudo, as carências e as deficiências do Serviço Nacional de Saúde não se devem ao facto de o mesmo ser público. Eles radicam na política que tem sido seguida e que «não tem em conta o utente e o acesso aos serviços de saúde e a dignidade dos profissionais do sector».

O PCP não duvida, por isso, da urgência da reforma dos serviços de saúde mas considera «inaceitável» que essa reforma se faça na lógica privatizadora do governo, de uma «fúria» de alienar serviços públicos essenciais, que «favorece os grandes interesses económicos em prejuízo da grande maioria da população».

Como medidas urgentes, a DORL do PCP defende a aprovação de um plano de emergência em relação aos problemas de acessibilidade aos Centros de Saúde e cuidados hospitalares e ao alargamento do funcionamento do horário das consultas externas, dos blocos cirúrgicos e meios complementares de diagnóstico; a abolição das taxas moderadoras; o aumento do número de Centros de Saúde e extensões; a construção dos Hospitais de Loures, Vila Franca de Xira, Cascais/Sintra e de Todos-os-Santos em Lisboa; o congelamento de preços dos medicamentos, a introdução dos medicamentos genéricos, a

aprovação de um Formulário Nacional para o ambulatório; uma nova lei de direcção e gestão democrática hospitalar e do seu financiamento (cujo projecto o PCP irá apresentar); a criação do Instituto de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde.

Por último, a DORL defende «uma dotação à altura das necessidades» do sector no Orçamento do Estado para 1998 e, considerando «indispensável» um Serviço Público de Saúde, apela à população e aos profissionais do sector para que lutem no sentido de assegurar o direito à Saúde como um direito humano.

Privatização da Brisa prejudica o País

Em nota à comunicação social, de 22 de Novembro, o Gabinete de Imprensa do PCP alerta para os prejuízos resultantes da privatização de 35 por cento do capital da Brisa - Auto-Estradas de Portugal, empresa estratégica para o desenvolvimento do País.

A Brisa, concessionária nacional de auto-estradas, para além dos grandes investimentos que tem assegurado - 166 milhões de contos nos últimos três anos -, é uma empresa altamente lucrativa que, só em 1996, apurou mais de 12 milhões de contos de lucros líquidos. Lucros de que grande parte, com a privatização, será seguramente transferida para o capital privado.

O PCP considera, aliás, significativo que tenha já sido assumido o compromisso de distribuição de 40% dos lucros líquidos aos futuros accionistas, afectando o investimento e a contribuição da empresa para o financiamento do Orçamento do Estado. E afirma que, na mira de lucros fáceis, a exemplo do que já aconteceu em muitas outras empresas, a privatização da Brisa vai-se traduzir por «uma política desenfreada de redução de custos que trará como consequências em toda a rede, a redu-

ção do actual efectivo de trabalhadores e a adopção de uma política de desrespeito das conquistas alcançadas».

Também os utentes vão sofrer as consequências negativas da subordinação da gestão da empresa ao exclusivo critério do lucro», alerta ainda o PCP, mostrando-se preocupado designadamente em relação ao aumento do preço das portagens, à deterioração da qualidade, da rapidez e agravamento do custo da assistência em viagem, à qualidade do serviço de manutenção e à segurança que pode vir a ser afectada pela redução dos investimentos.

Da privatização da Brisa, para a qual «não vê nenhuma razão», resultam sérios prejuízos para os trabalhadores, os utentes e o país, diz por fim o PCP, defendendo a existência de um sector público forte, renovado e dinâmico, com qualidade e acessibilidade.

Coimbra

Governador civil faz demagogia

O Governador Civil de Coimbra foi «demagógico» e pretendeu esconder a realidade quando, confrontado com a verba atribuída ao distrito de Aveiro - equivalente à soma dos distritos de Coimbra e Viseu -, respondeu que a mesma se devia à «inclusão no distrito de Aveiro de verbas da Linha (ferroviária) do Norte e do PEDIP».

A denúncia cabe à Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP que, a comprovar essas «afirmações demagógicas», adianta dever-se o aumento das verbas do PIDDAC para Coimbra precisamente à inclusão de 4,4 milhões de contos para a Linha do Norte, 2 milhões de contos do PEDIP e 1 milhão

de contos para «grandes regadios», dotação «que não se sabe ao certo para que é».

O governador civil pretendeu «manobrar os números, comparando realidades diferentes», acusa o PCP. A verdade é que, sem aquelas verbas - que nos outros anos tinham dotação orçamental exterior ao PIDDAC -, o distrito de Coimbra é atirado para 10º lugar no contexto nacional.

Entretanto, as 38 propostas para inclusão no OE/98, no valor de 1,2 milhões de contos, feitas pelo PCP para o distrito de Coimbra foram derrotadas pelo voto contra do PS, que assim impediu a realização de importantes obras e benefícios para as populações do distrito.

CAMARADA FALECIDOS

Francisco Muñoz

Faceceu, no passado dia 11 de Novembro, o camarada Francisco Muñoz, jornalista, actualmente no «Jornal de Sintra». Com uma carreira marcada pelo talento e por uma abordagem sempre atenta e solidária da realidade, o camarada trabalhou no Rádio Clube Português, Rádio Clube de Moçambique, Emissora Nacional e Agência Novosti. Trabalhou ainda no Gabinete de Imprensa da CGTP.

Marcolino António Pedro

Com 71 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Marcolino António Pedro. Estava organizado no Faralhão - Setúbal.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Polivalência

■ **Morais e Castro**

Antes de passarmos aos argumentos, citemos alguma legislação:

Lei nº 1952, de 10 de Março de 1937

«artº 21º – Nenhum empregado ou assalariado pode ser despedido por exigir da entidade patronal o cumprimento das obrigações impostas pelo contrato colectivo de trabalho ou usar de direitos que o mesmo lhe confira...»

«artº 22º – Os ordenados ou salários correspondentes às condições de trabalho existentes à data da publicação desta lei não podem ser diminuídos em virtude da aplicação das disposições nela contidas.»

«artº 26º – Os preceitos desta lei não prejudicam o que estiver ou vier a ser estabelecido em contratos ou acordos colectivos de trabalho e são imediatamente aplicáveis aos contratos de trabalho vigentes.»

« – Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho »
Dec.-Lei nº 49408, de 24 de Novembro de 1969

«artº 22º – (Prestação pelo trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do Contrato)

1. O trabalhador deve, em princípio, exercer uma actividade correspondente à categoria para que foi contratado.

2. Salva estipulação em contrário, a entidade patronal pode, quando o interesse da empresa o exigir, encarregar temporariamente o trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do contrato, desde que tal mudança não implique diminuição da retribuição, nem modificação substancial da posição do trabalhador.

3. Quando aos serviços temporariamente desempenhados, nos termos do número anterior, corresponder um tratamento mais favorável, o trabalhador terá direito a esse tratamento.»

«artº 23º (Mudança de categoria) – O trabalhador pode ser colocado em categoria inferior àquela para que foi contratado ou a que foi promovido quando tal mudança, imposta por necessidades prementes da empresa ou por estrita necessidade do trabalhador, seja por este aceite, bem como quando o trabalhador retome a categoria para que foi contratado após haver substituído outro de categoria superior, cujo contrato se encontrava suspenso.»

E vai daí a Senhora Ministra (já lá vamos a isto da Ministro ou da Ministra), para a Qualificação e o Emprego, declara ao «Correio da Manhã» de 13/10/97:

«Renovo o desafio aos parceiros sociais sobre a necessidade de analisar as categorias profissionais e o seu ajustamento à realidade profissional das Empresas.»

E afirma a Srª Ministra (já lá vamos a isto da Ministro ou da Ministra) que «a actualização das categorias é fundamental para permitir a mudança tecnológica e organizacional das empresas e a promoção profissional dos trabalhadores.»

E mais declara a Srª Ministro (já disse que já lá vamos a isto da Ministro ou da Ministra) que «há uma tendência crescente para a polivalência na execução de tarefas... havendo categorias e até mesmo profissões a mais.»

Veja-se «Vai Alta a Noite», de Alexandre Pinheiro Torres, é complicada a razão da citação, mas quem ler o livro, que se recomenda vivamente, percebe.

Naturalmente que os trabalhadores têm medo da maior permissibilidade da polivalência e de incumprimentos sobre matéria salarial. Mas isso já se sabe desde sempre!

E além disso é proibido desde as Leis do Fascismo acima referidas, Pasmese que os artigos citados do Dec.-Lei 49408 ainda estão em vigor. Oh Senhora Ministro oh Senhora Ministra (não falo ou escrevo mais sobre isto, lá para diante se verá).

Nesta coisa do caminho para a grande concentração capitalista financeira, consequentemente atacante do trabalho na tendência para a máxima exploração, a polivalência é fundamental para a «Patronagem».

Quanto à tão «moderna» e «instada» «polivalência», passo a contar uma anedota que o meu Querido Pai contava há cerca de 35-40 anos, mas que a realidade de hoje da exploração dos trabalhadores torna divertidamente actual, que já contei, com grande agrado do público, na Vigília das 40 horas da CGTP em Guimarães:

Um desempregado chega a uma oficina a pedir trabalho. O encarregado diz que sim, que tem trabalho para ele. Leva-o para dentro da oficina e começa a explicar-lhe as suas tarefas.

Encarregado: Bom, o sr. está a ver esta máquina?

Pobre trabalhador à procura de emprego: Sim, senhor.

Encarregado: Pois com a sua mão direita puxa regularmente esta alavanca.

Pobre trabalhador à procura de emprego: Sim, senhor.

Encarregado: Como tem a mão esquerda livre dá regularmente à manivela desta máquina que tem aqui à esquerda.

Pobre trabalhador à procura de emprego: Com certeza. Eu faço isso.

Encarregado: Como tem o pé direito livre pode carregar com ele regularmente no pedal desta máquina que está aqui por debaixo à sua direita.

Pobre trabalhador à procura de emprego: Pois claro que posso.

Encarregado: Bom e, já agora, como tem o pé esquerdo livre pode carregar com ele naquele botão desta máquina aqui em baixo à esquerda.

Pobre trabalhador à procura de emprego: Claro, claro que posso.

Encarregado: Não, uma vassoura não tenho. Mas para que é que você queria uma vassoura?

Pobre trabalhador à procura de emprego: É que, já agora, enquanto eu trabalhava assim como me disse com a mão direita, com a mão esquerda, com o pé direito e com o pé esquerdo, metia a vassoura no rabo e ia varrendo a oficina!!!

Estou convencido que esta era a «polivalência» que a «patronagem» gostaria e o Governo PS apadrinharia. Não haveria categorias nem profissões para ninguém.

E cá chegamos à Senhora Ministro ou Ministra.

Ora muito bem, há uns substantivos chamados epicenos (este nome aprendi nos textos de agora de Manuel Correia do «Tonecas») porque no meu tempo se chamavam substantivos comuns de 2.

Mas (*Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*, por Francisco de Almeida e Henrique Brunswick), substantivo comum de 2 é um substantivo que com a mesma forma pode significar macho ou fêmea, também se lhe chama «epiceno» (confere «Tonecas»).

É facto que só complexos feministas recalcados ou exaltados desde os anos 60 é que levaram à grande parvoíce de se chamar e dizer (é que está quase vulgarizada) a Senhora Ministra.

Para já Ministra cheira muito a comédia de Eduardo Schwalbach e é outra coisa.

Ministra – s. f. Medianeira. Roda por onde passa a comida nos refeitórios. Régua de pau que usam os sapateiros (citado *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*).

Ministra: s. f. Roda para passar a comida de um refeitório para outro.

Ministra 2: s. f. Sopa italiana (*Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências*, 1940).

Entendo e defendo, contra todos e contra tudo o que já vulgarizado vai, que se deve dizer Senhora Ministro. Se não for assim, se se consagrar o que está vulgarizado e como em democracia «ou há moralidade ou comem todos», Ministros e Ministras vão ter que ser também polivalentes e dar uma mãozinha noutras tarefas (calma que ainda não estamos a exigir a vassoura).

Acabando coerentemente com os substantivos epicenos ou comuns de 2 e aceitando que há Ministros e Ministras, teríamos a seguinte excelente «salgalhada»:

Começando pela dita Ministra para a Qualificação e Emprego, podia dar uma mãozinha como Chefa de Gabinete e como Fiscal de Inspeção do Trabalho.

E agora por ordem: o Primeiro-Ministro podia dar uma de recepcionista e telefonista, o da Administração Interna fazer umas horas como Guardo Republicano e outras como Polício e depois as pessoas a chamarem-no: «Ó Senhor Guardo!»

O Ministro da Defesa podia fazer de aspirante, tenente e tenente-coronel no Exército e na Força Aérea e guardo-marinho, 2º tenente, 1º tenente, contra-almirante, vice-almirante e almirante na Marinha. São muitos cargos, tradicionalmente de pouco esforço e pouco trabalho.

O Ministro da Economia podia dar uma ajuda aos seus técnicos e trabalhar como Economista.

Finalmente, a Ministra da Saúde podia fazer de cirurgiã ou cirurgiona (não sei bem como é).

Oh, que gentes malfadadas estas e que gentos malfadados estes os da Polivalência.



Aveiro O reforço da CDU para a mudança na Câmara

Nas listas da CDU em Aveiro estão representados os mais diversos sectores de actividade: a banca, a função pública, o comércio, intelectuais e quadros técnicos da medicina, engenharia, economia, agricultura, operários de pequenas e médias empresas, estudantes do secundário e do superior. Tirando os grandes interesses económicos que apoiam e estão presentes noutras candidaturas, o concelho pode rever-se nas listas da CDU. Foi assim que António Salavessa, primeiro candidato à Assembleia Municipal de Aveiro, membro do CC do PCP e responsável pela Organização Distrital do Partido, caracterizou a composição das listas da Coligação aos órgãos autárquicos do concelho.

Outros dados referidos na sessão de apresentação de candidatos realizada no passado sábado, com a presença de Carlos Carvalhas, ajudam a compreender o âmbito da candidatura da CDU, cuja participação relevante na Assembleia Municipal tem sido reconhecida por todos os quadrantes políticos do concelho.

Nas suas listas, as mulheres correspondem a 33 por cento do total dos candidatos, enquanto 23 candidatos têm menos de 25 anos, sendo dois destes cabeças de lista a freguesias.

Na sua intervenção, António Salavessa falou ainda de dificuldades na constituição de lis-

simbolismo, mas não é uma candidatura simbólica. Os candidatos apresentados estão dispostos a trabalhar pelos interesses mais profundos da população.

Quem votou a dragagem?

Quem hoje visitar a cidade de Aveiro, pode constatar que os muros que ladeavam o canal central desapareceram. Desabaram na sequência das dragagens mandadas fazer pela Câmara Municipal. Em tempo de eleições, os candidatos do PS e PSD vociferaram contra a Câmara, e prometem vingar mais um atentado contra a cidade.

Contudo, para a CDU, «a realidade não é como nos filmes, é sempre mais complexa». Sendo o partido maioritário na Câmara, o CDS/PP, o grande responsável pela descaracterização da cidade, pelo crescimento desordenado, pela perda de qualidade de vida, a verdade é que outros partidos estiveram representados na votação e são

co-responsáveis em muitas situações.

É o caso das dragagens da ria. Foram mandadas fazer à pressa em 1993, em pleno período eleitoral, depois de terem sido votadas por unanimidade pelos vereadores (4 votos dos CDS/PP, 2 do PSD e 23 do PS). Só a CDU, na Assembleia Municipal votou contra a ratificação do contrato.

Salientando que não há diferenças assinaláveis entre aqueles três partidos e alertando para os fortes interesses particulares que atravessam as suas candidaturas, António Salavessa sublinhou que «pouco ou nada mudará no concelho se a CDU não estiver representada na Câmara ou se não vir reforçada a sua presença na Assembleia Municipal e nas freguesias». E acrescentou: «o que está em causa não é saber qual o galo que vai ocupar o poleiro, mas sim nove lugares na câmara e 27 lugares na Assembleia Municipal».

Na sessão realizada no Auditório do Conservatório de Música, interveio ainda o cabeça de lista à Câmara Porfirio José Almeida, que explicou as



Sessão no auditório do Conservatório de Música de Aveiro

grandes linhas de acção do programa da CDU e afirmando que os municipais são a única razão da candidatura considerou pretender esta «atenuar as consequências do neoliberalismo que impera e combater a subordinação da autarquia aos grandes interesses económicos».

Projecto humanista

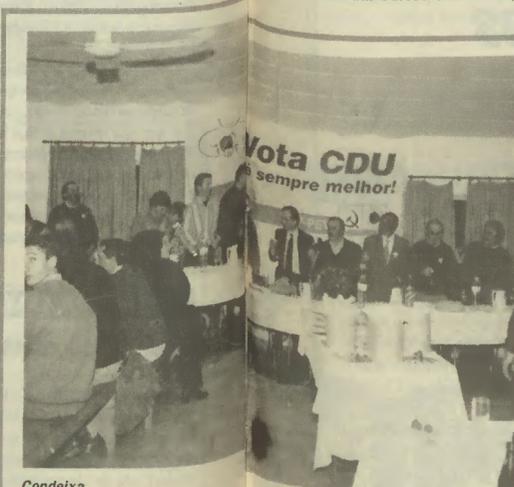
A encerrar a sessão, onde estiveram perto de uma centena de pessoas, Carlos Carvalhas voltou a realçar o carácter alternativo do projecto alternativo da Coligação e fez críticas ao Governo PS, que defraudou as expectativas de mudança. Segundo disse, «nestas eleições quase de vizinhos conta também a política geral e o quadro não é promissor, por-

que se assiste à continuação do acentuar de desigualdades e da concentração da riqueza».

No plano autárquico, Carvalhas não temeu a comparação entre os principais indicadores de qualidade de vida verificados em Aveiro e os que existem nas autarquias geridas pela CDU. O saneamento básico por exemplo, que em Aveiro não chega a cobrir 50 por cento da população, serve mais de 90 por cento das populações que residem nos concelhos de Loures, Almada, Vila Franca de Xira, Seixal, entre outros.

O bom desempenho da CDU nas autarquias, reconhecido em várias instâncias, deve-se, disse Carvalhas, ao projecto humanista, de participação e à concepção de exercício de poder que reconhece o direito à informação e assume como princípio que nenhum dos candidatos da CDU é eleito para se beneficiar a si próprio mas para trabalhar para o povo e com o povo.

O secretário-geral referiu ainda que a CDU não dispõe dos meios de outros partidos. Por isso, salientou, em maioria ou em minoria, «continuaremos a fazer uma campanha sóbria, dirigida à inteligência e à sensibilidade do cidadão. Não temos banqueiros nem empreiteiros a financiar as nossas candidaturas. Queremos ser independentes desses grandes interesses».



Condeixa. Sexta-feira, 21. Jantar de apoio à CDU que reuniu mais de uma centena de pessoas. No mesmo dia, o secretário-geral do PCP esteve na Figueira da Foz numa sessão de apresentação de candidatos

Coimbra CDU «inaugura» promessas e faz propostas credíveis

«Chega de promessas demagógicas», foi o que a CDU pretendeu sublinhar nas «inaugurações» do metro de superfície e do novo teatro municipal encenadas no passado sábado nas ruas da baixa de Coimbra. O primeiro está em estudo há quatro anos, mas de concreto nada se conhece. O segundo foi mais uma vez prometido pelo candidato PS, e actual presidente da câmara, que garante agora transformar a Estação Nova numa sala de espectáculos.

Para Jorge Gouveia Monteiro, o cabeça de lista à Câmara de Coimbra, «já chega de brincadeiras. Nem o comboio para a Lousã foi concretizado nem o ramal urbano avançou», disse o candidato da CDU, recordando que os problemas de transportes são gravíssimos e é preciso que o Metro Mondego seja discutido publicamente para dar credibilidade ao projecto.

Falando no Largo 8 de Maio, enquadrado pelos paços do concelho e pela igreja de Santa Cruz, Gouveia Monteiro insistiu ainda na necessidade de transferir a estação de camionagem para a zona junto ao Choupal e de moralizar a gestão dos transportes municipalizados, que continuam a degradar-se para gáudio de algumas empresas privadas.

Destacando-se na frente da multidão que enchia o largo, estavam Carlos Carvalhas,

secretário-geral do PCP, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, e vários candidatos que integram as listas da CDU no concelho, nomeadamente, Jorge Alarcão, primeiro candidato à Assembleia Municipal.

Carlos Carvalhas falou de seguida sobre o ambiente de confiança e determinação que tem rodeado a pré-campanha da CDU. «Confiança porque temos obra realizada», e mesmo sem inaugurações, «o contacto com as populações, as nossas listas e o nosso trabalho falam por si», disse.

Referindo-se às alterações na composição do Governo, Carvalhas ironizou: «Com as sucessivas demissões no Governo,

qualquer dia não há ministros para as inaugurações.»

Comércio em crise

Ao som de tambores e gaita de foles, esta tocada por Manuel Rocha, músico da Brigada Victor Jara, apoiantes e candidatos desfilarão pelas ruas da baixa, cumprimentando e distribuindo folhetos da CDU. Sempre recebido com simpatia, Carlos Carvalhas ia conversando com comerciantes, muitos dos quais se encontravam à porta aguardando clientes. As dificuldades que enfrentam a forte concorrência dos hipermercados e a falta de apoios ao pequeno comércio foram as principais queixas ouvidas.

Quirino Adelino, proprietário de uma sapataria, veio mesmo ao encontro do secretário-geral do PCP, para lhe expor algumas preocupações com a crise no comércio tradicional. Segundo disse, as verbas que o PROCOM (progra-



ma de modernização do sector) disponibiliza são de difícil acesso porque apenas uma parte é concedida a fundo perdido e os comerciantes estão falidos. Enquanto isso, as grandes superfícies instalam-se na cidade fazendo uma

Em prol da cultura Há muito que a Câmara promete aos agentes culturais da cidade um novo teatro municipal. Contudo, as propostas de aproveitamento e reconversão para



Um comerciante de Coimbra aproveitou a passagem de Carlos Carvalhas para protestar contra a instalação de mais hipermercados na cidade

autêntica guerra de preços. Segundo Adelino Quirino, depois do leitoral, o presidente da Câmara, Manuel Machado, decidiu anunciar que a nova sala será, afinal, construída no espaço da estação ferroviária Coimbra A, conhecida como Estação Nova.

Foi exactamente nas escadas da Estação que Jorge Gouveia

Monteiro denunciou a falta de seriedade da maioria municipal: «não sabemos se o metro irá passar pelo meio do teatro, se a primeira peça se chamará "O Machado Apitou Três Vezes ou O Intercidades"».

Em contrapartida, a CDU afirma o seu projecto em prol da cultura e apresenta propostas concretas nesta área: «Queremos libertar o espaço hoje ocupado pela penitenciária e aí abrir o grande centro cultural de Coimbra» - prosseguiu Gouveia Monteiro recordando que o Ministro da Justiça prometeu há um ano e meio a construção de um novo estabelecimento prisional a norte do concelho. Porém, o ministro mudou de opinião tendo gasto 800 mil contos em pavilhões pré-fabricados e anunciando novas obras no edifício que ultrapassam os dois milhões e meio de contos.

A CDU não vai desistir da ideia e aposta no aumento de eleitos na Assembleia Municipal e na Câmara para deslocar a penitenciária para fora da cidade e devolver aquele espaço privilegiado à população do concelho.

«Puras coincidências»

Durante a estada em Coimbra, Carlos Carvalhas chamou a atenção dos jornalistas para o número de assessores do ministro da Cultura. Numa lista que divulgou com algum pessoal do gabinete do ministro figuram 24 nomes, desde o chefe de gabinete às secretárias de Manuel Maria Carrilho, passando pelos adjuntos, assessores, colaboradores e outras pessoas com várias funções. Entre estes, alguns auferem salários que variam entre os mais de 600 contos e os cerca de 500 contos.

Com ironia, Carvalhas comentou: «Este Governo é totalmente diferente do cavaquismo. Nepotismo? Não há. Aliás, qualquer semelhança na nomeação de um familiar é pura coincidência...»

Numa outra folha entretanto distribuída, podia ler-se que Artur Penedos foi sentar-se no Parlamento em substituição de Guilherme d'Oliveira Martins, do secretário de Estado da Indústria e Energia, José Penedos, e do seu filho, Paulo Penedos, eleito para a Comissão Nacional do PS e colaborador para trabalhos jurídicos no gabinete do secretário de Estado da Presidência.

Outra coincidência é o caso de Ana Cristina Gonçalves Sabrosa Nunes Portada, mulher do parlamentar europeu e membro da Comissão Política Nacional do PS José Apolinário, que foi nomeada chefe de gabinete do secretário de Estado do Comércio e Turismo.



Jantar no Furadouro

Perto de duas centenas de activistas e apoiantes da CDU juntaram-se no passado sábado no Furadouro, num jantar com candidatos do concelho de Ovar, que contou com a participação de Carlos Carvalhas.

Luís Filipe Quintinho, o cabeça de lista à Câmara fez duras críticas à gestão da PS na Câmara, afirmando que nem metade do concelho está coberto pelo saneamento básico. Em contrapartida abundam as obras de fachada, como é o caso dos repuxos em tudo o que é rotunda. O candidato falou a seguir dos objectivos da CDU no concelho e das principais linhas que norteiam o seu programa eleitoral.

Carvalhas salientou as diferenças da gestão da CDU nos municípios onde está em maioria, e referiu que mesmo em minoria a batalha da Coligação é da máxima importância para a defesa dos interesses das populações. «Destaque mereceu ainda a presença da juventude nas listas «não por uma questão de aparência, porque quando temos o poder criamos condições para a participação dos jovens na vida das autarquias». O secretário-geral lembrou ainda que a CDU é a força política que com mais mulheres eleitas no poder local.



S. Pedro do Sul. Domingo, 23. O secretário-geral participou em várias iniciativas de pré-campanha em Vouzela, Figueiredo de Alva e S. Pedro do Sul

CDU da Horta quer hospital evoluído

Uma delegação da CDU do concelho da Horta, integrando José Decq Mota, candidato à presidência da Câmara, Francisco Gonçalves, mandatário e candidato à Assembleia Municipal, e ainda Jorge Faria Diniz e João Cláudio Costa, reuniu na quinta-feira passada com o Conselho de Administração do Hospital da Horta.

A candidatura da CDU defendeu a necessidade de o Hospital da Horta continuar a evoluir tecnologicamente como unidade de cuidados diferenciados de saúde, tendo José Decq Mota considerado que a manutenção e o reforço do seu nível é essencial para as ilhas do Faial, Pico Flores e Corvo e mesmo S. Jorge quando o problema de transportes estiver resolvido. José Decq Mota reafirmou ainda, perante aquela Administração, a intenção dos candidatos da CDU de se oporem a qualquer tentativa que venha a haver de diminuição da importância do Hospital da Horta.

Forum discute Odiveelas

A CDU de Odiveelas aproveitou o período que antecede as eleições autárquicas para «despoletar» a discussão sobre alguns assuntos que, pela sua importância, podem ser determinantes para o futuro da cidade e da freguesia.

Assim, um grupo de cidadãos de Odiveelas, motivado para a intervenção na vida da cidade, decidiu promover a realização de um Forum Odiveelas, subordinado ao lema «A cidade em debate». Na primeira reunião do Forum, onde participou um vasto leque de pessoas «reconhecidamente conhecedoras de vários assuntos de interesse para Odiveelas», foram discutidos temas como o ordenamento do território, actividades culturais, desportivas e recreativas, ensino, saúde e segurança.

«Desnorte» no PS da Marinha Grande

Só a desorganização em que caíram os serviços da Câmara e a incompetência da gestão PS podem justificar que a Passagem Inferior à Linha do Caminho-de-Ferro - obra adjudicada pela CDU em 1993 - esteja com três anos de atraso.

A Comissão Executiva da Marinha Grande da CDU, a quem cabe a denúncia, diz que, uma vez iniciadas as obras, os trabalhos decorreram «atabalhoadamente» e com problemas técnicos, explicáveis em parte pela falta de planeamento e pela vontade cega de inaugurar a obra «a qualquer preço» e «a tempo das eleições.»

Embora ainda não terminada, a passagem foi asfaltada a chover, prejudicando a qualidade do pavimento - que logo inundou com as primeiras chuvas -, sendo que as barreiras de protecção lateral já desmoronaram de um dos lados.

Enfim, um «desnorte» da maioria PS que, segundo a CDU, pode causar graves prejuízos ao erário público.

«Equilíbrio instável» do PS em Coimbra?

Os inúmeros «anúncios de grandes projectos, investimentos e obras» que o candidato do PS à Câmara Municipal de Coimbra, dr. Manuel Machado, tem feito sob formas «tacticamente diversificadas», mereceram uma tomada de posição pública do candidato da CDU, Jorge Gouveia Monteiro.

Jorge Gouveia Monteiro afirma que, apesar de pessoalmente nada ter «contra os artistas de circo que conseguem manter tanta bola no ar em situações de equilíbrio instável», julga ser mais do que «pura coincidência» o facto de a atenção prioritária do «recém-candidato» do PS incidir nas áreas que a campanha da CDU mais tem criticado: transportes, escolas pré-primárias, zonas verdes e circular externa da cidade.

Vale, pois, a pena persistir na luta pela resolução dos problemas, diz o candidato da CDU, já que «mais tarde ou mais cedo, até os mais distraídos acabam por acordar para a necessidade de dizer alguma coisa».

Verderena quer esclarecimento

Apesar de a CDU nas últimas eleições ter ganho mais uma vez a freguesia de Verderena - quase com maioria absoluta -, não ficou, como «seria lógico» com a maioria nos órgãos de freguesia. Isto porque o PS e os seus eleitos, «numa atitude sectária e revanchista, entenderam-se com o PSD» - força menos votada na freguesia - que, no «negócio», exigiu dois lugares no Executivo a troco do seu voto num eleito do PS para presidente da Assembleia.

Só que a pessoa escolhida para o lugar, na opinião da Coordenadora da CDU, «revelou-se incapaz para a função, tanto pela sua falta de conhecimento da matéria como pela forma prepotente como dirigia os trabalhos», tendo este ano, sem avisar, desaparecido das sessões e, pelo que agora se soube, apresentado o seu pedido de demissão.

Face a estes acontecimentos, a CDU entende ser agora o momento para o PS dizer se pensa manter este candidato na sua lista ou se lhe retira a sua confiança política. Para que a população possa saber em concreto quem são as pessoas que pretendem «dirigir os seus destinos na freguesia».

Castelo de Vide e Lousã CDU - factor de mudança

Com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, e de Joaquim Miranda, deputado comunista ao Parlamento Europeu, a CDU realizou no passado dia 15 de Novembro, em Castelo de Vide, um jantar-convívio, animado por um grupo musical de amigos, para apresentação pública dos seus candidatos aos órgãos autárquicos do concelho.

No jantar, que contou com a participação de mais de uma centena de pessoas, para além de Luís Sá, entrevistaram Serpa Soares, candidato à Assembleia Municipal e José António Raposo, candidato à presidência da Câmara Municipal.

Na sua intervenção, José António Raposo, depois de enumerar os problemas e carências do concelho, afirmou que os castelovidenses, constatando com «tristeza e indignação» a destruição por algumas pessoas do que «de melhor e mais bonito» tiveram na sua história, estão hoje mais conscientes da necessidade de mudança.

«Castelo de Vide tem excelentes condições de âmbito paisagístico e estratégico na sua localização, beneficiando em especial da

riqueza do seu património histórico, arquitectónico, cultural e ambiental», o que, a par do «factor humano de elevado recorte humanístico», favorece a concretização do «projecto de mudança» da CDU, disse o candidato da coligação, apresentando as principais orientações desse projecto.

Entretanto, nas várias manifestações de apoio que têm chegado à CDU de Castelo de Vide, destacou-se as de Maria Leocádia, professora, e de José Ribeiro Labaredas, cujas declarações foram lidas durante a sessão.

Lousã

Também na Lousã a CDU realizou um jantar, que reuniu meia centena de pessoas, para apresen-



A CDU defende em Castelo de Vide uma política de gestão financeira e equilibrada

tação pública dos seus candidatos aos órgãos autárquicos do concelho e que, após intervenções dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal e de representantes do PCP e PEV, terminou com um animado convívio musical.

Paulo Peralta, candidato à presidência da Câmara da Lousã, a quem coube a principal intervenção, considerou que as próximas eleições «podem representar um passo decisivo e inadiável para a democratização da vida do concelho, contrariando políticas centra-

listas (e por vezes desastrosas) que o actual executivo camarário tem levado a cabo, desrespeitando os valores lousanenses, o equilíbrio arquitectónico, paisagístico e ambiental da nossa terra».

Lembrando o atraso que se tem verificado na criação de uma rede de esgotos e de estações de tratamento, por «opção deliberada, calculista e irresponsável da gestão camarária do PS», Paulo Peralta defendeu a necessidade de pôr fim à especulação imobiliária e à sobreposição de benefícios de alguns sobre os interesses colectivos.

Por sua vez, Orlando Reis, o primeiro da lista para a Assembleia Municipal, evocou a sua experiência como membro deste órgão e criticou o regimento imposto pela maioria absoluta do PS, que «envergonha a Lousã e é uma autêntica lei da rolha».

Na altura, usaram ainda da palavra Cristina Serra, assessora de «Os Verdes» na Assembleia da República, e José Gil, do Executivo da Direcção Regional do PCP.

Momento alto do convívio foi também a intervenção musical do prof. Victor Sá, que enalteceu a personalidade de Paulo Peralta e manifestou o seu apoio à candidatura da CDU.

Cascais

Judas obrigado a recuar

O presidente da Câmara de Cascais, simultaneamente candidato do PS nas próximas eleições autárquicas, decidiu por despacho de 19 de Novembro marcar o calendário das reuniões de Câmara e eliminar as reuniões previstas para 26 de Novembro e 3 de Dezembro, sendo que a próxima reunião só se realizaria em 19 de Dezembro, depois das eleições.

Em comunicado, a CDU de Cascais alertou para a ilegalidade do procedimento que contrariava o disposto no Decreto Lei 100/84 (artº 48, ponto 1), que impunha ao Executivo a realização de uma reunião semanal ou, no máximo, quinzenal, quando devidamente justificado.

A ir para a frente, este despacho teria como consequência imediata o impedimento do normal funcionamento do órgão colegial que dirige a Câmara e a concentração de toda a gestão camarária, sem qualquer controlo e em período eleitoral, nas mãos do seu presidente actual, de novo candidato do PS ao cargo. O que, na opinião da CDU, criaria condições para o candidato do PS usar toda a máquina administrativa e de propaganda ao serviço da sua candidatura, tal como tem vindo a acontecer ao longo dos seis últimos meses (Exposição Cascais 2000 no concelho e nas freguesias, folhetos temáticos de propaganda, telefonemas gravados do presidente para os municípios, etc.).

Face a esta opção de paralisar o Executivo camarário - deixando perceber o receio do presidente, «de sustentar o debate e a relação com as outras forças políticas e os municípios» - a CDU exigiu a reposição da legalidade e o fim da utilização dos recursos públicos da Câmara ao serviço da candidatura do PS. Exigência que acabou por levar à revogação do despacho e à remarcação das reuniões previstas.

Entretanto, a propósito da declaração recentemente feita

por José Luís Judas à comunicação social, a CDU tomou também posição, considerando que ele, enquanto cidadão, «persiste em não retirar as óbvias ilações e consequências políticas do quadro por si próprio criado» ao não declarar os rendimentos ao fisco por dois anos consecutivos.

José Luís Judas manifesta «arrogância e desprezo pelas mais elementares regras éticas» ao afirmar que não se demite nem desiste de ser candidato, afirma a CDU/Cascais que, confiando na capacidade crítica do eleitorado, reafirma-se como a alternativa necessária para a Câmara e freguesias do concelho.

Amadora PS troca subsídios por votos

«Gato escondido com rabo de fora», poderia titular a notícia sobre os subsídios entregues por Joaquim Raposo, deputado e candidato do PS à Câmara Municipal da Amadora, e a queixa por difamação que ele fez à Procuradoria-Geral da República contra os deputados comunistas António Filipe e Luís Sá.

Na origem da queixa de Joaquim Raposo está o requerimento entregue na Assembleia da República pelos deputados do PCP, acusando-o de ter distribuído cheques no valor de 500 contos à Associação de Moradores do Alto do Moinho e ao Clube Recreativo e Desportivo do Alto da Cova da Moura, para daí retirar dividendos eleitorais. O Governador Civil de Lisboa - entidade que emitiu os cheques -, é, por sua vez, acusado de «envolvimento» na manobra através da «utilização abusiva de dinheiros públicos».

A verdade é que os cheques, ambos de 500 contos, foram anunciados em iniciativas públicas - a comemoração de um aniversário e um magusto - realizadas no fim-de-semana de 15 e 16 de Novembro. No primeiro caso - o da Associação de Moradores do Alto do Moinho - por uma candidata do PS à Junta de

Freguesia da Buraca, no segundo - o do Clube Recreativo e Desportivo do Alto da Cova da Moura -, pelo próprio presidente do clube.

Em qualquer dos casos, Joaquim Raposo - chamado ao palco para receber os agradecimentos pelos subsídios atribuídos -, foi apresentado como candidato do PS à Câmara Municipal da Amadora, atitude, que, no Alto dos Moinhos, foi imediatamente denunciada por um apoiante da CDU, que chamou a atenção para o óbvio aproveitamento político que a este propósito estava a ser feito. Aliás, qualquer pessoa pode ainda «tomar conhecimento» do subsídio atribuído ao Clube do Alto da Cova da Moura, se aí se quiser deslocar e observar o balancete que, exposto numa vitrine, indica o recebimento de uma verba de 500 contos atribuída pelo Governador Civil «através do deputado Joaquim Raposo».

Entretanto, o argumento que o Governador Civil de Lisboa utiliza para se defender - a atribuição dos subsídios ter-se verificado em Abril e em Setembro -, não responde ao essencial da acusação. É que, mesmo admitindo que assim seja, não diz o porquê de só agora eles serem anunciados.

Protesto dos agricultores da península de Setúbal

Realizou-se ontem, em Setúbal, uma marcha de protesto, com concentração de tractores, junto ao Governo Civil. Os pequenos e médios agricultores da península de Setúbal, seriamente afectados por uma brutal quebra na produção de tomate, atingido pelo vírus do bronzamento do tomateiro, denunciaram assim, publicamente, a recusa do governo em dar resposta adequada à situação de calamidade que os atingiu.

Em causa está - como é sublinhado nas conclusões da reunião realizada em 12 de Novembro - a continuação de centenas de pequenos e médios agricultores

que se encontram no limiar da falência.

Em 3 de Outubro passado, as Organizações dos agricultores, Hortisete-Cooperativa de Pro-

dutores Hortifruticultores Unidos da Península de Setúbal e CNA - Confederação Nacional da Agricultura, entregaram ao Governador Civil uma proposta - então reconhecida, nomeadamente pelos técnicos do Ministério da Agricultura, como justa - reclamando uma compensação para a quebra de produção registada, a receber 70% no presente ano e 30% no próximo.

Entretanto, o governo recusou a proposta dos agricultores e suas organizações, considerando-a como inaceitável.

Face a esta situação, os produtores de tomate põem em causa a própria coerência da posição governamental que, por um lado avança com medidas que traduzem a consciência de que se trata de uma situação de calamidade, por outro recusa as compensações correspondentes aos agricultores.

Em comunicado de imprensa das organizações de agricultores de Setúbal, sublinha-se que o governo, devido à persistente luta dos produtores de tomate, havia anteriormente reconhecido a situação de calamidade e prepara "um conjunto de medidas de protecção fitossanitárias", como forma de conter o vírus.

"Como pode agora o governo dizer que é inaceitável a reclamação dos agricultores e suas organizações por medidas de compensação pela brutal quebra de produção quando o mesmo governo reconhece que a situação é de calamidade e que atingiu centenas de pequenos e médios agricultores?" - questiona-se no comunicado.

Os agricultores de Setúbal sublinham ainda que este é "o mesmo governo que brinda os grandes proprietários, muitos deles absentistas, com milhões e milhões de contos".



Um momento da homenagem a Óscar Lopes

"Sentido que a vida faz" Homenagem a Óscar Lopes

No belo salão do Ateneu Comercial do Porto, cheio de amigos e colegas do mestre (professores e alunos), foi apresentado, no passado dia 13, o livro de homenagem a Óscar Lopes "Sentido que a vida faz, Estudos para Óscar Lopes", publicado pela Editora Campo das Letras, que reúne um vasto conjunto de estudos de investigadores e ensaístas, nacionais e estrangeiros, ligados à literatura e linguística portuguesa.

"Avant tout la musique" e a apresentação foi precedida por música executada ao piano por Fausto Neves, que ainda homenageou com uma pequena peça Armando Leça, compositor e pai de Óscar Lopes.

Jorge Araújo, em nome da "Campo de Letras", historiou a génese da publicação mas, sobretudo, descreveu o percurso em busca do sentido das coisas do homem, do intelectual, ao longo de uma relação com muitos anos (fora seu aluno no Liceu D. Manuel II), nas vicissitudes da luta, em diversos episódios de imaginação e combatividade que revelam a sua visão humanística da vida, indissociável da sua condição de comunista. Jorge Araújo chamou ainda a atenção para o facto de Óscar Lopes não ter sido convidado pelo Ministério da Cultura para integrar a representação portuguesa na recente feira de Frankfurt.

Isabel Pires de Lima e Ana Maria Brito entrevistaram em nome do colectivo, que inclui também Fátima Oliveira e Rosa Maria Martelo, que organizou e coordenou o trabalho de cerca de 900 páginas de estudos inéditos de 88 investigadores. "Encontrarmo-nos aqui uns com os outros e acima de tudo com Óscar Lopes, essa figura tutelar para diferentes gerações, é uma forma de lhe dizer quanto devemos à sua inquietação inquiridora, à abrangência do seu trabalho, a tantas soluções, sempre reveladoras e sempre sugeridas como dialecticamente provisórias, instaurando não a fixidez fácil de uma ordem, mas a coerência, a síntese possível, em suma a inteligência do mundo".

Óscar Lopes falou. Falou naquele seu tom juvenil de quem constantemente interroga, continuamente procura e aprende, de quem tem a capacidade de, inter-relacionando com o que foi aprendido antes, avançar com novas interpretações, caminhar sempre na transformação, com sentido...

T.L.

Desporto e cultura também é solidariedade

A Câmara Municipal de Lisboa-Desporto e a Associação Cultural e Desportiva LALINE, estabeleceram um protocolo que visa a solidariedade com a luta do povo de Timor-Leste e com os seus presos políticos e, concretamente, o apoio aos presos políticos da prisão de Cipinang. Mais uma iniciativa de solidariedade com o povo maubere e divulgação da sua luta.

A sessão de apresentação, que decorreu no passado dia 22, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, contou com a presença de uma representação da Resistência Timorense. Na tarde de convívio desportivo e cultural que a antecedeu, realizaram-se torneios de futebol e ténis de mesa e, na área cultural, houve lugar para danças e cantares de Timor-Leste.

A importância da solidariedade com os presos de Cipinang foi sublinhada pela Resistência

Timorense que informou tratar-se de "uma prisão de alta segurança onde se encontram encarcerados opositores políticos do ditador Suharto, muitos dos quais desde o golpe militar desencadeado em 1965". É também nesta prisão que se encontra Xanana Gusmão.

Ali - sublinhou a Resistência Timorense - "os presos obedecem a um regime de actividades muito rigoroso, mas, apesar disso, ainda encontram tempo e força interior para se dedicarem a actividades de carácter cultural e desportivo, como a leitura, pintura e futebol, criando um maior contacto e fortalecendo a solidariedade fraterna entre os prisioneiros timorenses e indonésios".

Racismo presente no direito ao trabalho

A "revogação pura e simples" do Decreto-Lei 9/77 - como fonte de discriminação dos imigrantes no mercado de trabalho - foi agora uma vez mais apoiada pela Frente Anti-Racista, num momento em que está se debate na Assembleia da República a regulamentação do trabalho dos estrangeiros em Portugal.

No quadro deste debate, a Frente Anti-Racista denuncia

a proposta de Lei do governo - excepção feita à intenção de eliminação da quota de um máximo de 10% de estrangeiros por empresa - como estando "ela toda, no sentido da discriminação dos imigrantes", no acesso ao emprego, no estabelecimento de regras de controlo policial, nas relações e trabalho, e ainda na confusão que estabelece entre trabalho

clandestino (que se impõe combater) e o trabalho dos imigrantes.

A Frente refere, por outro lado, a proposta de autorização legislativa, solicitada pelo governo, para alterar o regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional, como baseando-se numa "concepção perigosa para os direitos dos imigrantes em Portugal".

O documento do movimento anti-racista regista alguns exemplos concretos: atribuição de poder absoluto à Polícia de Estrangeiros na aceitação ou recusa de entrada em território nacional; oferta de emprego preferencial para trabalhadores provenientes de países da União Europeia "em detrimento dos lusófonos"; "amplitude desmedida de fundamentos" para expulsão de estrangeiros; obrigação de comunicação à polícia da presença de estrangeiros.

Face a esta política do governo, a Frente Anti-Racista sublinha o seu apoio às propostas do PCP e dos Verdes, "que vão ao encontro das reivindicações das Associações de Imigrantes, Anti-Racistas e das Confissões Religiosas", e levanta a questão pertinente - "isto tudo no Ano europeu contra o Racismo. O que vai ser no futuro?".

Odivelas

Uma nova biblioteca num edifício centenário

Sábado passado abriu portas ao público, em Odivelas, a Biblioteca

Municipal D. Dinis. Um equipamento cultural que vai funcionar num edifício centenário, vulgarmente conhecido por cantina D. Dinis, e que assim alia a recuperação do património (co-financiado pelo programa comunitário URBAN) ao investimento na educação e no desenvolvimento cultural.

A biblioteca divide-se em quatro áreas distintas - as secções infantil, juvenil, adultos e uma sala polivalente, e conta com um fundo bibliográfico com cerca de 40 mil livros, CD-ROM, vídeos, computadores e outros suportes de comunicação. Está previsto - entre as actividades de animação a implementar - o desenvolvimento de programas incentivadores dos hábitos de leitura

e a posterior organização de exposições de artes plásticas, espectáculos de música e teatro e debates.

A festa de inauguração incluiu uma manhã de *anunciação* com a participação do TIL - Teatro Independente de Loures, Escola de Equitação de Loures e Banda da Sociedade Musical Odivelense, e uma tarde com um *cortejo e animação medieval*.

Biblioteca Viva na Moita

O projecto de animação do livro e da leitura "Biblioteca Viva" - destinado aos alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico do concelho da

Moita - está de volta, com novas histórias.

Este projecto pedagógico, da responsabilidade da Câmara Municipal, acompanha anualmente o calendário do ano lectivo com sessões de animação todas as quartas-feiras, em que participam técnicos da especialidade.

Dramatizações, jogos pedagógicos, música e expressão plástica são algumas das componentes da "Biblioteca Viva", que pretende despertar as crianças para o mundo da leitura e incentivar a criatividade e a expressividade.

Este ano, as sessões repartem-se pela nova Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, e pela Biblioteca Municipal 2, no Vale da Amoreira.

UMA AVENTURA NA BIBLIOTECA D. DINIS



Jogo que tem vindo a ser oferecido a crianças e jovens do concelho de Loures e que foi desenvolvido com o objectivo de fomentar a curiosidade em torno da Biblioteca D. Dinis

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Consulta sobre a regionalização

O PS não pode continuar a enganar o País

Ingerências no poder local



O Grupo Parlamentar do PCP propôs a revogação do diploma que estabelece a defesa e controlo urbanos das

áreas circundantes à construção da nova ponte sobre o Tejo. Materializada em projecto de lei, entregue no final da semana transacta, esta proposta resulta do entendimento de que o decreto 9/93, a pretexto de defender o espaço das pressões urbanísticas e proteger de modo adequado o desenvolvimento do sistema urbano, mais não faz, afinal, do que cometer "uma ingerência abusiva nas competências que a lei confere às autarquias locais".

Isto mesmo afirmou o deputado comunista Joaquim Matias no debate sobre esta matéria motivado por uma petição assinada por cidadãos de Alcochete. No texto, os seus subscritores alertam para a falta de medidas e de contrapartidas que atenuem os impactes negativos resultantes da construção da Ponte Vasco da Gama.

Uma opinião corroborada por Joaquim Matias. Na sua intervenção, manifestou a convicção de que está a assistir-se, ao invés, à manutenção de uma legislação fortemente restritiva do Poder Local, quando a verdade é que, observou, tal não se justifica, na medida em que os PDM's das Câmaras Municipais de Alcochete, Montijo e Palmela já foram aprovados e ratificados pelo poder central, a Ponte e respectivos acessos estão em construção, como definida está a rede viária principal e delimitadas as zonas de protecção a estas infra-estruturas.

Perda de soberania monetária



"Um passo decisivo para a perda da soberania monetária", assim classificou o deputado comunista Lino de

Carvalho a criação do Banco Central Europeu. Foi no debate sobre a lei orgânica do Banco de Portugal, cujo conteúdo foi agora objecto de alterações que foram apreciadas pelo Parlamento com vista a ajustar-se ao referido Banco Central.

A proposta de lei foi aprovada na generalidade com os votos favoráveis do PS e PSD e os votos contra do PCP, PP e PEV. Sintetizando a posição da sua bancada, Lino de Carvalho frisou que as alterações agora aprovadas, ao contrário do que afirma o Governo, não consagram um maior quadro de autonomia para o Banco de Portugal.

"O Banco de Portugal passa a ficar dependente quanto às decisões fundamentais na orientação e fiscalização dos mercados monetários e cambial do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central", alertou, concluindo: "é a total alienação da soberania de Portugal em matéria de definição da política económica e monetária; é a construção do edifício-sede do federalismos económicos".

Fortes divergências quanto aos termos em que deverá processar-se a revisão da lei do referendo continuam a separar as posições dos partidos com assento parlamentar. Objecto de cinco diplomas, subscritos pelo Governo, PSD (dois), PP e PCP, o tema esteve em debate na semana transacta, todo ele centrado na definição das regras para a realização das consultas populares. Tendo como pano de fundo a consulta directa sobre a instituição das regiões e o chamado referendo sobre a Europa, a discussão trouxe de novo a lume as clivagens existentes, pondo simultaneamente em evidência as enormes responsabilidades do PS pela actual embrulhada em que se encontra o processo de regionalização.

A este respeito, depois de acusar o PS de ter metido o "processo de regionalização numa camisa de onze varas", o deputado comunista João Amaral não podia ser mais claro quando afirmou que o "PS não pode continuar a enganar o País afirmando uma vontade de instituir as regiões administrativas quando tem sido em todo o processo um artifice diligente de todos os entraves que o processo de regionalização hoje padece".

O número de eleitores necessários para validar os referendos, os momentos da sua realização, e o universo de votantes, foram, entretanto, algumas das questões que suscitaram maior controvérsia na discussão dos diplomas que deverão hoje, em princípio, ser aprovados na generalidade, após o que baixarão à comissão para encontrar uma redacção final.

Para o Governo, de acordo com as afirmações de António Vitorino, poucas horas antes de apresentar a sua demissão do

cargo de ministro da Presidência, a Constituição permite a realização no mesmo dia dos referendos sobre a Europa e a regionalização. Todavia, remeteu para o Presidente da República uma decisão sobre a matéria.

Opinião diversa tem o PCP, que, no decorrer do debate, afirmou estar-se perante um "intolerável golpe político", de acordo com as palavras de Luís Sá, que acusou o Governo de através das duas consultas no mesmo dia tentar ganhar os referendos, confundindo para o efeito as pessoas.

Questão não menos polémica foi a relacionada com o universo de votantes. No articulado da proposta governamental prevê-se que os emigrantes apenas possam votar nos referendos que incidam em "matéria que lhes diga também especificamente respeito". Discordando, o PSD, zurziu no texto, acusando os seus autores de atitude discriminatória.

"Com o PSD a exigir o voto dos não residentes na pergunta de alcance nacio-

nal, com a demagogia a funcionar em pleno, com o PP a fazer coro nesta exigência, e ainda por cima com a ameaça constante do PSD de recurso para o Tribunal Constitucional, que vai fazer o PS", interrogou João Amaral, não sem momentos antes ter observado ser este mais um "bloqueio" da direita para "o PS se desenvencilhar".

Mas foi no número de eleitores necessários para a consulta directa à regionalização que as opiniões mais se antagonizaram. O Governo, no caso da consulta sobre a regionalização, cedendo mais uma vez à direita, considera que esta só será vinculativa no caso do "sim", se a abstenção for inferior a 50 por cento.

"Para o Governo, qualquer não é um não vinculativo, quer haja mais de 50 por cento de votantes ou não. Mas o sim só é sim se houver mais de 50 por cento de votantes, caso contrário, mesmo que haja 49 por cento de votantes, dos quais, por hipótese 90 por cento dessem

resposta afirmativa, então esse sim, qualquer sim com menos de 50 por cento de eleitores, equivale a um não", sublinhou João Amaral, para quem, uma tal solução "é pura e simplesmente aberrante" e só poder ter saído da cabeça de "quem quer que o processo de regionalização tenha o máximo possível de obstáculos".

Reiterada pelo deputado comunista foi a posição da sua bancada de que o "que é vinculativo neste processo para os órgãos de soberania é a própria criação e instituição das regiões administrativas no continente", como aliás estabelece o projecto de lei do PCP, que, em conformidade, considera que uma resposta afirmativa é "condição necessária e suficiente para dar cumprimento ao artigo 256º n.º 1 da Constituição", devendo, por conseguinte, serem aprovadas pela Assembleia "obrigatoriamente as respectivas leis de instituição num prazo razoável de 90 dias".

Lei de Finanças Regionais

Por um quadro estável e transparente

Clarificar as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constitui um dos objectivos da Lei de Finanças Regionais que a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, faz hoje oito dias.

Nos termos do diploma, que baixou à Comissão de Economia, para ser apreciado na especialidade, o Estado compromete-se a assumir as dívidas dos dois arquipélagos até um montante de 110 milhões de contos (em relação a cada um).

Com este saneamento financeiro, que põe termo a uma dívida acumulada ao longo das duas últimas décadas, estabelecido é simultaneamente um quadro regulador das normas que devem reger as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Este regime das finanças das regiões autónomas, importa contudo salientar, há muito que deveria ter sido aprovado, havendo quem não dissocie esta falta de preenchimento legal da própria dívida acumulada, o que não poderá ter deixado de servir determinados interesses,

como bem observou no decorrer do debate o deputado comunista Luís Sá.

Não obstante a sua concordância com as linhas gerais da proposta, que em sua opinião pode representar uma evolução relativamente à "situação de irresponsabilidade actual", para o Grupo comunista, só a "prática política poderá testar eficazmente" no futuro as regras e mecanismos agora aprovados.

"É com expectativa que encaramos, por exemplo, a criação do Fundo de Coesão e a criação do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras", assinalou Luís Sá, sem deixar de expressar as reservas da sua bancada quanto à correcção e eficácia de algumas das soluções preconizadas no diploma.

Dispondo-se a melhorá-las em sede de especialidade, está neste caso, por exemplo, a fórmula de transferência, que, no entender de Luís Sá, está "ferida de um vício pouco aceitável", na medida em que prevê numa das suas variáveis uma diminuição do valor a transferir através da subtracção a este do valor do PIDDAC gasto na Região.

O parlamentar comunista chamou igualmente a atenção, noutra plano, para a necessidade de reexaminar as relações financeiras entre as regiões autónomas e os municípios de cada uma delas, fazendo notar que a "autono-

mia regional não pode ser construída à custa da autonomia municipal".

Por si realçada foi, por último, a importância de uma "política de desenvolvimento harmonioso de todas as parcelas do território nacional",

incluindo naturalmente as regiões do interior do Continente, política esta que não tem sido incrementada até ao momento, apesar de todas as promessas feitas nesse sentido pelo PS enquanto oposição.

Actualização do recenseamento eleitoral

A actualização dos cadernos eleitorais vai finalmente ser uma realidade. Uma proposta de lei nesse sentido, pecando embora por tardia, obteve na passada semana o consenso de todas as bancadas parlamentares. Esta conjugação de vontades foi obtida após um processo no decorrer do qual o Governo procedeu a consultas prévias aos partidos com assento no Parlamento.

De acordo com as afirmações do ministro da Administração Interna, Alberto Costa, "o Governo garante que seis meses depois da promulgação do Presidente da República a operação estará concluída". Por si reafirmado foi igualmente a intenção do Executivo em que esta questão seja resolvida "com o máximo consenso", pelo que disse estar aberto a todas as propostas.

Luís Sá, expressando o ponto de vista da bancada comunista, afirmou que esta actualização extraordinária constitui "uma necessidade democrática incontornável", justificando-a com cinco razões. "Diminuir a possibilidade de frau-

des e irregularidades eleitorais", a par da definição correcta do "número de deputados a eleger em cada círculo eleitoral", foram duas das razões por si elencadas, a que juntou uma terceira: "estabelecer de forma adequada o número de eleitos" da cada órgão autárquico.

Sublinhada por Luís Sá foi ainda a importância da actualização em ordem a "definir o número de membros que podem exercer funções a tempo inteiro" nos órgãos onde existe tal possibilidade, bem como, por último, a título de referente para cálculo de "parte importante das verbas a transferir do Orçamento para cada município e freguesia".

Importa agora que em sede de especialidade, como tratou de assinalar Luís Sá, sejam melhoradas e clarificadas algumas questões, como sejam, por exemplo, o papel das comissões de recenseamento no processo de constituição do ficheiro central informatizado, ou o estabelecimento de prazos que garantam a rapidez de toda a operação.

Negociações na Função Pública

Governo age de má-fé

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de "má-fé" no processo negocial com a Função Pública e exigiu uma mudança de atitude que se traduza num comportamento sério.

Esta posição foi assumida pelo deputado Rodeia Machado em plenário, na passada semana, numa intervenção proferida no período antes da ordem do dia. Foi sobretudo um alerta para a ausência de resposta do PS a todas as promessas que fez aos trabalhadores da Função Pública, quer enquanto oposição quer já depois de empossado o Governo.

Os variadíssimos exemplos que o parlamentar comunista levou ao conhecimento da Câmara falam todos eles por si, testemunhando de forma clara que "o Governo negocia, ou diz negociar, mas depois não cumpre o negociado".

"Existem treze mesas negociais, onze das quais já termi-

naram os seus trabalhos há alguns meses, sem que muitas das matérias aí debatidas e acordadas tenham visto até hoje qualquer diploma no sentido de levar à prática o que foi acordado", salientou Rodeia Machado, exemplificando, entre muitos outros, com os casos da mesa relativa às ajudas de custo, à formação profissional, aos escriturários dactilógrafos, ou à mesa negocial relativa a férias, faltas e licenças.

A situação é ainda mais escandalosa no que diz respeito a matérias, que, não obstante terem sido já objecto de negociação e materializadas inclusive em autorizações legislativas, continuam de difícil aplicação.

Estão neste caso os recibos



verdes, relativamente aos quais, recordou Rodeia Machado, houve o compromisso do Governo de proceder a uma calendarização de concursos, cuja sequência não cumpriu, com isso estando em vias de comprometer todo o processo.

O resultado está à vista, como frisou o parlamentar do PCP, e não só até ao momento não foi integrado nos quadros da Função Pública qualquer trabalhador oriundo da situação precária, como se tem assistido à admissão de trabalhadores com contratos a prazo, afrontando a própria lei (D.L. 195/97), que proíbe claramente aquele tipo de contrato.

Rodeia Machado deu como exemplos o Ministério da Educação onde já foram contratados pelo menos 5000 trabalhadores a prazo, bem como o da Saúde, onde o número de trabalhadores admitidos nestas condições ronda os 2000.

Propinas no Superior PCP requer apreciação parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a apreciação parlamentar do decreto-lei que regula o pagamento das propinas às instituições do ensino superior. Na base deste pedido de ratificação está a consideração dos deputados comunistas de que existe uma desconformidade entre o texto e o objecto que o diploma diz visar.

No seu pedido de apreciação os deputados do PCP recordam nomeadamente o texto da publicação do decreto-lei onde se afirma que, nos seus objectivos, inscreve-se o propósito de "esclarecer as dúvidas que possam subsistir acerca da competência para regular os termos e os prazos

em que se deve processar em cada instituição de ensino superior o pagamento das propinas".

Sucedem, porém, não ser esse o verdadeiro objecto do presente texto legal, no entender do PCP, que chama a atenção para o facto de o preâmbulo "indiciar já a disposição de impor às instituições do ensino superior os prazos e os termos da cobrança das propinas, supostamente, em nome da clareza de competências". Este intuito, acrescenta, "contraria o artigo 1º que reconhece que só às instituições cabe fixar «os prazos e os termos em que se processa o pagamento das propinas».

Mas é no artigo 2º - onde se refere que «o Governo determina os prazos e os termos para o pagamento das propinas» - , que, sem margem para dúvidas, é explicitado o verdadeiro objectivo do decreto-lei nº 304/97, como observa o Grupo comunista.

Por outras palavras, "ao determinar o prazo de uma semana (8 a 15 de Novembro) para que «o órgão legal e estatutariamente competente da instituição» fixe esses prazos e termos", o Governo, na perspectiva do PCP, está "sob a forma enganosa de «regime supletivo» a impor os termos e os prazos em desrespeito total pela autonomia universitária".

Moralização do futebol

A Associação Académica de Coimbra convidou a Assembleia da República a pronunciar-se sobre a "situação actual do futebol português e as medidas necessárias à sua moralização". Sob a foma de petição, o tema foi objecto de reflexão por parte da Câmara na semana transacta. Como foi salientado, nenhum outro clube, provavelmente, estaria em condições de lançar, como o fez a AAC, este "alerta sincero e corajoso". Daí o respeito de que é credor e o reconhecimento por um passado que tem como traço marcante - foi o deputado comunista José Calçada a lembrá-lo - , "uma acção inigualável no campo da formação integral dos homens e dos atletas".

Dessa realidade falou José Calçada, contrapondo-a à que marca hoje o nosso quotidiano, este tempo, disse, "em que os sacrosantos valores do mercado invadem progressivamente todos os sectores de actividade, o desporto, e nomeadamente o futebol", abrindo um "campo fértil para todos os abusos".

Uma situação relativamente à qual o Governo não é isento de responsabilidades, porquanto, recordou José Calçada, "confunde desporto com futebol e futebol com futebol profissional, alienando a generalização da actividade desportiva como factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade".

PARLAMENTO EUROPEU



Em Plenário

Estes foram alguns dos temas mais relevantes discutidos pelo PE durante a sua última sessão plenária.

Temporais em Portugal - o PE aprovou uma proposta de resolução manifestando a sua solidariedade para com as pessoas afectadas pelos temporais que assolaram, de forma mais dramática, os Açores e o Alentejo, solicitando a disponibilização de ajuda financeira para fazer face às necessidades imediatas e para se investir na realização de medidas de prevenção de catástrofes. Esta atitude do PE foi despoletada no início do mês por iniciativa dos deputados do PCP à qual posteriormente aderiram os demais partidos. A resolução aprovada faz também referência aos prejuízos provocados pelos temporais em Espanha.

Tratado de Amsterdão - o PE ratificou o Tratado de Amsterdão, com o voto contra dos deputados do PCP. Como se não bastasse, o Parlamento ainda se queixou da «falta de ambição» das alterações introduzidas em Amsterdão, pois há quem considere que o necessário é ir depressa e em força na direcção do federalismo. Como se isto ainda fosse pouco, o plenário rejeitou uma proposta que sugeria aos Estados-membros da UE a realização de referendos aquando da ratificação do Tratado. Incrivelmente, os deputados do PS e do PSD também votaram contra esta proposta. Falta de sintonia com o que fazem em Portugal, ou manifestação da sua verdadeira forma de pensar, uma vez longe da pressão caseira?

Relatório trienal sobre Coesão Económica e Social - a avaliação da Coesão Económica Europeia e Social entre os países da UE durante o último triénio constata um nítido agravamento entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Além disso, é confirmada a inadequação de muitas políticas cujo objectivo declarado é a coesão, nomeadamente a Política Agrícola Comum. Para o deputado do PCP, Honório Novo, estas insuficiências ao nível da coesão eram bem previsíveis. «Por um lado, porque os meios orçamentais para o período de 1994 a 1999 eram e são insuficientes, por outro, porque as capacidades nacionais de absorção

financeira são limitadas pelas imposições restritivas tendentes a fazer cumprir os critérios da UEM».

Trabalho a tempo parcial - aprovação da proposta de directiva sobre o Acordo-Quadro relativo ao trabalho a tempo parcial celebrado pelos parceiros sociais europeus. Este acordo atribui-se um duplo objectivo: por um lado, evitar a discriminação entre os trabalhadores a tempo parcial e os trabalhadores a tempo inteiro, por outro, permitir desenvolver o trabalho a tempo parcial por forma a aumentar a flexibilidade laboral.

Relações Comerciais entre a UE e os Estados Unidos - a Comissão foi auscultar o PE sobre a próxima Cimeira relativa às relações comerciais entre a UE e os Estados Unidos. O deputado do PCP, Honório Novo, considera que este encontro será uma oportunidade para comprovar, por uma vez, «se a UE tem ou não voz própria e instituições cuja acção se pauta pela defesa dos interesses políticos e económicos comunitários». Com a Organização Mundial de Comércio (OMC) a ocupar um lugar importante nesta discussão, o deputado do PCP espera que se faça com que a OMC «funcione em real independência dos interesses americanos, quer se trate da protecção da saúde pública contra o uso de hormonas, quer se trate da rejeição pura e simples dos verdadeiros atentados contra os direitos humanos que constituem as autodenominadas Leis Helms-Burton ou D'Amato-Kennedy».

Acordo de Pescas entre a UE e Cabo Verde - o PE aprovou o relatório elaborado pelo deputado português Honório Novo, que defendia a renovação do acordo de pescas existente entre a UE e Cabo Verde. Entre as várias sugestões feitas pelo relator, destaque para a chamada de atenção feita para a necessidade de se atender aos pedidos caboverdianos de embarque de observadores, do envio atempado das declarações de capturas às autoridades de Cabo Verde e da necessidade de abastecimento das unidades conserveiras recentemente instaladas naquele país.

(Estrasburgo, 17 a 21 de Novembro)

União Europeia agrava carga fiscal do trabalho

A carga fiscal sobre o trabalho assalariado agravou-se significativamente na União Europeia de 1970 a 1995 e atinge valores recordes, revela um estudo divulgado pelo Eurostat, o gabinete de estatísticas comunitário, citado pela Lusa.

Os dados respeitantes a Portugal remontam a 1993 (os últimos disponíveis segundo o Eurostat), e revelam que a percentagem de impostos incidindo sobre o salário ascendia então a 36,7 por cento, representava 46,9 por cento no total das recei-

tas fiscais e traduzia-se em 17,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em termos de percentagem descontada nos salários - impostos e cotizações sociais - a média comunitária era de 42,1 por cento em 1995 contra 28,7 por cento em 1970 na então Comunidade Económica Europeia.

Em 1995, a carga fiscal sobre o trabalho representava 51,4 por cento do total das receitas fiscais dos Quinze, contra 43,2 por cento 25 anos antes.

Em percentagem do Produto

Interno Bruto (PIB), a parte da fiscalidade sobre o trabalho nos Quinze ascendia a 21,4 por cento em 1995, contra 14,5 por cento em 1970.

Os Quinze ostentam grandes diferenças nesta matéria, com a Suécia e a Finlândia a apresentarem os níveis mais elevados e o Reino Unido e a Irlanda os mais baixos.

O Eurostat engloba, no conceito de carga fiscal sobre o trabalho, os impostos e as cotizações para a segurança social pagas pelo trabalhador e pelo empregador.

O Militante

Ano 65

Série IV

Nº 231

- CDU - PROJECTO DIFERENTE DE EXERCÍCIO DO PODER LOCAL
- BARREIRO - PELO SEU PROGRESSO PELO SEU FUTURO
- CDU NO ALGARVE UMA FORÇA ALTERNATIVA
- PEDORIDO DEZASSETTE ANOS ATÉ À VITÓRIA



Pára-quedistas britânicos abandonam Ulster

O terceiro Batalhão do Regimento de Pára-quedistas, composto por 250 homens, retirou-se na Irlanda do Norte e regressou à sua base, na passada sexta-feira. Estas são as primeiras tropas britânicas que abandonam o Ulster desde o anúncio de cessar-fogo do IRA no passado mês de Julho. Entretanto, o líder do Partido Unionista do Ulster, David Trimble, reuniu-se recentemente com o primeiro-ministro da República da Irlanda, Bertie Ahern. No fim, Trimble afirmou que o encontro foi «encorajador, realista e prático». Segundo a Lusa, Ahern referiu-se a uma possível «mudança constitucional» no que diz respeito às duas cláusulas da Constituição irlandesa que reivindicam os seis condados da Irlanda do Norte.

Negociações sobre Coreias em Dezembro...

No dia 9 de Dezembro iniciam-se, em Genebra, as negociações de paz sobre a Península Coreana entre os representantes dos governos da Coreia do Norte, da Coreia do Sul, da China e dos Estados Unidos. Esta conferência tem como fim substituir o armistício que pôs fim à guerra de 1950-53 com um tratado de paz. Esta decisão saiu da terceira ronda de discussões preliminares, realizada em Nova Iorque na passada semana. As anteriores foram suspensas depois das autoridades norte-coreanas exigirem a retirada dos 27 mil soldados norte-americanos da península.

... e sobre o Chipre em 1998

A ONU vai relançar as negociações sobre Chipre em Março de 1998, após as eleições presidenciais cipriotas gregas, de forma a «cobrir todos os aspectos do problema da ilha». De acordo com declarações do enviado especial das Nações Unidas, Diego Cordovez, proferidas na sexta-feira, já foi solicitado à ONU a instauração de «um processo de negociações, com reuniões regulares até se conseguir uma solução aceitável»

México

Novos massacres em Chiapas

Seis pessoas assassinadas, dois feridos, mais de dez casas destruídas e trinta famílias desalojadas. Este foi o saldo de um novo massacre perpetrado na semana passada por um grupo paramilitar alegadamente apoiado pelo governo, desta vez em Nueva Aurora. A maioria dos sobreviventes fugiu para a montanha, com medo de outros assaltos. Esta localidade foi violentamente atacada pelo facto de ser apoiante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Este não foi um caso isolado. De acordo com a população, nas últimas semanas ocorreram vários assaltos provocando 29 mortos e o desalojamento de 500 famílias. Os grupos paramilitares, além dos massacres às populações, bloqueiam as estradas e os caminhos e atacam a população opositora do executivo e do partido estatal, o PRI.

De acordo com o presidente do Conselho Municipal Rebelde de Chenalhó, Domingo Pérez Paciencia, quarenta homens encapuçados e armados com espingardas, pistolas e catanas entraram ao amanhecer no povoado disparando contra «tudo o que se movia», arrasando e queimando casas.

As organizações sociais e de direitos humanos não hesitam em afirmar que os agressores estão vinculados ao PRI e que têm como função fazer desaparecer os apoiantes dos zapatistas. Para estas estruturas, existe

uma «guerra fratricida» na região de Chiapas, fruto da suspensão da paz e do incumprimento dos acordos de Santo André por parte do executivo no poder.

«A violência provém do

governo e do partido oficial, o PRI, através dos seus grupos paramilitares que foram criados, treinados e armados para acabar com a vida dos povos que lutam pela sua reivindicação social», declarou Noé Hernández Caballero, dirigente da Frente de Organizações para a Libertação Nacional e a Frente de Defesa dos Direitos Humanos em Socunusco.

Para o subsecretário do governo autónomo, Javier Ruiz Hernández, «querem, pela força, que nos tornemos outra vez "pristas" (afectos ao PRI), mas não, jamais, porque estamos agora a

ver a nossa situação de pobreza extrema».

350 queixas contra o exército

Na passada sexta-feira, a Comissão Nacional de Direitos Humanos anunciou que durante este ano já recebeu 350 queixas contra elementos do Exército Mexicano. A maioria prende-se com situações de violação de residência, detenções arbitrarias, lesões e torturas. Estas acções estão-se a intensificar em Guerrero, Oxaca e Chiapas devi-

do à luta contra o EZLN e o Exército Popular Revolucionário (EPR).

As queixas junto à comissão aumentaram 40 por cento nos últimos anos, principalmente por factos relacionados com a insegurança pública, pelo que Mireille Roccatti, a presidente da instituição, defende uma maior profissionalização dos corpos policiais.

Roccatti assinalou ainda que aumentaram as irregularidades nas instituições encarregadas de aplicar a justiça e citou casos de detenções sem ordem de apreensão.



A Comissão dos Direitos Humanos recebeu 350 queixas contra o exército, só este ano

Espanha

ETA anuncia cessar-fogo parcial

Poucas foram as reacções ao cessar-fogo da ETA «na frente das prisões», apesar dos comentários de agrado de quase todos os partidos políticos espanhóis.

Três dias depois de uma reunião entre o ministro do Interior e os representantes dos partidos bascos - à excepção do Herri Batasuna - que frustrou todas as expectativas, no domingo o ministro Jaime Mayor Oreja mostrou-se disposto a transferir os presos etarras detidos nas Canárias, Ceuta e Melilla para cadeias no continente. Possivelmente serão deslocados para as novas prisões de Granada, Huelva ou Dueñas.

O comunicado oficial do Ministério do Interior reconhecia que «se produziu uma série de circunstâncias que podem e devem impulsionar uma política penitenciária mais activa dentro do respeito pelo princípio básico do tratamento individualizado dos reclusos».

Contudo, nenhum «compromisso concreto» foi formulado, visto o governo espanhol dirigido por José Maria Aznar não fazer qualquer tipo de separação entre a estratégia adoptada

contra a ETA e a política penitenciária.

Actualmente, 200 presos militantes da organização separatista estão classificados em primeiro grau, cerca de 350 em regime ordinário e 24 em regime aberto ou de semiliberdade.

A nova posição da ETA

Na passada quinta-feira, o diário basco Egin, porta-voz da

visto realizar na frente das prisões».

Escrito em basco e ilustrado com uma fotografia de etarras encapuçados, o texto sublinha que, apesar desta «trégua sectorial», os objectivos da ETA mantêm-se: a solução do «conflito» passa necessariamente pela «soberania, autodeterminação e territorialidade».

«Bem-vinda seja a discussão, de verdade!», lê-se no documento. A organização reitera mais uma vez os apelos de diálogo, mas refere-se aos perigos de se

processo democrático são a participação da sociedade basca e ir ao cerne do conflito».

Ao mesmo tempo, pede a participação de todos os cidadãos, instituições e partidos bascos para que se «multipliquem forças em defesa dos direitos dos presos detidos e com o objectivo de os transferir para a Euskal Herri (País Basco)».

As últimas acções levadas a cabo pelos etarras estavam integradas na luta pela concentração dos presos em prisões bascas, à luz do direito instituído segundo o qual o preso deve estar detido o mais próximo possível da sua residência. Entre elas conta-se o rapto e a execução de Miguel Ángel Blanco e o sequestro de 532 dias do funcionário prisional José Antonio Ortega Lara.

Todos os tipos de reacções

Na opinião do presidente da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Basco, José Antonio Rubalcaba, trata-se de «uma boa notícia», enquanto para o Herri Batasuna o comunicada trás esperança e retira todas as desculpas ao governo para iniciar um diálogo com os partidos implicados no conflito.

O movimento pacifista Elkari, a favor de negociações de paz imediatas com a ETA, considerou que a decisão é «muito positiva». Na sua opinião, Aznar tem «uma excelente ocasião» e «uma oportunidade imprevista que não deveria desperdiçar».

O ministro do Interior espanhol afirmou, por seu lado, que «a única coisa que os espanhóis entendem da linguagem da ETA será no dia em que digam que vão deixar de matar».

Este anúncio teve lugar horas antes da realização de uma reunião entre Mayor Oreja e os partidos bascos, que tinha como objectivo analisar a política penitenciária do governo.

No final do encontro, a decepção era evidente em todos os participantes, exceptuando os membros do PP. O único resultado foi a promessa por parte do executivo de «uma política mais activa» para as prisões. A criação de uma mesa permanente de negociações sobre o assunto - medida apontada como certa mesmo por fontes do Ministério - não foi sequer referida.

Nas palavras de Javier Madrazo, da Izquierda Unida, a reunião foi «decepcionante» e «vazia de compromissos concretos». «Em política, o importante são os feitos, não as palavras», afirmou.



ETA, publicou um comunicado da organização separatista que anunciava a «suspensão total de todas as acções que era pre-

«perder tempo e andar às voltas com pseudo-soluções inventadas entre quatro paredes, pois as verdadeiras bases para criar um

Iraque Inspectores regressam com novas exigências

O Iraque aceitou o regresso sem condições dos peritos em desarmamento da ONU, após a mediação da Rússia levada a cabo pelo ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Primakov, mas a situação está longe de ter voltado à normalidade. Os EUA pretendem agora o acesso ilimitado aos palácios de Saddam Hussein, o que o regime iraquiano rejeita.

As inspeções da ONU no Iraque foram reatadas no fim-de-semana, após a intervenção da Rússia junto das autoridades de Bagdad ter levado os iraquianos a recuar na sua decisão de impedir a entrada de peritos norte-americanos no país. A tensão na região baixou, mas a administração Clinton nem por isso está menos apostada em manter a pressão sobre o regime iraquiano.

Embora reconhecendo que a intervenção russa «foi muito útil», Madeleine Albright afirmou à cadeia de televisão ameri-

cana ABC que Saddam Hussein «não pode esconder seja o que for ou enganar o mundo enquanto espera que as sanções sejam levantadas de um dia para o outro». Para a administração norte-americana, «este homem tem de facto capacidade para utilizar armas de destruição massiva que ameaçam a região, a Europa e o mundo», pelo que os EUA consideram ser da sua responsabilidade «mantê-lo manietado».

É esta posição que explica a decisão de Washington de enviar para o Golfo o porta-aviões «USS George Washington» para participar nas operações de vigilância da zona de exclusão aérea no sul do Iraque, bem como a exigência de acesso ilimitado dos peritos da ONU aos palácios de Saddam Hussein. De acordo com declarações do secretário norte-americano da Defesa, William Cohen, o Iraque assinou 63 locais que estariam vedados aos inspectores das Nações Unidas, o que é considerado inadmissível.



Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança reunidos sexta-feira em Genebra para debater a crise no Golfo

Nizar Hamdoon, o representante iraquiano na ONU, alega por seu lado que o Iraque deve poder restringir o acesso a locais «directamente relacionados com o Presidente», considerando que se trata de uma questão de soberania, de segurança nacional e de dignidade. Um diferendo revelador da fragilidade do acordo conseguido quase *in extremis* pela Rússia e que evitou uma nova intervenção militar dos EUA contra Bagdad.

Não menos significativo é o facto de Bill Richardson, embaixador norte-americano na ONU, ter rejeitado o pedido iraquiano de negociações directas com os Estados Unidos.

Provocações

Os EUA não se limitam a manifestar por todas as formas a sua intransigência face ao Iraque. De facto, passaram já à fase da provocação directa, o que não abona em nada a sua posição.

De acordo com notícias veiculadas pela Lusa, o comportamento dos seis peritos norte-americanos à chegada ao aeroporto militar de Habbaniya, na passada sexta-feira, foi no mínimo reprovável. Enquanto os restantes sessenta e nove inspectores, depois de desembarcarem do avião da ONU, se fizeram

transportar em dois veículos com a sigla da organização que os esperava no aeroporto, os norte-americanos optaram por um grande jipe. Antes de subir para o veículo, um deles, exibindo um capacete com a bandeira dos EUA e óculos de sol, acompanhava com o corpo o ritmo de uma canção norte-americana que ouvia num auto-rádio com o volume no máximo.

As frases «Abaixo a América», escritas em árabe e inglês na pista e nos muros em redor do aeroporto, não justificam tal atitude. Mas o inverso pode ser verdadeiro. A final, o Iraque ainda é o país dos iraquianos.

Ásia Seul recorre ao FMI

A crise monetária chegou à Coreia do Sul. Depois da Tailândia e da Indonésia, é a vez de Seul bater à porta do Fundo Monetário Internacional.

«Para ultrapassar as dificuldades dos mercados financeiros e dos mercados de trocas, decidimos pedir um crédito stand-by ao FMI», anunciou no fim-de-semana o ministro das Finanças e da Economia, Lim Chang-yuel.

Falando em conferência de imprensa, o ministro afirmou que Seul decidiu «seguir o conselho do FMI e dos países amigos e recorrer à ajuda do FMI». Embora a importância do empréstimo esteja ainda a ser discutida, Lim Chang-yuel aponta o montante de 20 mil milhões de dólares como susceptível de «resolver as dificuldades».

Ainda segundo o ministro, nos próximos dias chegará à Coreia do Sul uma equipa do FMI para determinar as modalidades do empréstimo, estando as autoridades sul-coreanas esperanças em «conseguir os empréstimos três ou quatro semanas após a conclusão do acordo».

Também a Tailândia e a Indonésia foram forçadas a recorrer aos cofres do FMI, que lhes concedeu um empréstimo total de 60 mil milhões de dólares em colaboração com vários países.

Mercados asiáticos dominam cimeira de Vancôver

Comércio, finanças e política são os temas que oficialmente dominam a quarta cimeira da APEC - fórum de cooperação económica Ásia-Pacífico -, cujos trabalhos se iniciaram segunda-feira em Vancôver, com a presença dos chefes de Estado e de governo dos dezoito países membros da organização.

Em causa está o relançamento do processo de total abertura dos mercados da região asiática, tão cobichados pelos EUA, e a criação de mecanismos que garantam que o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) continuará a ser determinante na definição das políticas económicas.

Apresentado até há pouco tempo como o modelo a seguir pela Europa, graças ao seu crescimento sem paralelo, a Ásia debate-se hoje com a derrota financeira e monetária que já levou a Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul a bater à porta do FMI (ver peça em separado). A crise afecta por tabela os EUA e o Japão, e não deixará de se fazer sentir na Europa, mas isso não impede que o maior mercado do mundo permaneça apetecível para as empresas americanas à procura de colocação sem entraves dos seus produtos.

No fim-de-semana, Bill Clinton esclareceu que a posição norte-americana face à crise financeira asiática «assenta em dois pilares». O primeiro consiste em os países envolvidos «assumirem a responsabilidade de implementar políticas económicas equilibradas, cujas informações económicas sejam transparentes e fiáveis, e uma sólida regulamentação financeira para aumentar a confiança dos investidores»; o segundo, implica a comunidade internacional, que deve «estar pronta a ajudar os países que tomem eles próprios as medidas justas, com um papel central para o FMI».

Ou seja, os EUA recusam qualquer papel de relevo para um fundo asiático sob a tutela do Japão (cuja criação foi avançada numa recente reunião em Manila), capaz de sustentar as derrapagens financeiras asiáticas. Um tal organismo só poderá ser concebido em estreita dependência do FMI, que o mesmo é dizer, dos Estados Unidos.

O objectivo americano não constitui segredo para ninguém: a abertura do mercado interno asiático aos produtos e serviços americanos. Para o efeito foram já definidos quinze sectores, que vão desde o ambiente à alimentação, passando pelas telecomunicações e medicamentos. A desregulamentação deverá ser negociada país a país. O facto de as negociações bilaterais e regionais deste tipo serem teoricamente proibidas pela Organização Mundial do Comércio, onde os norte-americanos ditam igualmente as suas leis, parece ser de some-nos importância.

O relevo do mercado asiático na economia americana foi de resto claramente subornado por Clinton, ao afirmar que «é importante para a América (regularizar a crise financeira asiática) porque a força da nossa economia está cada vez mais ligada à sua (dos países da Ásia)». O Presidente norte-americano foi ainda mais longe garantindo que «para preparar o crescimento», continuará «a pressionar para a redução das barreiras comerciais para os produtos americanos». Segundo Clinton, «esses fluxos de comércio internacional e financeiro contribuíram no passado para o forte crescimento da Ásia, e se os dirigentes agirem energeticamente para promover a estabilidade financeira e para, ao mesmo tempo, continuar a abrir os mercados, as perspectivas de crescimento da Ásia, e portanto da América, são mais fortes».

Um conselho curioso, sobretudo tendo em conta que é justamente por causa da política seguida até agora que o chamado 'milagre' asiático deu lugar à crise económica e financeira que está a preocupar o mundo.

Bósnia Abstenção domina eleições

As eleições legislativas antecipadas na Bósnia, no passado fim-de-semana, tiveram uma taxa de participação que não deverá ultrapassar os 50 por cento. Embora se desconheçam ainda números oficiais, é um facto que os sérvios se alhearam do escrutínio que opôs uma vez mais os partidários da presidente Biljana Plavsic e os do incontornável Radovan Karadzic.

Responsáveis da OSCE afirmaram à agência France Press estar «um pouco decepcionados» com a fraca afluência às urnas, mas consideraram que mesmo assim «existe uma vontade de mudança». Lembraram ainda que não é exigida uma participação superior a 50 por cento para que o escrutínio seja considerado válido.

Segundo garantem a OSCE, a polícia internacional da ONU e a força de estabilização da NATO, não se registou «nenhum acidente ou irregularidade de maior» durante o acto eleitoral. Nesta apreciação não deverá estar incluído o facto de as forças internacionais terem excluído das listas do SDS alguns candidatos que consideraram representar os interesses de Karadzic, acusado de crimes de guerra.

tanto pelos cipriotas gregos como pelos cipriotas turcos.

Romenos protestam contra governo

Milhares de trabalhadores manifestaram-se, na quinta-feira passada, em Bucareste contra as medidas económicas governamentais, bloqueando o trânsito na baixa da capital romena e gritando palavras de ordem contra o executivo. Este governo, que substituiu os ex-comunistas que subiram ao poder depois de 1989, levou a cabo a privatização de inúmeras companhias estatais e encerrou numerosas empresas, provocando o despedimento de dezenas de milhares de pessoas. À semelhança do que aconteceu em muitos países de Leste, estas medidas foram postas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Este ano a inflação deve atingir os 140 por cento, o dobro da de 1996.

Remodelações no executivo russo

Depois do presidente Boris Ieltsin proibir a acumulação dos cargos de vice-primeiro-ministro e de ministro, na semana passada, os vice-primeiros-ministros Anatoli Tchumbais e Boris Nemtsov foram substituídos respectivamente como ministro das Finanças e ministro da Energia. Esta medida surge na sequência dos elevados honorários que alguns altos funcionários (nomeadamente Chumbais) receberam por participar num livro sobre as privatizações operadas no país. Cada um dos participantes recebeu 16 mil contos da editora.

Eleições na Dinamarca

As eleições comunais e regionais realizadas na passada semana na Dinamarca deram a vitória ao Partido Social-Democrata, com 33,1 por cento, menos 1,2 por cento do que em 1993. O Partido Liberal recebeu 25 por cento da votação, enquanto o Partido Conservador ficou com 12,1 por cento. O Partido Popular Dinamarquês - de extrema-direita - obteve 6,8 por cento.

Texto:
Domingos Mealha
Fotos:
Jorge Caria
e arquivo

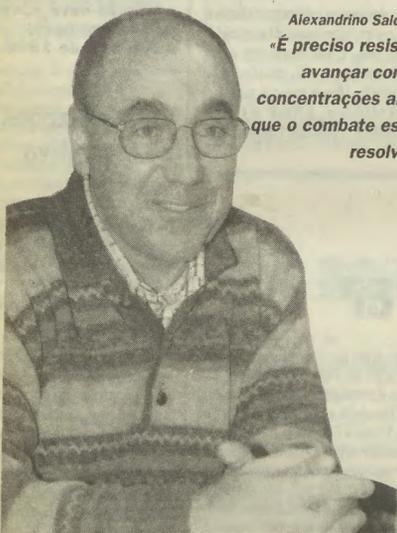
As duas faces do presidente do BCP/BPA



Para os trabalhadores do BCP/BPA, torna-se evidente a contradição entre a imagem pública do presidente do grupo financeiro e a sua actuação enquanto responsável directo por uma ofensiva contra a contratação colectiva, que pretende pôr em causa a própria profissão de bancário, como hoje é conhecida. O Jardim Gonçalves, apresentado como gestor de sucesso e banqueiro inovador com preocupações sociais, é o mesmo Jardim Gonçalves que procura impor no BCP e no Banco Português do Atlântico condições de trabalho extremamente retrógradas.

Depois da «cultura de empresa» usada para intensificar a exploração dos bancários no período inicial do Banco Comercial Português, a ofensiva de Jardim Gonçalves desenvolve-se em várias frentes: contra a aplicação do acordo colectivo de trabalho (vertical) do sector bancário, cuja revisão se

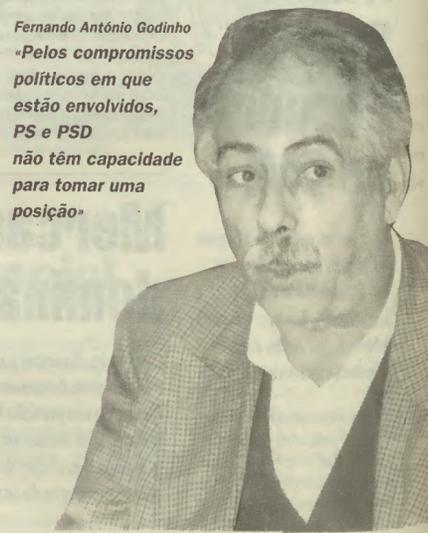
estaria a contar; em vez de uma pronta colaboração ou de uma ineficaz oposição, os sindicatos empenharam-se em esclarecer, unir e mobilizar os trabalhadores do Atlântico e do BCP em defesa de direitos inalienáveis. Mais: sublinham que esta luta tem implicações em todo o sector bancário e toma-



Alexandrino Saldanha
«É preciso resistir e avançar com as negociações antes que o combate esteja resolvido»



Fernando Vilaça
«O presidente do conselho de administração deixou de ser para os trabalhadores uma figura ímpoluta»



Fernando António Godinho
«Pelos compromissos políticos em que estão envolvidos, PS e PSD não têm capacidade para tomar uma posição»

As linhas do ataque

As instituições de crédito do grupo BCP/BPA estiveram representadas no grupo negociador patronal que discutiu com os sindicatos a revisão da contratação colectiva para 1997 (ACTV) e que, em Abril, aceitou subscrever um acordo.

Sindicatos e bancos concordaram em alterar a tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária. Nas restantes matérias, houve algumas modificações no sentido de uma maior desregulamentação, por exemplo, alargando o horário de almoço para o período entre as 12 e as 15 horas e dando mais possibilidades de praticar horários diferenciados. Houve uma série de alterações favoráveis às entidades patronais, a troco de apenas mais três dias de férias.

O BCP/BPA alegou que lhe era incomportável este aumento das férias e retirou-se da negociação. No banco até já é praticada a nova tabela salarial, pelo que, formalmente, apenas estão em causa os três dias de férias. Mas, para os eleitos unitários, Jardim Gonçalves quis aproveitar esta oportunidade para ir mais além na desregulamentação.

Os sindicatos resolveram então - e, do ponto de vista dos eleitos unitários, resolveram mal - assinar

a revisão do contrato com as restantes instituições, deixando de fora um grupo que tem hoje cerca de 20 por cento dos trabalhadores bancários.

As listas unitárias votaram contra os termos do acordo e contra a decisão de assinar sem o BCP/BPA. Só que vivia-se já um clima eleitoral no SBSI e a linha então dominante, do PS e de Barbosa de Oliveira, teria pensado que lhe seria favorável fechar o acordo e preferiu deixar para depois a resolução do problema BCP/BPA.

Ao tomar posse, a nova direcção deparou com a existência de um contrato revisto para a generalidade da banca, mas cujo acordo de revisão não fora subscrito pelo BCP/BPA.

A direcção do SBSI, com as direcções dos outros dois sindicatos de bancários (Norte e Centro), decidiram escrever ao BCP/BPA, defendendo que fossem retomadas as negociações do ACTV, no ponto em que tinham sido abandonadas pelo grupo. A isto Jardim Gonçalves respondeu que, tendo a instituição a que preside algumas características especiais, estava a pensar num acordo de empresa, com normas específicas, consideradas importantes para o desenvolvi-

mento do banco. As propostas foram surgindo a conta-gotas e sem estarem muito definidas. O documento global, anunciado pelo grupo em 25 de Junho, acabou por ser apresentado aos sindicatos em 30 de Setembro, incluindo um conjunto de 60 ou 70 cláusulas que o banco pretendia alterar, nenhuma delas num sentido mais favorável para os trabalhadores do que o contrato de 1996.

Para os sindicatos era impossível continuar a negociar nestes termos. A 8 de Outubro formalizaram esta posição, com uma declaração entregue aos representantes do banco.

Em comunicado conjunto, divulgado dois dias depois, os sindicatos sintetizavam os objectivos do grupo BCP/BPA:

- estabelecer que o acordo cesse definitivamente a sua vigência, ao fim de três anos, se não for obtido acordo para a sua revisão;
- eliminar a referência ao sábado como dia de descanso semanal e, em alguns casos, eliminar até o domingo;
- restringir o acréscimo de três dias de férias, consoante no ACTV/97, em função da assiduidade;

ram medidas de ampla denúncia pública da situação que se vive nos bancos dirigidos por Jardim Gonçalves.

É no caminho da resistência e da luta que insistem os comunistas e seus aliados na tendência unitária. A necessidade de, urgentemente, realizar novas acções envolvendo um grande número de trabalhadores e com larga expressão pública foi sublinhada com ênfase na conversa que tivemos com Manuel Macias Madeira, do secretariado sindical do BPA no distrito de Lisboa, Alexandrino Saldanha, da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Fernando António Godinho, do secretariado sindical do BPA no distrito de Lisboa, e Fernando Vilaça, da Comissão de Trabalhadores do BPA.

Jardim Gonçalves era o ímpoluto. Agora - acusam - é o homem que disse que a Servibanca ia aderir ao ACTV, mas não cumpriu; enquanto negociava com os sindicatos, andava a pressionar pessoas para assinarem contratos individuais, revelando uma postura de má-fé e de falta de palavra.

Afinal resistiram

O ataque aos trabalhadores bancários não começa por acaso no BCP/BPA, entendem os nossos entrevistados, notando que, objectivamente, no pessoal dos outros grupos há uma maior homogeneidade, não existe um tão grande peso de trabalhadores mais jovens recrutados da

Jardim público e Jardim patrão

forma que Jardim Gonçalves recrutou para o BCP no início. Esperariam assim os homens da administração que, nestas condições, fosse mais fácil avançar com a desregulamentação das relações laborais.

Recordando que, no BCP havia, a princípio, uma certa «cultura» em que os trabalhadores estavam muito identificados com as posições e os interesses do próprio Jardim Gonçalves, e eram pessoas muito escolhidas, que até tiveram alguns benefícios, os eleitos unitários notam que estes benefícios começam a ser postos em causa.

Aqueles que contavam que houvesse uma faixa ampla de trabalhadores que não iria para a contestação aos objectivos patronais, não tiveram em atenção que o tempo decorrido e a experiência de trabalho conjunto e de convívio entre trabalhadores do BCP e do BPA provocaram influências recíprocas na forma de encarar os problemas laborais.

Esta alteração, segundo quatro homens que acompanham de perto a vida nos locais de trabalho, é notória na atitude dos bancários do BCP para com os sindicatos.

São diferentes as características de cada um dos bancos: a tal «cultura de empresa» do BCP, um banco mais recente, era muito distinta do que se vivia no BPA, quer pela média etária dos trabalhadores, quer pelas tradições de luta e conquistas obtidas desde antes do 25 de Abril.

Mas estas diferenças estão a evoluir. Há três anos a mensagem do sindicato era recebida de forma muito mais fria entre os trabalhado-

Manuel Macias Madeira
«Nota-se um muito maior interesse dos trabalhadores do BCP em ouvir as posições do sindicato»



res do BCP, e agora nota-se um muito maior interesse em ouvir, conhecer e intervir.

Jardim Gonçalves contava ter, na direcção do maior sindicato do sector, o antigo presidente do SBSI - admitiram durante a entrevista, em que não foi excluído que patrão e sindicalista-colaborador tivessem adiantado até algumas conversas.

Mas acabou por ser eleita outra direcção que, embora de maioria socialista, rompeu com as anteriores orientações, enquanto as listas unitárias passaram a primeira força.

Com esta dinâmica, os sindicatos resistiram e não aceitaram aquilo que Jardim Gonçalves pretendia. Num encontro nacional de trabalhadores, realizado no Porto a 18 de Outubro, participaram cerca de 700 bancários. Posições de resistência foram tomadas num conselho geral do SBSI, em reuniões de pessoal do grupo, designadamente em Lisboa, no edifício da D. Luís (em que estiveram 50 trabalhadores do BCP, num total de 120) e no Tagus Park; foram distribuídos documentos nos locais de trabalho, foram afixados pendões de protesto nas principais artérias de diversas cidades.

Reticências

No entanto, nem todos defendem esta atitude de resistência. No secretariado sindical de Lisboa do BPA, acusam os nossos entrevistados, há um elemento que, objectivamente, toma posições que vão ao encontro daquilo que Jardim Gonçalves quer. Foi ele o mentor de um comunicado em que o secretariado sindical (com os votos de dois



Os sindicatos dos bancários trouxeram para a rua a denúncia da ofensiva patronal contra a negociação colectiva e os direitos dos trabalhadores

eleitos do PS e do PSD) tenta responder a um comunicado da célula do PCP no banco (o que permite concluir que aquelas estruturas partidárias, pelos compromissos políticos em que estão envolvidas, não têm capacidade para tomar uma posição no conflito que opõe os trabalhadores e a administração do BCP/BPA). O mesmo eleito socialista, notam ainda, opôs-se ao lançamento de um abaixo-assinado, que acabou por ser decidido numa reunião de delegados sindicais. E agora já se mostra disposto a abandonar também a oposição às transferências para a Servibanca.

A tendência unitária combate estas e outras reticências e apela a que se dê concretização e estímulo à disposição de luta dos trabalhadores. Num documento aprovado no encontro nacional do Porto, no Conselho Geral e na reunião de delegados sindi-

cais do SBSI, entre outras, admite-se a possibilidade de realizar concentrações em Lisboa e no Porto.

Era importante avançar rapidamente com estas acções, porque as pessoas continuam a ser pressionadas, em sucessivas conversas com as chefias dos vários escalões - sublinham os eleitos unitários, alertando que tal tipo de acções também se depara com alguma oposição, nomeadamente por parte de socialistas que gostariam de deixar estas lutas para depois das eleições autárquicas.

O problema é que a ofensiva patronal está a ser muito forte e é preciso resistir enquanto o ataque ainda está em marcha, e não guardar as acções para quando o combate já esteja resolvido.

Condições de trabalho e qualidade do serviço

Uma especial preocupação tem sido colocada pela tendência unitária na denúncia das condições de trabalho nos balcões do BCP e do BPA, onde por via de regra não são cumpridos os horários. Bancários que deviam sair às 16.30 ficam a trabalhar até às 18, 19 ou, no caso extremo do balcão do Cascais, até às 22 ou 23 horas. Após intervenções da Inspecção do Trabalho, os casos detectados acabam por ser punidos com coimas de 5 contos!...

Numa videoconferência recente, o eng.º Jardim Gonçalves disse que os culpados de os trabalhadores saírem depois da hora seriam os gerentes, o que, para os nossos entrevistados, não é assim tão verdade. Recusam que seja imputada apenas aos gerentes a responsabilidade pela drástica

redução de pessoal imposta com a nova imagem do BPA/Atlântico, criando balcões que foram logo baptizados como «lojas dos 300» e são descritos como espaços com uns «pirólos» espalhados pela sala - terminais de computador onde o cliente é atendido de forma pouco cómoda e com pouco sigilo.

Por outro lado, a sobrecarga de trabalho derivada da redução de pessoal é agravada com a constante introdução de novos produtos financeiros.

A ameaça de transferência para a área comercial é um dos factores de pressão para que os trabalhadores assinem o contrato individual de Jardim Gonçalves.

Muitos recusam assinar e vão para a reforma antecipada.

Estas saídas estão a ser colmatadas com a entrada de jovens, recrutados através da empresa Inter-Reditus em regime de cedência de mão-de-obra, que estão a assegurar o serviço de secções inteiras, ganhando 350 escudos por hora e fazendo por dia 10 horas.

Não têm qualquer segurança de emprego, nem assistência, nem seguros... Os eleitos unitários afirmam ter conhecimento de casos em que nem sequer passam recibos à Inter-Reditus.

E são trabalhadores nestas condições, que de um dia para o outro podem deixar de estar vinculados ao BCP/BPA, que o banco coloca a manusear informações de carácter sigiloso dos clientes. Isto dura há cerca de um ano.



Os novos balcões do Banco Português do Atlântico foram baptizados pelos trabalhadores de «lojas dos 300», por não terem nada a ver com um balcão típico e pela cada vez maior variedade de produtos que têm à venda

PS - a diferença entre o discurso e a prática

■ Jorge Pires
Membro
da Comissão Política

SE HOJE FIZERMOS a pergunta a qualquer trabalhador do distrito de Setúbal, que na primeira metade da década de 80 já estivesse na vida activa, se encontra alguma diferença nas questões fundamentais, entre os governos do PS na altura e o do Eng.º Guterres, nem com a lupa a encontrará por muito boa vontade que tenha, tal é a semelhança entre as políticas seguidas por uns e por outros na sua relação com o distrito.

Esta semelhança faz-se sentir não só nas políticas económicas e sociais, mas também na forma leviana com que pretendem desresponsabilizar-se das consequências negativas dessas políticas, procurando passar as suas próprias responsabilidades para aqueles que tudo têm feito para o desenvolvimento do distrito.

Nessa altura, o PS procurava através duma campanha organizada, com a intervenção da Comunicação Social que controlava, fazer passar a mensagem, que se vivia no distrito de Setúbal uma situação de fome e miséria porque o PCP e os seus eleitos nas autarquias locais eram um obstáculo ao desenvolvimento da região. Nada mais cínico vindo de quem tinha fortíssimas responsabilidades na situação.

Mário Soares, amarrado aos compromissos que tinha com o FMI e com os antigos monopolistas ávidos de recuperarem o poder económico e político perdido em 25 de Abril de 74, tudo fez para impedir o natural e necessário desenvolvimento da região.

Para as empresas do SEE, que empregavam dezenas de milhares de trabalhadores, nomeou gestores incompetentes que não eram mais do que comissários políticos preparados para cumprir orientações precisas que iam no sentido de criar dificuldades a estas empresas e desta forma justificarem a sua privatização.

Os direitos e regalias conquistados pelos trabalhadores eram sistematicamente postos em causa, nomeadamente o direito a um salário digno com consequente perda do poder de compra.

Fizeram-se milhares de despedimentos, asfixiaram-se centenas de pequenas e médias empresas que acabaram por encerrar. Mandou a polícia invadir os estaleiros da Margeira e bater nos trabalhadores.

Preparou meticulosamente a recomposição dos grandes monopólios a partir de um conjunto de medidas sistematizadas e anunciadas no livro branco de Veiga Simão, que os trabalhadores baptizaram de livro negro, cuja execução está na ponta final com o processo de privatizações do actual governo do Partido Socialista.

Foi um período difícil, não só para o distrito de Setúbal como para o resto do país. Alastraram as manchas de pobreza, cresceu a taxa de desemprego, já nessa altura o dobro da média nacional, mas recusámos sempre a imagem que o PS pretendia dar do distrito. O negro das bandeiras simbolizava bem a situação que se vivia, mas a cor determinante nesses momentos era o vermelho, símbolo da indignação, da capacidade de luta, da firmeza e determinação das populações em mudar a situação.

Nos momentos difíceis, foi o PCP, os comunistas, nas organizações unitárias dos trabalhadores e os nossos eleitos nas autarquias locais, que estiveram com muitos outros democratas sempre ao lado dos trabalhadores e das suas famílias.

O PS não gostava, como não gosta, do distrito de Setúbal. A prova desta afirmação é a forma como ontem e hoje exploraram e exploram os sentimentos mais nobres das populações por razões eleitorais.

Era notória a diferença entre aquilo que o PS fazia pelo distrito a partir do governo e os passos certos e determinados que as autarquias da APU davam em áreas da sua competência. Em meados da década de 80 já tínhamos quase resolvido no fundamental um conjunto de problemas que ainda

hoje se colocam em muitas regiões com maiorias autárquicas do PS, PSD e PP.

Refiro-me ao abastecimento e tratamento da água, à ligação à rede de esgotos domésticos, ao acesso à rede eléctrica, à recolha de resíduos sólidos urbanos, etc. Nesse momento estávamos já em condições de passar a uma fase superior de desenvolvimento. Através da sua Associação de

Municípios, as autarquias do distrito avançaram para o primeiro plano de desenvolvimento integrado realizado em Portugal, o PIDDS - Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, que apontavam para um conjunto de medidas e soluções para a intervenção das autarquias mas também do poder central.

A quantidade e qualidade do trabalho realizado pelas nossas autarquias eram confirmadas nas estatísticas oficiais.

Com base nos dados disponíveis do Censo de 1991 e INE, constatou-se que:

- Os indicadores de qualidade de vida colocavam a península de Setúbal na 3ª posição a nível do país, no que respeita ao PIB, nos índices de crescimento do consumo e rendimento.
- O abastecimento de água situava-se em 90,6% (2º).
- O tratamento de águas residuais em 80,8% (2º)
- A recolha e tratamento de resíduos sólidos em 100%.
- A taxa de analfabetismo era de 9,6% (2º) enquanto no país se situava em 12,6%.
- O distrito tinha o maior número de Bibliotecas Municipais 17 (7,4%).
- No final da década de 80 o distrito possuía 30 lugares por 1000 habitantes, para espectáculos culturais, o 4º distrito a nível nacional.

E podíamos continuar, referindo outros indicadores que mostram a superioridade da gestão CDU nas autarquias locais, e a partir dos quais é possível medir o estado de desenvolvimento do distrito nas áreas de competências das autarquias.

Passados mais de 15 anos, eis que surge de novo o PS e o seu governo, com outras caras e um outro estilo, a insistir na tese já gasta e tantas vezes ridicularizada pela evidência dos factos, de que os comunistas são um entrave ao desenvolvimento da região. Na cruzada anticomunista que o ministro adjunto Jorge Coelho e actual governador civil têm feito pelo distrito de Setúbal fica claro mais uma vez, tal como fez à 15 anos, que o PS procura esconder as suas responsabilidades e as consequências das suas políticas, ontem de submissão aos interesses do FMI, hoje aos critérios da moeda única.

O PS não gostava, como não gosta, do distrito de Setúbal. A prova desta afirmação é a forma como ontem e hoje exploraram e exploram os sentimentos mais nobres das populações por razões eleitorais.

Pegando, por exemplo, na temática de emprego, que é uma área da responsabilidade do poder central, podemos perguntar o que faz o governo do Eng.º Guterres para resolver este grave problema no distrito?

As respostas podem ser encontradas nas conclusões do debate público sobre Emprego com Direitos realizado pela DORS no passado dia 30 de Outubro.

A principal conclusão deste debate é que para além da limpeza dos ficheiros do IIEFP, para tentar esconder a verdadeira dimensão deste flagelo que é o desemprego, o governo do PS pouco ou nada fez até hoje.

Algumas estatísticas oficiais falam por si:

- Em Junho de 96, já com este governo em funções, o número de desempregados atingiu um record de 56.000 (17,4% da população activa). Mesmo com a manipulação estatística que tanto criticou, e sem se saber como (talvez tenha acontecido o milagre das rosas), em Dezembro do mesmo ano o número passou para 49.826, quando normalmente no último trimestre do ano a tendência é para uma subida.

- A taxa de desemprego no distrito continua a ser o dobro

da média nacional (14,77%).

- 22% do total de inscritos são jovens à procura do 1º emprego e 57% são mulheres.

- O desemprego de longa duração atingiu 48,4% do total de desempregados.

- Nos últimos 20 anos em 10 empresas com processos de reestruturação e privatização, desapareceram mais de 30 mil postos de trabalho.

Foi também confirmado neste debate o carácter estrutural do desemprego e que a enorme pressão que este exerce conduz inevitavelmente à degradação do emprego.

Seria, porém, uma grande injustiça da minha parte dizer que não fizeram nada. É que de facto fizeram uma coisa. Substituíram trabalho com direitos por trabalho sem direitos.

Mas se a situação actual é difícil, o futuro próximo, a não se verificarem alterações na política económica do governo, não se apresenta mais risonho, porque é previsível a curto prazo, com a conclusão das grandes obras públicas em curso, que empregam milhares de trabalhadores do distrito, a esmagadora maioria irá bater à porta dos centros de emprego esperando por melhores dias.

Tudo isto numa situação em que o tecido económico do distrito, com reestruturações e privatizações, se tornou incapaz de dar ocupação à mão-de-obra disponível.

A política económica do PS, tal como aconteceu com o PSD, paga-se com o desemprego dos trabalhadores.

Como se constata em áreas fundamentais para o desenvolvimento como são o tecido económico e o emprego, áreas da responsabilidade do poder central, o PS e o seu governo não mostraram até hoje estarem em condições de definir políticas que levem à resolução dos gravíssimos problemas que no distrito se mantêm nestas áreas. Mas a falta de resposta às muitas propostas que têm sido feitas pelo PCP, pelas autarquias locais pelos sindicatos e associações empresariais, também se sente noutras áreas como acontece no ambiente nos transportes nas vias de comunicação na saúde e na educação. Importantes projectos geradores de postos de trabalho, de mais conforto para as populações e da elevação dos níveis de qualidade de vida como são o Metro Sul do Tejo, o novo Aeroporto em Rio Frio, a construção da rede de ETAR's consideradas prioritárias, o abastecimento de água à península e novas vias de comunicação não mereceram até hoje respostas positivas.

Ao contrário, a nossa postura é de trabalho, de encontrar novas soluções, sempre com a participação das populações nesta caminhada do desenvolvimento integrado e sustentado que colocou o distrito nos primeiros lugares nos índices de qualidade de vida e conforto das populações. Desta forma, continuamos a provar que os verdadeiros entraves ao desenvolvimento não estão no PCP e nas autarquias locais do distrito de maioria CDU, mas sim no Partido Socialista e no seu governo, como ontem estiveram no PSD e no Cavaquismo.



A intervenção cívica como exercício da democracia



■ João Amaral

Um dos traços, assinalado com frequência, na situação política e sócioeconómica portuguesa é a progressiva degradação da vida democrática. Esse traço não resulta de nenhum acaso, mas também não é no essencial a consequência de políticas que visem tal degradação como objectivo em si. Ele é muito mais a consequência de uma política global de reconstituição de um poder económico que subordina o poder político e que vem instalando na sociedade padrões de feroz competição individual.

Defender a democracia implica combater esse desmesurado poder económico. Mas, há nesse combate uma frente que deve ser explorada e desenvolvida, a frente da intervenção cívica como exercício da democracia. Não se trata de substituir a acção política e a luta de massas, mas de as completar com as novas perspectivas que se abrem com esta frente de intervenção cívica.

Não cabe aqui enunciar exaustivamente os casos e situações em que se verifica aquela degradação da vida democrática, que de resto todos os que intervêm na política sentem e conhecem em numerosas situações. A título de exemplo, e tendo em atenção a possibilidade de intervenção cívica em defesa dos princípios democráticos, citam-se situações de flagrante violação da vida democrática.

É o que se passa crescentemente com a comunicação social. O domínio tentacular da rádio, imprensa escrita e televisão por um número restrito de proprietários formando grupos de comunicação social, e a ligação entre esses grupos de comunicação social e os grandes grupos económicos e financeiros, vai cerceando a capacidade de intervenção e mesmo a existência de uma comunicação social alternativa, livre da tutela destes grupos económicos. O que marca cada vez mais os conteúdos de informação e comentário são os interesses dos grupos económicos, e a ideologia que serve a sua perpetuação e reforço. Cada vez é mais difícil encontrar nos órgãos de comunicação social de maior divulgação uma voz diferente, designadamente a voz do PCP. A liberdade de expressão e o correspondente direito à informação são desta forma cada vez mais aparentes e cada vez menos reais.

Um segundo exemplo significativo é a situação dentro da empresa. A democracia na empresa e nas relações entre o patronato, os quadros dirigentes e a massa dos trabalhadores chegou a conhecer nos anos setenta desenvolvimentos ideológicos e práticos muito significativos. Mas, desde então, foi sendo paulatinamente reconsti-

tuída a ideia da empresa como couto privado, onde o dono é simultaneamente chefe e juiz. O aviltamento da relação democrática dentro da empresa vai comprimindo a esfera própria de direitos dos trabalhadores. Para lá dos portões da empresa, como que cessa a vida democrática e os direitos que lhe são inerentes, vigorando uma espécie de ditadura tendencial, com o patrão erigido em dono das pessoas, do seu tempo e da sua consciência.

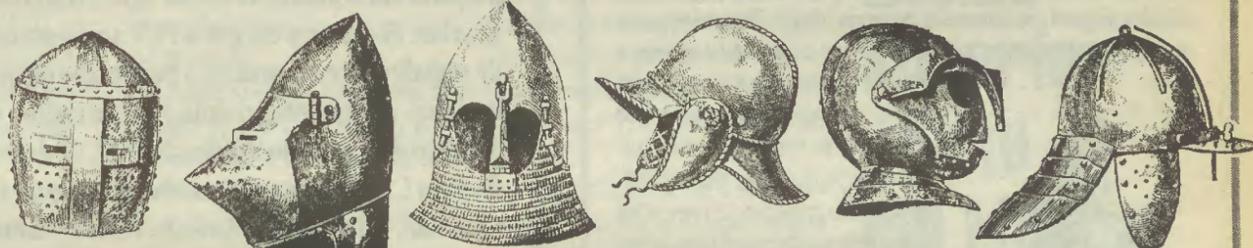
Um terceiro exemplo da degradação da vida democrática está na crescente afirmação do primado da ligação política como forma de ascensão social e da obtenção de oportunidade de negócio ou de emprego. A longuíssima lista de "jobs for the boys" que o PCP denunciou publicamente ilustra muito bem esta perversão da vida democrática. Mas o seu significa-

Insere-se aqui um quarto exemplo. É que esta partido-dependência conforma os comportamentos individuais, violando direitos e liberdades. Na mesma medida em que os da cor são privilegiados, os outros são discriminados. O que conduz a uma regra de sobrevivência que tem tudo menos ética, e segundo a qual quem pensar pela sua cabeça e actuar segundo as suas convicções, arrisca-se a ser posto de lado, a não arranjar emprego, a não ser promovido, a não conseguir os benefícios de que precisa e a que tem direito.

Um quinto exemplo é o crescente afastamento entre a vida política e os cidadãos. Os partidos "dominantes" proscvem as formas de intervenção e participação popular. O que se passou com as comissões de moradores é um bom exemplo. Por outro lado, as políticas não respondem aos problemas. As alternativas apresentadas

da democracia. Refiro-me à intervenção cívica organizada, que se vem desenvolvendo com significativa aceitação social. É uma frente que resulta da combinação de dois factores que emergem na vida social com maior acuidade: por um lado, uma maior consciência do complexo de direitos e garantias fundamentais que assistem ao cidadão e que dão contorno à cidadania; depois, um maior impulso para a intervenção de denúncia, protesto e proposta, em torno de aspectos concretos da cidadania, envolvendo inclusivamente uma grande disponibilidade para o uso de novas formas de intervenção que as novas tecnologias propiciam.

São numerosos os campos onde é possível desenvolver uma intervenção cívica autónoma, que não conflitua antes potencia a acção política geral. É possível fazê-lo, por exemplo, em campos como: - defe-



sa dos direitos dos cidadãos face à violência policial; - defesa dos direitos dos trabalhadores na empresa (levar a "cidadania plena" à empresa); - promoção da justiça acessível e célere (acompanhamento de casos de insuficiência económica ou de morosidade excessiva); - defesa do pluralismo na comunicação social (associando numa frente ampla muitas correntes de opinião e organizações); - garantias da informação e dos direitos dos utentes das grandes superfícies; - defesa contra os abusos dos bancos (comissões indevidas, etc.); - garantia dos direitos dos contribuintes; - garantia da humanização e qualidade dos serviços de saúde. Aqui, também, há muitíssimos outros campos, e por isso os exemplos podem multiplicar-se.

Em todas estas áreas, existe devidamente identificado o problema, e há muita gente com informação para o equacionar e combater pela sua resolução. A intervenção cívica permite juntar cidadãos de muitos estratos e situações, e também de áreas políticas diferenciadas. Há em geral um significativo respeito por este tipo de intervenção, e bastante abertura em certos sectores da sociedade para a participação activa, em lutas que vão desde o simples apoio jurídico até acções de combate com grande impacto.

Trata-se de um estimulante desafio, para o revigoramento da luta por objectivos concretos, inseridos numa fértil dinâmica social, com evidentes vantagens na pedagogia da acção política.

Outro exemplo significativo é a crescente mercantilização da cultura, com o caso extremo do cinema, dominado pelo cinema americano de entretenimento. Há a massificação dos padrões de consumo, com os gigantes do sector a forçarem a existência de cada vez mais centros, abertos toda a semana, a dominarem os hábitos culturais(?) e o tipo de vida da população. E há obviamente muitos mais exemplos.

Como é evidente, a forma de combater esta degradação da democracia passa, antes de tudo, pelo combate democrático, nas instituições e fora delas. São factores decisivos desse combate desde logo o reforço das forças políticas que defendem uma política alternativa, e em primeiro lugar, do PCP; depois, o reforço do movimento sindical como força de classe; e ainda o reforço de formas de organização do movimento popular, da juventude, das mulheres, etc. Essa é a indiscutível linha geral, que se deve projectar em acções concretas de luta.

do vai ainda mais fundo. Particularmente na vida económica, as formas de partido-dependência aparecem em tudo: nas encomendas, na distribuição de apoios (em fundos comunitários, isenções, bonificações, incentivos, etc.), na concessão de crédito, no conhecimento privilegiado de oportunidades. É o próprio tecido ético da sociedade que vai progressivamente apodrecendo.

Mas, paralelamente a essa linha fundamental de actuação, há uma outra que pode aparecer com crescente importância no combate democrático contra a degradação

Um auxiliar de leitura...

Esboço caricatural do «príncipe da Igreja»

■ Jorge Messias

Cada vez se torna mais evidente, na realidade, que a estrutura de autoridade actualmente exibida pelo sumo pontífice romano apenas adquire força quando apoiada num esquema de subordinação prévia da vontade dos grandes decisores ou filtrada através de poderosas formas de pressão ideológica. É então que a palavra do papa ganha uma projecção incomparável no mundo católico e é automaticamente identificada com os princípios essenciais de uma doutrina da fé que frequentemente pouco tem a ver com a mensagem cristã.

Por outro lado, se quisermos entender quais as fontes das mudanças de súbitos comportamentos de certos vultos públicos do catolicismo que, por vezes, nos apanham de surpresa, teremos de recorrer a teorias explicativas mais ousadas do que aquelas que habitualmente utilizamos. Raramente se nos torna fácil perceber que um mesmo teólogo, um mesmo bispo ou cardeal, um mesmo professor de moral assuma, a certo passo, atitudes quase contestatárias para, dias passados, se apagar, reduzir o âmbito das suas intervenções ou entrar em desacordo consigo mesmo.

O que efectivamente muitas vezes acontece é que o decisor religioso - grande ou pequeno, neste caso pouco importa - se confronta permanentemente com o dilema da oposição tendencial da sua consciência social, resultante da sua observação e experiência do mundo, e o conteúdo impositivo dos dogmas concebidos segundo os interesses da igreja oficial. Princípios e normas que mudam, contrariamente ao que a hierarquia afirma, e

vão correspondendo a mudanças de forma e conteúdo pontualmente adequadas ao simples discurso corrente do papa ou ao desenvolvimento dos projectos e previsões favoráveis ao governo da igreja institucional.

Leigo ou eclesiástico, o responsável católico compreende bem com que ambiguidades permanentes se debate. Porém, na esmagadora maioria dos casos, chegado ao momento-limite de cada situação, o grande decisor submete-se, não talvez porque tema o que lhe possa vir a acontecer, as sanções e as excomunhões, mas porque sobre ele pesam os compromissos teológicos assumidos perante a autoridade do papa, chefe espiritual incontestado, e em relação à unidade santa da Igreja e aos inamovíveis preceitos da fé católica.

O segundo anel

Quem tome entre mãos o recente "Catecismo da Igreja Católica" e o folheie, não poderá certamente deixar de se impressionar

com o minucioso método adoptado na sua redacção, no progressivo encadeamento dos argumentos e na defesa das relações de necessidade que os interliga. A aceitação de um dado princípio conduz a um segundo enunciado que funciona como seu corolário, este a um terceiro e por aí adiante, até que se atinge a conclusão que assume, então, um conteúdo dogmático. Tudo isto, sem hiatos ou intervalos lógicos. Aceitar um primeiro termo é reconhecer tacitamente a aceitação do último dos enunciados do texto.

Seria evidentemente inútil procurarmos olhar à lupa documentos tão extensos e complexos. João Paulo II, o cardeal Ratzinger e a sua experimentada equipa de teólogos são grandes e consumados mestres nas delicadas matérias da Ética e da Teologia Moral, terrenos onde se movimentam com enorme à-vontade.

(Continua)



A mesa que fez a apresentação do Programa «O PCP e o Desporto do Século XXI»

PCP lança debate sobre o Desporto em Portugal

O Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva apresentou esta semana no Hotel Metropolitan, em Lisboa, o seu programa «O PCP e o Desporto do Século XXI». Trata-se de um documento de 37 páginas que, analisando circunstanciadamente o estado actual do desporto no nosso país, faz diagnósticos, apresenta um programa de acção e, sobretudo, lança o debate nacional sobre as estratégias a definir para o desporto em Portugal. O debate agora lançado concluir-se-á em Março do próximo ano, altura em que o PCP apresentará mais novidades nesta frente de trabalho, nomeadamente a publicação do que resultar deste debate nacional. A mesa que presidiu à sessão contou com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, e integrou os elementos do Grupo de Estudos Carlos Rabaçal, também membro do CC do PCP, o Prof. Melo de Carvalho, Odete Graça, António Vilela e Manuel Vieira.

Na «Declaração do PCP sobre a situação do Desporto Nacional», lida na sessão, denunciou-se, em primeiro lugar, «a propaganda e a demagogia» governamentais «em torno do desporto escolar», nomeadamente nas recentes declarações do Primeiro-Ministro garantindo que «o Governo aposta no desporto escolar», avançando como prova dessa «aposta» o anúncio da atribuição de 12,5% das verbas do Totoloto e do Totobola para esta área do desporto, bem como a construção de 110 novos pavilhões desportivos escolares.

O Primeiro-Ministro «esqueceu-se, curiosamente, que o Decreto-Lei 95/91, ainda em vigor, prevê que 15% das verbas, exactamente do Totoloto e do Totobola, sejam atribuídas ao desporto escolar, isto é, mais 2,5% do actualmente anunciado», assinalou a Declaração do PCP.

Quanto aos novos pavilhões, o Primeiro-Ministro «esqueceu-se, também, de explicar quatos dos 110 pavilhões fazem parte do "lote" de 100 anunciados por Cavaco Silva, em vésperas de eleições legislativas, quantos estarão construídos, quais os critérios da sua construção e quando estes, finalmente, estarão a funcionar».

Para o PCP, «a finalidade do desporto escolar é, essencialmente, pedagógica e formativa e desempenha um papel fundamental na construção da personalidade dos jovens e na humanização da vida na escola e não, em qualquer circunstância, competir com o desporto federado, como responsáveis governamentais vêm, irresponsavelmente, afirmando. Esta é uma visão anti-pedagógica e antieducativa do desporto escolar, cujo objecto central é o aluno e cuja vocação é a de, com os seus objectivos próprios, cooperar de uma forma harmónica com os outros subsistemas desportivos».

Diagnosticando uma «ausência de política desportiva» no nosso país, o Grupo de Estudos do PCP identifica «o desnorte e o desinvestimento visível em todos os sectores do sistema desportivo português», identificável em inúmeras situações: «a importância do orçamento do desporto, no Orçamento de Estado, mantém-se ao nível dos anos 60»; «mantém-se, e tem-se agravado de forma gritante, a falta de apoio ao associativismo desportivo de raiz popular, ao desporto amador e ao Desporto Para Todos»; «não há um Plano Nacional de Infra-Estruturas

Desportivas nem uma Carta Desportiva Nacional que lhe dê suporte coerente»; «o Centro de Alto Rendimento (CARD) não passa de uma caricatura do projecto inicial», «a alta competição e os planos de preparação olímpica continuam sem os apoios adequados à preparação dos atletas e ao trabalho dos técnicos e do movimento associativo»; «continuam por regulamentar aspectos essenciais da Lei de Bases do Sistema Desportivo», sendo «a característica mais importante da legislação produ-



A iniciativa do PCP passou também pelo convívio. Na foto, e da esquerda para a direita, vêem-se Alves Barbosa, o prof. Melo de Carvalho e Alfredo Flores em amena cavaqueira

zida a do controlo e da limitação da liberdade e da autonomia do associativismo desportivo».

E o PCP acusa: «Na área do Desporto, o PS, tal como já havia acontecido com o PSD, tem uma prática política atrasada no tempo algumas décadas, desfasada da realidade do desporto contemporâneo, com inegáveis prejuízos para o desporto nacional, para todos os portugueses e, particularmente, para a juventude».

O PCP considera as «autarquias locais pilares fundamentais do desenvolvimento do desporto nacional», deixando claro que «são as autarquias locais, municípios e freguesias quem, face à incapacidade do Governo, têm assumido a principal fatia do investimento (cerca de seis vezes mais que o Governo) quer em infra-estruturas, quer em actividades», realçando «o particular contributo das Câmaras CDU (e dos pelouros do desporto dirigidos por comunistas), claramente pioneiras nesta área».

Nesta perspectiva, «será indispensável constituir a autarquia que falta, as Regiões Administrativas, que poderiam nesta área assegurar uma maior rendibilização e articulação de recursos, de gestão do solo, de equipamentos desportivos, da captação de meios financeiros do OE e da União Europeia. Num quadro em que o Governo Central, Regiões, Municípios e Freguesias tenham, necessariamente, claras as competências e distribuição de recursos e trabalhem em estreita cooperação, para o desenvolvimento desportivo nacional».

EM FOCO

A razão está com os estudantes

Os estudantes do ensino superior voltaram à rua para se manifestarem contra o pagamento de propinas. Em causa uma Lei-quadro do Financiamento do Ensino Superior que, na prática, corresponde a uma desresponsabilização do Estado.

Em Lisboa, a manifestação teve dois pontos de concentração - a Alameda da Cidade Universitária (local onde, na Reitoria, decorria a cerimónia solene de abertura do ano lectivo) e o Ministério da Educação - tendo os estudantes decidido um encontro posterior para definição de novas formas de luta.

O protesto estudantil assume diversas formas, em diferentes pontos do país - do Porto ao Algarve - revelando um grande descontentamento, em particular no que respeita a aspectos particularmente gravosos da política imposta pelo actual governo, como os prazos para o pagamento de propinas e a sua imposição mesmo aos bolseiros, enquanto as universidades vêem o seu orçamento reduzido e a acção social é praticamente inexistente.

JCP toma posição

Solidarizando-se com esta manifestação, promovida por várias associações de estudantes de Lisboa, a direcção da Juventude Comunista Portuguesa reafirma o seu empenhamento na defesa de um Ensino Superior Público e de Qualidade para todos. Em comunicado à imprensa, a JCP denuncia, ponto por ponto, a política actual-mente seguida.

"Com a aprovação do Orçamento de Estado, o governo assumiu publicamente que o único objectivo que tinha com a Lei do Financiamento do Ensino Superior era aumentar e cobrar as propinas", afirma-se no comunicado.

"A comprová-lo está o facto de, para este ano lectivo, o Orçamento de Estado cortar no orçamento das escolas um valor idêntico ao previsto cobrar em propinas.

"A comprová-lo está, ainda, o

facto de esta lei prever que os orçamentos das escolas são encontrados através da aplicação de uma fórmula de cálculo publicada em despacho pelo anterior governo PSD e o actual governo PS ter cortado 11 milhões de contos ao valor que, segundo a mesma, deveria transferir.

Por último - sublinha a direcção dos jovens comunistas -, "e a confirmar a total desresponsabilização do Estado no financiamento ao ensino superior público, o governo decidiu diminuir o valor atribuído à acção social escolar, cortando cerca de 5.670 escudos por mês nas bolsas de estudo e reduzir drasticamente o investimento para a construção de cantinas, residências e outras instalações fundamentais para o ensino superior".

Um quadro em que ressalta que "a razão está com os estudantes".

Um corte duplo

Já em Outubro passado, a JCP denunciara os cortes no financiamento das universidades e nas bolsas de estudo.

Referindo-se ao Orçamento de Estado proposto pelo PS, a JCP sublinhou que estava em causa um corte duplo.

Antes do mais um corte de cerca de 3,1% no financiamento das universidades portuguesas. Verba que, segundo o próprio governo, "seria suportada pelo valor a ser cobrado de propinas - 56.700 escudos/aluno".

Por outro lado, e "apesar das promessas do governo de duplicar o valor da bolsa mínima, de forma a que os estudantes bolseiros possam pagar a propina, apesar das alterações ao sistema de atribuição de bolsas

alargando o período a que os estudantes podem aceder às bolsas, o que se verifica é que na prática o governo iria financiar parte do orçamento das universidades com dinheiro da acção social escolar e desta forma reduzir em 5.670 escudos o valor de todas as bolsas de estudo".

Uma situação a que a JCP contrapõe a exigência de uma "acção social escolar - nomeadamente uma política de atribuição de bolsas - que promova verdadeiramente a igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso educativos, em vez de servir para financiar, de uma forma encapotada, os orçamentos das escolas".

Saudação

O Departamento do Ensino Superior do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa saudou a manifestação dos estudantes do ensino superior de Lisboa, «reafirmando a coincidência de posições, no que respeita à exigência de revogação da última versão da "Lei das propinas" disfarçada de Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior Público».

JCP Ensino superior reúne em Lisboa

Realizou-se no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, a Assembleia de Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP.

A Assembleia debateu um vasto conjunto de questões: a contribuição para a construção de um mundo melhor e a consciência de que a intervenção dos estudantes comunistas só faz sentido integrada e como componente dinâmica da intervenção mais vasta dos trabalhadores e do PCP; a luta por um ensino superior público de qualidade para todos e a luta em defesa dos direitos dos estudantes do ensino superior privado; a intervenção em torno dos problemas concretos das escolas; o contributo para o reforço do movimento estudantil nas suas mais diversas expressões; as questões ligadas ao indispensável e possível reforço da organização da JCP nas escolas do ensino superior de Lisboa.

O desenvolvimento da luta contra a actual lei de financiamento esteve presente ao longo de todo o debate.

A Assembleia aprovou por unanimidade a resolução *Reforçar a intervenção, a luta e a organização* e elegeu a nova Direcção do Ensino Superior de Lisboa da JCP - uma DOESL com maior ligação às escolas e aos principais colectivos, mais reforçada na sua capacidade de direcção.

Após os debates - que contaram com a participação de Ricardo Oliveira, da Comissão Política da JCP, e Helena Medina, do executivo da DORL do PCP - realizou-se um jantar de confraternização.



A desresponsabilização do Estado é uma razão fundamental do protesto estudantil



Os problemas do ensino estão ligados também aos dos jovens trabalhadores

A Europa pelo emprego

Trabalhadores exigem mudança de rumo - Quinze acordam objectivos mínimos

«**N**ão à Europa do desemprego» - uma palavra de ordem insistentemente repetida pelas dezenas de milhar de trabalhadores que se manifestaram quinta-feira no Luxemburgo, respondendo ao apelo da Confederação Europeia de Sindicatos. A mensagem chegou aos quinze chefes de Estado e de Governo que no mesmo dia deram início ao Conselho extraordinário dedicado ao emprego - o primeiro na história da União Europeia, mas o texto adoptado no final da cimeira limita-se a estabelecer objectivos mínimos em matéria de luta contra o desemprego.

A manifestação no Luxemburgo, tal como a marcha europeia contra o desemprego realizada em Junho último em Amesterdão, tem como pano de fundo uma realidade que os belos discursos sobre a União Europeia e a marcha triunfal para a moeda única já não conseguem escamotear: cerca de 20 milhões de desempregados, a maioria dos quais com menos de 25 anos.

O secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), Emilio Gabaglio, foi bem claro ao afirmar que «chegou a hora de interpelar a cultura económica a fim de ajudar o conjunto do movimento sindical e das forças sociais a romper com o pensamento único inspirado no neoliberalismo que continua a dominar a Europa». A questão que se coloca - e a pergunta parece cada vez mais de retórica - é de saber se existe vontade política para o fazer.

Se não restam dúvidas de que os Quinze estão preocupados com a amplitude do problema do desemprego, que ameaça a cada passo ficar fora de controlo, não é menos verdade que a ausência de medidas concretas, a começar pela indispensável mudança de rumo na construção europeia, continua a ser uma constante na política comum. Esta cimeira do Luxemburgo dita do emprego não foi excepção. Basta dizer que o texto final reuniu o consenso mesmo dos que consideram, como é o caso do chanceler alemão Helmut Kohl, que a questão do emprego (e da falta dele) é da exclusiva responsabilidade das autoridades nacionais.

Helmut Kohl subscreveu as propostas da presidência luxemburguesa, bem como os objectivos fixados (emprego para jovens e desempregados de longa duração, formação, financiamento mínimo das Pequenas e Médias Empresas/PME inovadoras pelo Banco Europeu de Investimento/BEI, etc.). E fê-lo, como de resto explicou o seu conselheiro económico, «porque não há diferenças entre a posição alemã e o texto das conclusões. O que é uma forma de dizer que as políticas de emprego continuarão, no essencial, a desenvolver-se num quadro nacional, não havendo o 'perigo' de passarem ao nível comunitário, com os investimentos que tal implicaria... e que poderiam pôr em causa a sacrossanta moeda única.

O texto adoptado no Luxemburgo, e que deverá ser concretizado país por país na cimeira europeia de Cardiff, em Junho do próximo ano, apesar de algumas (tímidas) propostas positivas, não deixa margem para dúvidas: «Esta evolução (do emprego) será reforçada pela entrada na terceira fase da União Económica e Monetária (UEM) e pela introdução do euro». Ora, são esses objectivos que exigem a contenção das despesas públicas, a moderação salarial, a reestruturação de sectores através de despedimentos, a privatização das empresas públicas, a

perda de direitos sociais, numa palavra, o prosseguimento da mesma política que gerou os vinte milhões de desempregados existentes na Europa comunitária.

Trata-se, no essencial, do reconhecimento de que o pacto de estabilidade monetária acordado em Amesterdão, aquando da revisão do Tratado de Maastricht, tem incidência não apenas ao nível da moeda única mas também - como muitas vezes foi denunciado por uns e negado por muitos - ao nível do modelo social europeu.

As dezenas de milhares de trabalhadores que desfilarão no Luxemburgo, numa manifestação de força que ultrapassou as perspectivas mais optimistas, demonstraram que os povos da Europa não aceitam o modelo social ultraliberal que lhes querem impor. A luta de massas está na rua. A História afinal não acabou.



- Duas medidas, duas, para disfarçar o inaceitável

O Conselho Europeu disse e escreveu: o nível do desemprego é «inaceitável». Para fazer face ao «inaceitável», anunciou o seu apoio a «duas iniciativas concretas»: uma redistribuição do orçamento comunitário e um plano de acção do Banco Europeu de Investimento (BEI) a favor das Pequenas e Médias Empresas (PME). Não é bem fazer omeletes sem ovos, mas quase.

A primeira iniciativa, respeitante ao orçamento comunitário, tem o cuidado - Kohl e moeda única exigem! - de garantir que não haverá despesas acrescidas. Limita-se tão-só a baralhar e dar de novo, ou seja, a redistribuir verbas já orçamentadas. A medida

implica, naturalmente, que algum programa agora com dotação orçamental vai ficar desprovido a favor da nova linha criada e baptizada de «Iniciativa europeia para o emprego». Especula-se sobre a possibilidade de o alvo a abater ou a diminuir ter alguma coisa a ver com os Fundos Estruturais, mas de concreto nada se sabe. Recordar-se, no entanto, que o conceito de «empregabilidade» tão caro ao primeiro-ministro Guterres para garantir para Portugal a manutenção dos Fundos Estruturais, postos em causa pela alegada e propagandeada baixa taxa de desemprego nacional, que no entanto é a mais elevada no que respeita ao desempre-

go de longa duração, não colheu apoios entre os Quinze.

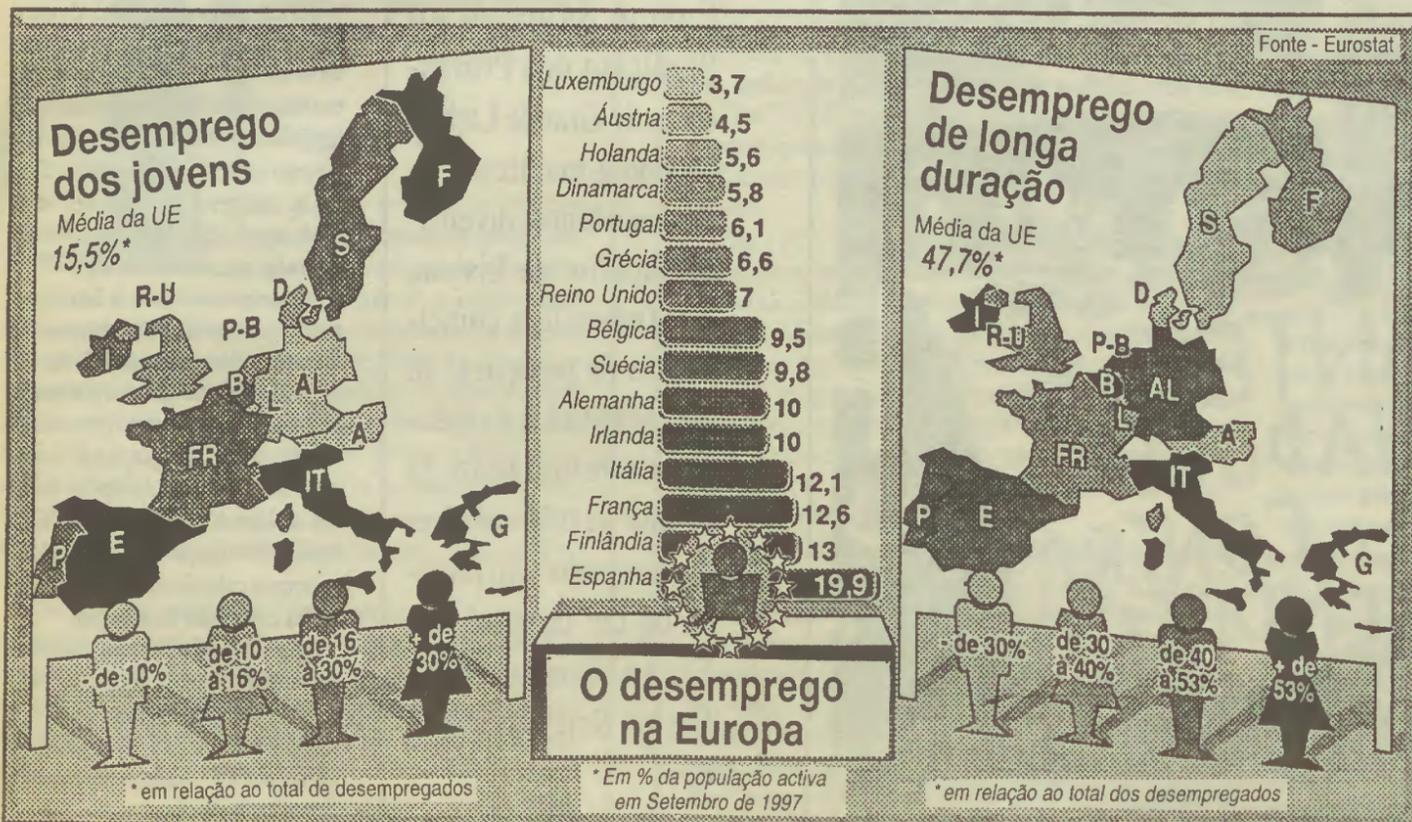
Seja como for, através desta deslocalização de verbas, os Quinze propõem-se consagrar, nos próximos três anos, alguns milhões de Ecu para apoiar as PME. Isso permitirá, segundo garante a presidência luxemburguesa, «ajudar em particular as PME a criar empregos estáveis».

A segunda iniciativa, respeitante ao BEI, visa permitir o recurso aos excedentes do Banco de forma a disponibilizar uma linha de crédito suplementar para o financiamento de PME de alta tecnologia. De acordo com o presidente do BEI, Brian Irwin, a criação deste «guichet especial PME» é o primeiro passo para encorajar o que designa de financiamento por «capital de risco». Ou seja, os excedentes do BEI - vale a penas fixar que se está a falar de excedentes numa situação em que a falta de investimento é geradora de desemprego - vão ser parcialmente usados para compensar os problemas criados por um sistema dominado pelos mercados financeiros.

As verbas apontadas, reconhecem todos, são mais do que modestas face às necessidades reais. Cabe agora aos países, condicionados pelas exigências da moeda única em que todos se afirmam empenhados, fazer o resto.

A Comunidade sossega a consciência com as recomendações do costume: há que dar prioridade a projectos relacionados com a saúde, a educação, a renovação urbana, o ambiente; cada país deve apostar na formação, sobretudo de jovens desempregados e de desempregados de longa duração...

Quanto aos grandes projectos europeus, susceptíveis de contribuir para a criação de empregos, como repetidamente se disse em relação às redes transeuropeias, por exemplo, os tempos são de contenção. Ou, dizendo de outra forma, os custos não se coadunam com as exigências da moeda única.



EM FOCO

PCP alerta opinião pública

Mais aumentos nos telefones não!

Com uma acção pública em Lisboa, o PCP inicia hoje a distribuição de um folheto denunciando a preparação, para depois das eleições autárquicas, de novos e acentuados aumentos das tarifas dos telefones.

«O Governo PS e a Portugal Telecom preparam-se para fazer um escandaloso aumento dos preços dos telefones para 1998», acusam os comunistas. A denúncia é concretizada em três pontos:

- «Querem aumentar o custo das chamadas, principalmente das chamadas locais, aquelas que são utilizadas pela maior parte da população, em valores que podem ir dos 25% a mais de 30%, depois do seu custo ter sido agravado mais de 400% de 1993 a 1997.»

- «Querem aumentar a assinatura mensal em mais 9%, depois do seu custo ter sido agravado em 38% de 1993 a 1997.»

- «Querem fazer subir os preços das chamadas nas cabinas telefónicas e nos postos públicos.»

Desnecessários e inaceitáveis

Para o PCP, os aumentos dos telefones não são necessários e são inaceitáveis, já que a única justificação para os efectuar é «a privatização da Portugal Telecom e o objectivo de maximizar os lucros dos grandes grupos económicos que estão a controlar as

telecomunicações». No folheto cita-se, a propósito, o presidente da PT, Murteira Nabo, que confirmou, em Outubro, ao «Diário de Notícias» que «se não se quisesse rebalancear tarifas, não se devia ter optado pela privatização».

Outros argumentos avançados em defesa dos aumentos das tarifas são contestados pelo PCP, que sublinha o facto de as empresas de telecomunicações serem «altamente lucrativas», o que é ilustrado com os mais de 60 milhões de contos de lucros previstos para 1997 no grupo Portugal Telecom.

Por outro lado, a necessidade de proceder a reajustamentos (reduções) nas tarifas internacionais não implica, obrigatoriamente, aumentos noutros serviços, defendendo o PCP, em contrapartida, «o estabelecimento de regras de comparticipação para o serviço público, que obriguem as empresas que venham a intervir no sector» e «a redução dos lucros existentes».

Especial preocupação suscitam, por parte dos comunistas, as implicações sociais que terão estes aumentos. O PCP afirma que também o Governo e a Portugal Telecom «conhecem os reflexos que os brutais aumentos de preços que

estão a decidir vão ter na vida dos portugueses e, por isso, procuram dis-

farçá-los num mar de confusão, para português não ver, até às eleições autárquicas».

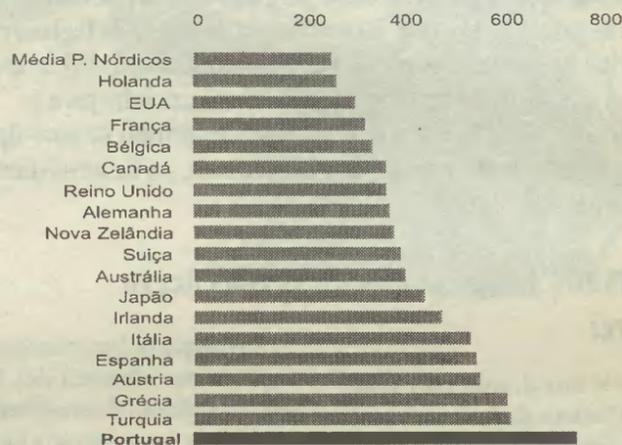
Sublinhando que «não há malabarismos com diminuição dos preços das chamadas internacionais, que a maioria da população não faz, ou alterações de escalões com benefícios para sectores limitados, que escondam a realidade do aumento das chamadas locais e do agravamento da conta telefónica da esmagadora maioria da população», os comunistas chamam a atenção para alguns aspectos menos evidenciados por quem quer preparar a opinião pública para aceitar os aumentos:

- as chamadas internacionais vão baixar, mas que mais as utiliza são as grandes empresas, enquanto a generalidade da população será fortemente penalizada com a subida das tarifas das chamadas locais;

- os aumentos não ultrapassarão a taxa oficial de inflação para os utentes que contabilizam até 130 impulsos por mês, mas «estes são pouco mais de 200 mil», num total de três milhões de utentes residenciais;

- por alterações de escalões, haverá tarifas, hoje consideradas regionais, que passarão a locais; mas «a futura tarifa local vai ser

Portugal já tem o cabaz de telecomunicações, para utentes residenciais, de custo mais elevado de toda a Europa, tendo em conta o poder de compra (IVA incluído).



(elementos da Associação de Operadores das Telecomunicações Nórdicos em paridades de poder de compra)

mais cara que algumas das actuais tarifas regionais» e, claro, os agravamentos dos preços vão abater-se sobre todas as chamadas que continuarão no escalão das tarifas locais;

- o custo formal por minuto poderá não ser alterado, «mas, na realidade, se os aumentos se concretizarem, quando iniciar cada chamada (local, regional ou interurbana), à partida, vai pagar mais 25 a 30 por cento acima do que paga hoje».

Ainda antes dos afazeres em que se viu envolvido desde o final

da semana passada, o primeiro-ministro foi desafiado por Carlos Carvalhas a pronunciar-se sobre os rumores postos a circular. Oficialmente, o Governo não desmentiu que os aumentos das tarifas estão em preparação. Pelo contrário, os rumores foram agravados com uma notícia muito incompleta, dada num telejornal de sábado da televisão pública, na qual não foi dado conhecimento da fonte da informação nem de qualquer reunião em que tal matéria pudesse ser discutida.

Protestar antes que seja tarde

«Diga não aos aumentos!» - apela o PCP, no folheto que a partir de hoje está em distribuição à população, iniciativa que é acompanhada pela edição de um autocolante.

Integrada no movimento de protesto contra o aumento das tarifas telefónicas, está a ser feita uma recolha de assinaturas em postais endereçados ao primeiro-ministro, em que se realça que «as famílias portuguesas já pagam os telefones mais caros da Europa, considerando o poder de compra» nos diferentes países.

De igual forma, diversas autarquias, organizações populares e estruturas representativas de trabalhadores estão a tomar posição pública sobre este tema, reclamando a suspensão da subida dos preços.

A importância de travar estes aumentos é acrescida por, como denuncia o PCP, o Governo ter «já na mira aumentos da electricidade, do gás, dos transportes, dos passes sociais, das portagens e outros serviços públicos, tudo para aplicar em Janeiro de 1998, depois das eleições autárquicas», bem como a aplicação do aumento das propinas no Ensino Superior. Afirmando que «as coisas não têm que ser assim» e defendendo que «é necessário e possível melhorar as condições de vida», os comunistas recordam notícias recentes sobre o forte grau de endividamento das famílias portuguesas e condenam o «novo rombo nos orçamentos familiares» que aqueles aumentos representarão.



EM FOCO

④ Formação, trajectória e fim do Império Britânico

■ Manoel de Lencastre

A revolução industrial



A Revolução Industrial transformou o Império. Acelerou-lhe a expansão. Deu-lhe imensas possibilidades e fez nascer ideias. Mas o irresistível impulso colonial, favorecido pelo desenvolvimento da navegação, do comércio de escravos, dos seguros navais e outros (a "Royal Exchange" vinha de 1570 e fora fundada por Thomas Gresham) também contribuiu para a criação de condições que deram origem aos primeiros fabricos e, depois, às primeiras indústrias organizadas para a produção em massa, e para os grandes projectos. A constituição do Banco de Inglaterra e as primeiras sociedades por acções (*joint stock companies*) foram passos significativos, históricos, que abriram caminho para o financiamento do Estado e das iniciativas industriais de novo tipo que a burguesia inventava, quase diariamente, e o desenvolvimento do capitalismo sugeria.

Carvão "King coal" - o rei

Pode dizer-se, assim, que o Império e a Indústria são irmãos no processo de libertação das forças produtivas dos povos britânicos. Os métodos de transporte começaram a sofrer alterações radicais, as mais profundas e pensadas desde a passagem dos romanos pelas Ilhas Britânicas. Logo nos primeiros dias do reinado de George III (1760) começara a construir-se um sistema de canais que, gradualmente, foi ganhando presença nas principais regiões e desenvolveu-se, mais rapidamente, na zona londrina e do vale do Tamisa. Esses canais possibilitavam o mais fácil transporte da principal mercadoria da época - o carvão.

A Revolução Industrial, portanto, foi o abrirem-se ao mundo das condições que estavam a ser criadas e amadurecidas desde os dias de Henry VIII. Em Manchester, o algodão que chegava ao mercado e se fazia pagar através de recursos provenientes da venda de escravos, era a matéria-prima que fazia funcionar as fabriquetas de fição. Em breve, começariam a surgir fábricas dignas desse nome cujos inovativos processos de organização fabril e de administração eram ainda mal conhecidos. Estava à vista uma nova era de utilização de maquinaria, de produção em massa, de organização da exploração da mão-de-obra para a apropriação das mais-valias realizadas e para a acumulação rápida de capital.

Em Liverpool, lado a lado com o comércio bancário que entrava num ritmo de expansão quase fabril, prosperava o de escravos. A estreita ligação entre estas actividades foi uma das bases que deram lugar ao histórico arranque industrial. Este, por sua vez, colocava frente a frente as duas classes sociais que agitariam e transformariam o mundo - o patronato e a classe operária. Outras condições que se têm como fundamentais em qualquer estudo da Revolução Industrial e do Império britânico, foram a desanexação brutal e sistemática da pequena propriedade rural, a expropriação dos mais vulneráveis detentores de terras, e o desenvolvimento da agricultura. Não pode deixar de notar-se, também, o dramático aumento demográfico que se registou, simultaneamente, em Inglaterra e na Irlanda.

O país negro

A produção de ferro começou a atingir uma expressão jamais vista. Na região das Midlands, o desenvolvimento desta indústria, juntamente com a intensificação da extracção de carvão, dava lugar a que se fixasse na atmosfera, no solo e em toda a parte, uma fina película negra que se infiltrava nas casas, nos campos e até, possivelmente, na alma das pessoas. Essa região (Birmingham, West Bromwich, Dudley, Wolverhampton) ainda hoje é conhecida como "Black Country", o país negro. Estávamos nos primeiros tempos da era industrial e longe, bastante longe, na verdade, de começar a compreender que as grandes concentrações industriais, para mais nos

seus primórdios, causam prejuízos mortais à espécie humana e ao meio ambiente. Mas, no tempo da Revolução Industrial, as questões do ambiente ainda não faziam parte das preocupações gerais. O trabalho e os salários, a produção e os lucros eram os temas sentidos mais a fundo.

Apareceram oficinas que se dedicavam à transformação do ferro e faziam ferramentas. As indústrias da cerâmica e das porcelanas (região das "Potteries", Stafford, Stoke) aumentavam as suas possibilidades. Outras (maquinaria, instrumentos vários, papel, relojoaria, meios de transporte) faziam a sua aparição no palco imenso da Revolução Industrial. Projectavam-se obras públicas em grande escala. A rede de estradas começava a cobrir o país. E a partir do momento histórico em que James Watt (1736-1819) criou a primeira máquina a vapor verificou-se uma espectacular e decisiva intensificação de todo o processo.

O combinado carvão e ferro transformavam a natureza e o ritmo de muitas actividades produtivas. Em quase todo o país surgiam pequenos, médios,

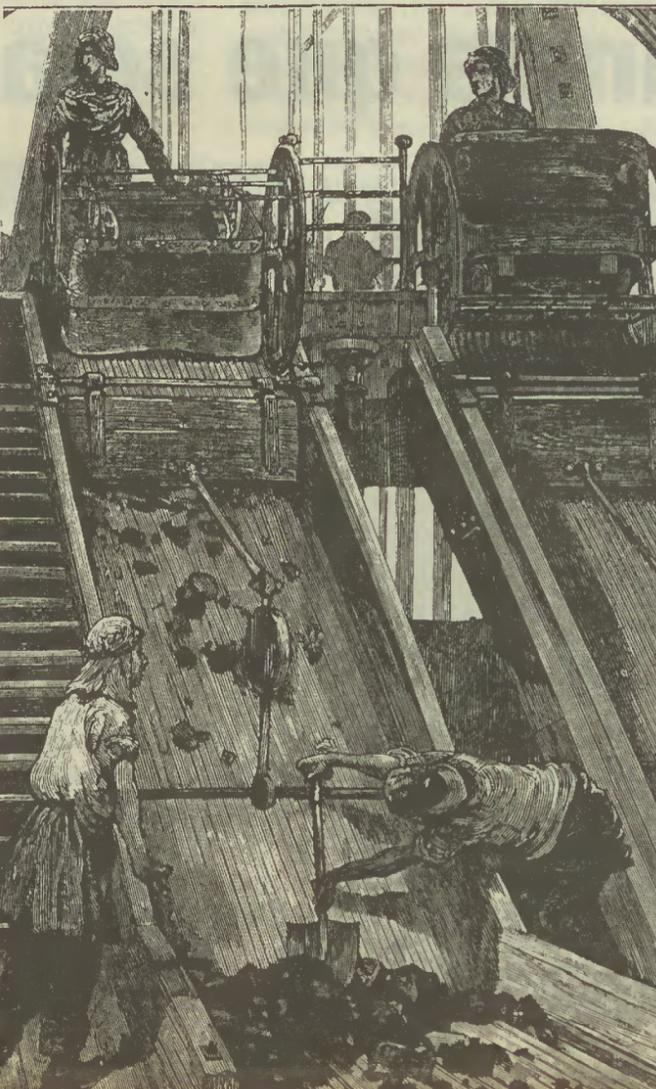
grandes negócios. O aparecimento das primeiras máquinas e de novos, até então desconhecidos, métodos de organização fabril provocaram a apresentação perante a História e o mundo dos primeiros mecânicos. Os movimentos populacionais em direcção às regiões onde a indústria começava a afirmar-se davam origem a concentrações de trabalhadores que buscavam lugar nas fábricas e condições de habitação nas cidades. Era a classe operária que se formava. E com ela, do seu ventre, surgiam os referidos mecânicos e engenheiros, pessoas cujos conhecimentos, instinto e inteligência os patrões apreciavam porque lhes eram essenciais. De uma família de mineiros-engenheiros assalariados, nasceria George Stephenson (1781-1848), o inesquecível construtor da primeira locomotiva.

"Só pelo pão..."

Nestas rápidas condições de desenvolvimento, o antigo proletariado rural feito deslocar das suas terras para cair no mercado de mão-de-obra industrial,

pelo pão". O trabalho infantil era considerado como a mais natural das coisas. As crianças, feitas operárias, adormeciam, exaustas, e passavam as noites junto às máquinas. Mulheres trabalhadoras, envelheciam e viam embranquecer-lhes o cabelo e desaparecer-lhes os dentes, aos vinte anos. A salvação parecia encontrar-se na religião ou no "gin"... Para esta nova classe de trabalhadores, operários industriais, as fábricas eram conhecidas como "workhouses" (casas de trabalho). Marx chamá-lhes-ia "House of Terror".

Nesta situação, crescia, decisivamente, o poder e a arrogância dos capitalistas industriais. O financiamento da Revolução Industrial transformou-se, de facto, num grande negócio. A Inglaterra, no controlo de importantes mercados coloniais, passava a chamar-se a "oficina do mundo". Em Londres, já com meio milhão de habitantes, delirava-se com a febre dos negócios. Oportunistas, especuladores, empreendedores, pululavam. Em 1770, existiam 50 Bancos na City. Três anos mais tarde, estabelecia-se a "London Bankers Clearing House" que era o sistema inter-

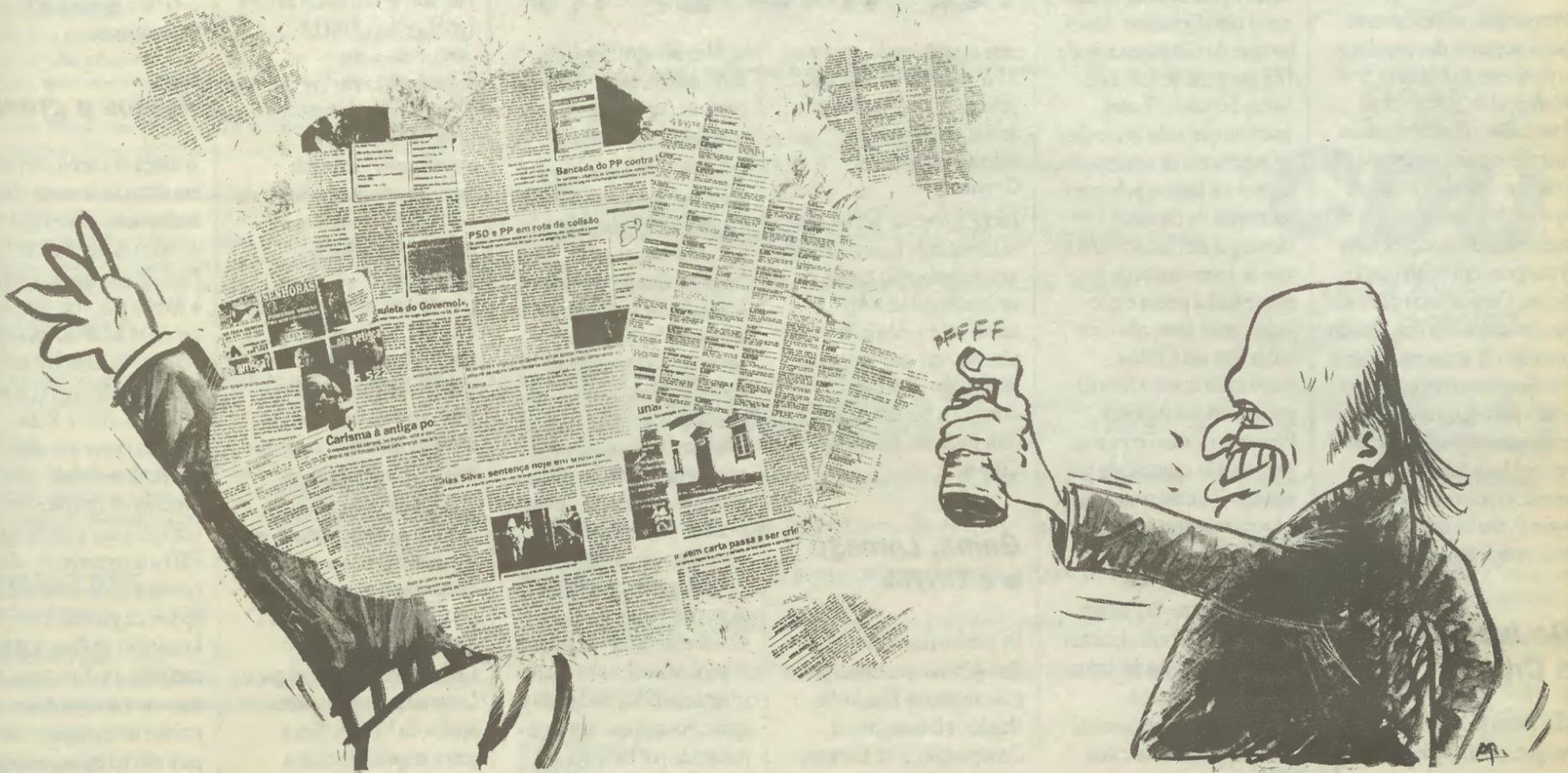


começava a urbanizar-se. As cidades, entretanto, não tinham espaço para alojar tanta gente. Nasceram "slums" esqueléticas, horríveis, miseráveis secções habitacionais junto às fábricas. A chegada de milhares de irlandeses em fuga da fome e das atrozes condições que se se viviam no seu país, fez aumentar a miséria e a frustração. Deu lugar à degradante conjuntura descrita por Engels e permitiu ao patronato baixar ainda mais os níveis salariais. O mesmo resultou da vaga de imigração de judeus originários de países da Europa central e de leste.

Todos os pequenos trabalhos artesanais, que suplementavam a actividade rural e criavam produtos conhecidos, chegaram ao seu momento final e extinguiram-se face às revolucionárias novas condições. E como a oferta de mão-de-obra era superior à procura, quando a Inglaterra se industrializava e o povo se proletarizava, famílias inteiras davam aos patrões a sua força de trabalho "só

bancário de compensação de valores. Homens de negócios, com novas ideias na cabeça, chegavam de todo o mundo, incluindo de Portugal. A Inglaterra imperial descobria que a perda de treze colónias americanas não lhe destruíam os treze mercados correspondentes. Percebia-se que um império, para sê-lo, não precisa de exprimir-se em termos de territórios coloniais. Infinitivamente mais poderosos são os impérios fundidos no movimento de capitais e na cativação de mercados.

Na nova Inglaterra industrial, o patronato aprendia depressa e partia, avidamente, em direcção aos seus objectivos. Tinha o mundo à sua mercê. E os trabalhadores, perplexos, ainda, no centro das condições abismais em que se viam colocados e não compreendiam completamente, aprendiam devagar. Mas porque não podiam separar-se do processo, viajavam, também, na rota do Império.



O desastre mediático

A retomada de contacto com os *media* nacionais desencadeia sempre em mim uma sensação de mal-estar. Residindo a maior parte do ano fora do País, pergunto-me, ao rever a terra portuguesa, como estarão os jornais, a televisão, a rádio?

As respostas que encontro são amargas. Sinto que houve pequenas mudanças – o imobilismo nunca é total – mas irrelevantes. Chego à conclusão de que aconteceu o que parecia difícil. As coisas pioraram, o panorama é mais sombrio.

Falta-me tempo e disposição para descer às raízes profundas do desastre mediático português. Na perspectiva da sociologia e da psicologia social, essa é uma tarefa que Fernando Correia, para ela vocacionado, está a assumir com paciência e senso de responsabilidade.

Eu limito-me a registar com mágoa e um vago sentimento de vergonha que a nossa imprensa escrita e a nossa televisão imitam o que de pior se faz no mundo, caminhando como os caranguejos – para trás.

Tudo é mau, com excepção do grafismo, em alguns jornais.

O «Público» aparece-me como um canal de perfídia e desinformação dificilmente superável. O «Expresso» não fica muito atrás. O retrato da SIC, como emissora televisiva para a qual a ética não existe, foi bem esboçado no trabalho de que tanto se falou após o saneamento do colunista Carreira Bom.

O estilo editorial dos principais diários, vestido de europeu, é de uma petulância aldeã, que agride a inteligência. Mais provinciano de que o dos modestos quotidianos da Galiza ou da Extremadura, aflora nele a herança das pompas antigas do fascismo. O editorial, no «Público», no «Diário de Notícias», no «Expresso», no «Independente», não é apenas fortemente subjectivo. Os autores, personalistas, perseguem a verdade absoluta: são gente de certezas, sem dúvidas. Como o conteúdo é pobre, a linguagem torna-se barroca, com muitos enfeites, desarmoniosa. Os editorialistas caseiros não descobriram ainda o poder da linguagem simples, directa.

O culto da originalidade, por ostensivo, incomoda. Mas a mensagem editorial da *grande imprensa* lusitana, contra a convicção dos directores de jornais, não é original. Com floreios platerescos, o discurso, enfadonho e suficiente, cansa por repetitivo.

A apologia do neoliberalismo tornou-se uniforme, tão rotineira como o anátema anticomunista. Sendo escassa a cultura e má a técnica, o cozinhado neoliberal português assusta por indigesto.

A sacralização do mercado e a tentativa de apresentar como arcaicos e irracionais os que a criticam e combatem a globalização na sua fórmula imperial – não é obviamente um fenómeno português. Mas o tratamento dado ao tema pelos *media* nacionais impressiona pela falta de imaginação dos editorialistas.

Seria insensato emitir juízos generalizados sobre os jornalistas que trabalham nas diferentes redacções. Dou-me conta, através de algumas reportagens e artigos, de que há profissionais competentes na imprensa escrita e mesmo na televisão, embora minoritários.

O controlo editorial, caricatura burlesca do que se faz Europa afora, traz-me à memória a amarga conclusão de Serge Halimi: os jornalistas, nesta era do pensamento único, são, conscientes ou não do papel desempenhado, cada vez mais funcionários da ordem e da injustiça.

A separação entre a notícia em si mesma e a opinião de quem a capta e transmite tende a tornar-se raridade nos jornais diários e nos semanários da burguesia. Os repórteres, com a cumplicidade das chefias, editorializam os textos que deveriam ser noticiosos. O leitor fica sem saber o que aconteceu.

Não é correcto argumentar que estamos perante uma fatalidade e que a imprensa portuguesa difere pouco das existentes nos pequenos países da Europa. Tal desculpa expressa uma inverdade. Na comunicação social também fechamos o pelotão.

Um jornalista trota-mundos, ignorante, janota e pesporrente dizia-me há dias, em atitude defensiva, que a imprensa islandesa e a eslovaca são piores do que a nossa. Desconheço ambas. Não estou também informado sobre o jornalzinho que se publica nas ilhas Farøe. Mas, através da leitura de ensaios sobre o mundo europeu dos *media*, sei que há em Portugal peculiaridades no funcionamento do sistema que contribuem para a nossa tenaz permanência no último lugar.

Somos orgulhosamente diferentes, para pior, no colunismo e na análise política televisiva, inultrapassável como ladainha reaccionária.

É suficiente uma intimidade mínima com os diários de Madrid ou Barcelona – já não falo dos editados em Paris, Roma e Londres – para se poder avaliar o abismo que separa os colunistas portugueses dos espanhóis.

Não é a opção ideológica que define e desqualifica o colunismo indígena. O que nele aflige mais é a incultura, a falta de seriedade e a incapacidade de comunicação, requisito imprescindível em todo o profissional do ofício de escrever colocado nos andares superiores do jornalismo.

Intelectuais como Victor da Cunha Rego e Mário Mesquita – de cujas mundividências me sinto longíssimo – destoam no panorama geral precisamente porque são comunicadores, demonstram respeito pelos leitores e no seu diálogo com o público sabem utilizar a cultura adquirida. Não é o que acontece com a esmagadora maioria dos articulistas e cronistas permanentes da praça de Lisboa.

A palavra medonho afigura-se-me pobre para definir o conjunto de cavalheiros que os principais diários e semanários de Lisboa impõem como fazedores de opinião a um público que os rejeita. Poucos são jornalistas profissionais. Muitos multiplicam

o efeito da coluna ao intervirem na televisão como analistas políticos em diferentes programas e canais.

Há, naturalmente, excepções. Creio, porém, que a grande maioria não reúne condições mínimas para se dirigir ao povo por escrito, ou através da TV.

Nesta república de mercado sacralizado, os teólogos do dinheiro e os seus prepostos nos partidos neoliberais (PS, PSD e o próprio PP) que põem e dispõem na televisão (ou contam com os seus favores) seleccionam os seus analistas – as raríssimas excepções funcionam como defesa da imagem – segundo critérios que deixam transparecer total desprezo pelo público, ou seja, pelo povo português. Na escolha, a opção ideológica é obviamente determinante, mas o nepotismo, o espírito de capelinha, o jogo das amizades, tão enquistados na tradição da direita caseira, pesam também muito.

Na televisão como nos jornais, o resultado está à vista. O mal menor de alguns comentadores políticos é, pasme-se, a sua incompatibilidade com o idioma pátrio. Escrevem mal e falam pior do que escrevem. Recorrem por isso à arrogância para esconder a incultura e a indigência mental. O efeito é penoso.

Sem uma concepção ética da história e da política não há revolução que possa durar, já dizia José Martí em Cuba, parafraseando José de Luz y Caballero. Ora, destes analistas de direita (e adjacências) já se sabe que temem a própria ideia de revolução e abominam a ética em política e na vida em geral. Não é de estranhar, portanto, que utilizem os seus púlpitos televisivos para servir o sistema. Tentam entreter as pessoas mentindo e enganando, por vezes caluniando. Mas no esforço para fazer esquecer um quotidiano frustrante, marcado por duras carências, ao atraírem os telespectadores para um universo artificial, transformam a intervenção televisiva numa actividade repulsiva. Nela, a política, como expressão da aventura humana, está ausente. Os analistas desviam a agulha para temas mais próximos do universo da telenovela e acabam falando – são omniscientes – dos mexericos dos partidos e do governo, da princesa Diana, dos ciganos, dos tribunais, da droga, da pornografia, do trânsito, das mudanças climáticas, da selva amazónica, de milagres, de inscrições rupestres, de um filme de sucesso, de danças exóticas, de arquitectura, da moda feminina ou de futebol.

Não consigo escutá-los. Desligo o televisor transcorridos minutos.

Ao ouvir o início de uma arenga televisiva de António Barreto, subiu em mim, há tempos, uma pergunta de impossível resposta: que diriam Oliveira Martins e Eça desta gente?

Admito que são piores do que a velha choldra de melancólica memória.



■ Miguel Urbano Rodrigues

O veredicto dos outros

Pressionado, nomeadamente pelas perguntas dos jornalistas, o presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas, afirmou, agastado, que não seguiria o exemplo do ministro António Vitorino de se demitir do cargo, na sequência de suspeições sobre o cumprimento de obrigações fiscais. Considerando que a sua demissão «não era uma decisão pessoal» (?), acrescentou que o veredicto, a seu respeito, seria «dado pelo eleitorado» nas próximas eleições. Confirma-se: José Luís Judas não tem veredicto próprio. Quando assim é, não há que esperar um bom veredicto dos outros...

De Judas a Cristo

Mas Judas também tem amigos, como o presidente da

Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, que saiu a terreiro para defender o seu novel correligionário. Assim, no caso do não pagamento do IRS por parte de José Luís Judas, Fernando Gomes decretou que «não houve fuga ao pagamento de um imposto, apenas um lapso», pelo que o presidente da Câmara Municipal de Cascais «está a agir de forma correcta» e «o que se está a passar é que Judas, neste caso, não é um Judas mas um Cristo». Santificada assim a falta de pagamento dos impostos, Fernando Gomes ocupou-se da demissão apresentada por António Vitorino motivada, tal como no caso de Judas, pela divulgação de um problema com o fisco. Aí, o presidente da Câmara Municipal do Porto «lamenta muito» a demissão de António Vitorino e acha que a remodelação governamental que dela decorreu suscitou

PONTOS CARDEAIS

uma situação onde «ganha o PS o comando da actuação política de novo e a imagem de força e energia do indiscutível chefe do Governo».

Esta é nova, a de um Governo se tornar mais forte depois de uma remodelação tocada a escândalo público. Mas se calhar até é verdade. É preciso não esquecer que estamos a falar de um Governo sustentado por um partido onde os Judas, afinal, são Cristos...

Gama, Lamego e a UNITA

Os jornais fizeram eco das divergências que terão oposto o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Lamego,

ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, ao ponto de o primeiro apresentar a sua demissão.

O *Diário de Notícias* vai ao cerne do problema e afirma: «Segundo diplomatas que, no topo da hierarquia das Necessidades, acompanham tecnicamente a acção dos gabinetes dos decisores políticos, é a forma como Portugal, desde 30 de Outubro, tem vindo aparentemente a cumprir as resoluções da ONU que levou ao rompimento entre Lamego e Gama. As mesmas fontes comentam que o ministro temeu um enfrentamento com os representantes do movimento de Savimbi e com as personalidades que integram o lobby português de apoio, posição que não seria partilhada por Lamego.»

Na verdade, foi no mínimo caricato - se não mesmo ofensivo para o nosso país - a forma como a UNITA

«encerrou» a sua representação em Lisboa: os mesmos representantes do grupo de Savimbi, no mesmíssimo local onde funcionavam os escritórios da UNITA, mudaram o nome para «Associação» e explicaram, provocatoriamente, que «isto não é a UNITA, porque a UNITA foi interdita e a UNITA cumpre a lei. Isto é uma "associação" aberta a todos os amigos de Angola».

Isto é uma palhaçada que, além do mais, deixa o Governo português muito mal colocado perante a comunidade internacional, para não falar da República Popular de Angola. Como não é admissível que o Governo português «tenha medo» da UNITA, fica a grave suspeita de estar a

protegê-la, ao arrepio do que se comprometeu a fazer perante a comunidade internacional...

Apoios a granel

A dança dos apoios tornou-se um ritmo vital nestas eleições autárquicas, sobretudo lá para os lados da direita. Ele é o Paulo Portas que se candidata a Aveiro mas vem fazer uma perninha a Lisboa para ajudar Ferreira do Amaral e picar o presidente do seu PP, Manuel Monteiro, ele é o Pedro Santana Lopes que anda a correr, desenfreado, pela Figueira da Foz para mostrar que vale mais sozinho que o PSD a acompanhá-lo, ele é a novela trágico-cómica dos apoios ao general Azeredo no Município do Porto, onde se confirma o velho aforismo de que «com amigos destes não preciso de inimigos». Isto para não falar dos candidatos que trocam de partido como quem muda de camisa ou os que fazem lotarias onde o prémio é um ordenado de vereador (como inventou o candidato do PP à Marinha Grande). E ainda a procissão não saiu do adro...

E a novela continua...

Começa a ser interminável a novela com que o presidente norte-americano anda a entreter o pagode lá de casa e do mundo inteiro à custa do seu fiel «inimigo» Saddam Hussein. Primeiro, foi a palhaçada com os observadores norte-americanos, que Saddam dizia não querer para depois os receber com a maior das naturalidades, o que permitiu aos EUA, durante umas semanas, erigar a cauda como os pavões para exibir a sua farronca belicista e, ao mesmo tempo, fazer abrandar as críticas internas à administração Clinton. Como a coisa esgotou, vem agora o embaixador norte-americano nas Nações Unidas, Bill Richardson, a reclamar contra a decisão iraquiana de interditar «mais de 60 lugares de armazenagem, entre os quais 43 palácios presidenciais». Obviamente, o regime de Saddam desmentiu de pronto, garantindo que as interdições se aplicam apenas a três instalações presidenciais, que são os símbolos da soberania nacional». Portanto, depois da guerra do golfo seguiu-se a «guerra dos observadores» e, como esta também se esgotou, temos agora a «guerra dos palácios». Ou será de poleiros?

PONTOS

NATURAIS

Contra a lei da selva

I Pivô

Duas operárias de empresas do Norte encontram-se à beira do despedimento por estarem grávidas. O estado de gravidez é a única razão que encontram para explicarem a atitude dos patrões. Os sindicatos dizem que estes dois casos não são únicos e que há muitas mulheres a trabalhar em fábricas têxteis e do calçado do Norte, vítimas da prepotência e discriminação dos empresários.

Repórter

A Clara Santos, não tinha até agora qualquer problema com a empresa, onde é considerada uma pessoa de trato fácil. A Clara manteve uma relação amorosa com um colega de trabalho e há sete meses engravidou. Começavam aqui os problemas. O patrão, numa conversa directa, resolveu despedi-la por causa da gravidez

Operária

É tudo porque estou grávida.

Repórter

Ele diz que há outras razões, que há uma questão grave, mas não quer especificar. Há algum problema laboral que possa apontar para este despedimento?

Operária

Ele diz só que traz problemas graves para a empresa, não diz mais nada.

Repórter

Clara garante não ter cometido qualquer falha disciplinar. Diz que só foi despedida por estar grávida. O desemprego, com uma criança nos braços, vai ser uma saída complicada.

Clara

É difícil arranjar emprego, e eu sair assim, também não queria.

Repórter

A administração não esteve disponível para prestar qualquer declaração à RTP, adiantando apenas que esse despedimento se prende com uma questão grave relacionada com a vida interna da empresa.

II

Repórter

Elisabete Rodrigues é trabalhadora têxtil. Há quatro meses, nasceu-lhe o primeiro filho. Depois da licença de parto regressou ao trabalho, tendo pedido autorização para continuar a amamentar a criança, seguindo a indicação médica.

Operária

Então, disse-me: «Faz o que quiseres, se quiseres

Mário Castro



ir a casa, vais, mas depois meto um processo em cima de ti.

Repórter

Depois de uma consulta ao advogado, Elisabete decidiu continuar a amamentar a filha. A empresa não gostou e enviou-lhe uma nota de culpa seguida de despedimento imediato. A razão para o fim do contrato é apenas uma: a amamentação da filha sem autorização.

Operária

Eu não sei, acho que eles não podem fazer isso, acho, como é que hei-de dizer, acho uma

fantochada, pronto. Não podem fazer tal coisa.

Sindicalista

Eu penso que neste caso é mesmo a lei da selva. Há uma lei clara sobre o direito à amamentação ou aleitação. Nada justifica aquilo que este patrão diz.

Repórter

A Fábrica J. Sousa não teve ninguém disponível durante toda a manhã para prestar qualquer informação à RTP sobre este caso. Na indústria têxtil e do calçado, os casos de problemas laborais graves por causa da gravidez são frequentes. Os sindicatos têm pedido

inúmeras vezes a intervenção da Inspeção do Trabalho mas nem sempre a Inspeção consegue acabar a tempo com os problemas.

Sindicalista

Há, de facto, alguns patrões que cumprem mas, neste caso, eu penso que é mesmo a lei da selva.

Telejornal

Nota - Acabo de saber pelo jornal da SIC que Clara Santos, mercê da solidariedade de todos os trabalhadores, já foi reintegrada. Sobre Elisabete Rodrigues, por enquanto, não sei mais nada...

MC

AGENDA

Carlos Carvalhas

esta semana em iniciativas da CDU

● Hoje, quinta-feira, dia 27:

ALMADA - *Visita ao Forum Cultural «Romeu Correia» - Às 10*

● Sexta-feira, 28:

FARO - *Visita ao «Refúgio Aboim Ascensão» - Às 17h30*

SANTA BÁRBARA DE NEXE - *Visita à Sede da Candidatura CDU - Às 18h30*

PECHÃO (OLHÃO) - *Visita à Sede da Candidatura CDU - às 19h30*

OLHÃO - *Jantar de candidatos e apoiantes da CDU - às 20h30, Esc. Paula*

Nogueira

FARO - *COMÍCIO-FESTA no Auditório do Conservatório «Maria*

Campina» - Às 22h

● Sábado, 29:

BARREIRO - *Visita ao Mercado Municipal - 10h45*

LAVRADIO - *Encontro com a população - às 11h45, junto ao Mercado*

QUINTA DO CONDE/SESIMBRA - *Almoço CDU - Às 13h, na Esc. Básica Integrada 1,2,3*

ALCOCHETE - *Encontros com a população de S. Francisco e Samouco - Às 16h*

SAMOUCO - *Encontro com Reformados - Às 16h, no Centro de Reformados*

MONTIJO - *Contactos com a população, em Montijo e Afonsoeiro. Mini-comícios - Às 17h30.*

OEIRAS - *Jantar de candidatos e apoiantes em Porto Salvo - Às 20h, na Soc. Instr. Musical*

CACÉM - *COMÍCIO-FESTA - Às 21h, na Esc. Ferreira Dias. Espectáculo com «Quadrilha»*

● Domingo, 30:

PORTO

Comício-Festa das Candidaturas CDU no Mercado Ferreira Borges, com a participação de todos os candidatos às Câms. Municipais do Distrito Às 15h30

● Segunda-feira, 1

ABRANTES - *Almoço CDU em S. Miguel de Rio Torto - Às 13, restaurante «O Vicente»*

PONTE DE SOR - *Sessão de apresentação dos candidatos - Às 16h30,*

Café-Jardim

VALONGO/AVIS - *Encontro com a população - Às 19h*

BENAVILA/AVIS - *Encontro-convívio de candidatos e apoiantes - Às 19h30, Casa do Povo*

AVIS - *Sessão de apresentação de candidatos - Às 20h30, na Junta de Freguesia*

● Terça-feira, 2

VIEIRA DE LEIRIA/MARINHA GRANDE - *Visita à «Tomé Feteira» - Às 15h30*

MARINHA GRANDE - *Arruada no Centro Histórico da M. Grande - Às 18h*

MARRAZES/LEIRIA - *Jantar de candidatos e apoiantes - Às 19h30, no rest. «Matilde do Noca»*

MARINHA GRANDE - *COMÍCIO - Às 21h30, no Sport Império Marinhense*

● Quarta-feira, 3

TORRE DA MARINHA/SEIXAL - *Encontro com a população - Às 11h, junto ao Mercado*

PALMELA - *Almoço com trabalhadores das autarquias - Às 12h30, na Soc. «Os Loureiros»*

MOITA - *Jantar de candidatos e apoiantes em Gaio Rosário - Às 20h, no rest. «Solar da Freira»*

SEIXAL - *COMÍCIO - Às 22h, no Pav. do Alto do Moinho*

● Santo António dos Cavaleiros - *Concerto da Juventude CDU na AMSAC: sábado, 29, às 21h.*

Cicloturismo no mesmo dia, a partir das 9h30.

● **Santa Iria de Azóia** - *Sessão CDU na AMUPA: sexta, 28, às 21h30*

● **São João da Talha** - *Café-Concerto da Juventude CDU: na sede de Campanha, sábado, 29, às 15h30*

● **Troviscal** - *Sessão CDU na Assembleia Republicana, com a participação de candidatos à freguesia e aos órgãos municipais: sábado, 29, às 20h30*

OVAR

Visitas de candidatos às freguesias de Esmoriz (dia 29), Válega (dia 30) e Cortegaça (dia 1)

PORTO

● *Debate em Ramalde - «Urbanismo e Ambiente»: sábado, 29, às 15h, na JF de Ramalde.*

● *Ações de propaganda com a participação de candidatos nas várias freguesias. A «Volta ao Bonfim», sábado, termina com um convívio no CT do PCP de Barão de Cosme (a partir das 15h)*

RIO MAIOR

● **Marmeleira** - *Sessão CDU: sábado, 29, às 16h30.*

● **Arrouquelas** - *Sessão de apresentação de candidatos, com a participação de José Casanova: sábado, 29, às 21h.*

SAMORA CORREIA

Debate sobre Problemas

Económicos: sexta-feira, 28, às 21h, no Espaço CDU.

S. JOÃO DA MADEIRA

● *Jantar-convívio de candidatos e apoiantes da CDU na sede da Campanha (Rua Alão de Moraes, 526): sábado, 29, às 20h.*

● *«Rotundices», piquenique da*

ALMEIRIM

Jantar CDU no Salão do Moinho do Vento: sexta-feira, 28, às 20h. Animação musical.

AMADORA

Distribuição de propaganda em todo o concelho: sábado, 29. Visitas do candidatos às freguesias de Mina e Reboleira.

● **Buraca** - *Apresentação dos candidatos à freguesia: domingo, 30, às 15h, no Salão da JF*

● **Brandoa** - *Noite de fados CDU: no CT do PCP da Brandoa, sábado, 29, às 21h. Visita dos candidatos a Alfornelos (dia 1) e aos Comerciantes da freguesia (dia 2), a partir das 10h.*

● **Damaia** - *Visita dos candidatos ao Damaíense: sábado, 29, às 16h. Plenário da CDU no CT do PCP da Damaia: domingo, 30, às 10h*

● **S. Brás** - *Sessão CDU no «Café da Tia Anica», Casal da Mina: sábado, 29, às 21h.*

● **Ventosa** - *Sessão CDU no Clube Recreativo do Bairro Janeiro: sábado, 29, às 17h. Espectáculo com o Grupo 3 de Abril: nos Recreios da Amadora, sexta-feira, 28, às 21h.*

BARREIRO

● *Noite de Fados CDU, com a participação de fadistas da Costa da Caparica e Barreiro, promovida pela Comissão de Apoio à CDU dos Trabalhadores da Autarquia: sexta-feira, 28, às 21h30, no Nicola.*

BEJA

● **Baleizão** - *Sessão de esclarecimento: na Casa do Povo, segunda, 1 às 19h. Sta. Clara de Lordelo* - *Sessão de esclarecimento: terça, 2 às 19h. Quarta-feira, dia 3, sessão de esclarecimento, em Mombeja (no Centro Cultural, às 19h) e espectáculo em Albernoa (à 21h30, na Casa do Povo)*

BENAVENTE

Debate sobre Saúde: hoje, dia 27, às 21h.

CARTAXO

Festa popular CDU no Pavilhão Municipal de Exposições, sábado, 29, a partir das 16h30, com a participação de Albano Nunes e de candidatos aos órgãos do concelho. Desporto, música, convívio.

CASCAIS

● *A CDU no Feminino - Debate, domingo, 30, às 15h, com a participação de Maria Clementina Henriques, Maria Madalena Batista e Rosa Mara Xisto, candidatas à Presidência de Juntas de Freguesia no concelho de Cascais, e de Luísa Araújo, do CC do PCP. Almoço às 13 e convívio às 17h30.*

CASTRO VERDE

● *Apresentação dos candidatos em Santa Bárbara: hoje, quinta, às 21h30. Em Almeirim (Casével), sábado, 29, às 15h30, no Centro Cultural, e em Aivados (sábado, 29, 15h30).*

Festa da Juventude CDU na Discoteca Sta. Loucura: domingo, 30, às 22h.

CORUCHE

● **Santa Justa** - *Sessão com a população: sexta-feira, 28, às 20h*

● **Couço** - *Sessão com a população - domingo, 30, às 21h*

● **Lamarosa** - *Festa CDU de apresentação dos candidatos: domingo, 30, às 21h.*

COVILHÃ

● *Encontro de candidatos e apoiantes da CDU, para apresentação do Programa Eleitoral: sábado, 29, às 15h, no Cine-Centro. Espectáculo no encerramento.*

● **Vila de Carvalho** - *Festa com a actuação de um grupo musical e a presença de candidatos: domingo, 30, às 15h, na «Fábrica dos Fazendas»*

CUBA

Festa CDU com Paco Bandeira: no Cine-Teatro, segunda, 1, às 21h.

ESPINHO

Visitas de candidatos às freguesias de Anta (dia 30) e Silvade (dia 1)

ÉVORA

● **Alandroal** - *Porta-a-porta nas freguesias de Alandroal e Rosário (sábado) e na de Mina e em S. Brás da Mina (domingo)*

● **Arraiolos** - *Sessão para Reformados em Aldeia da Serra (sexta-feira, 28, na Sociedade, às 15h)*

● **Borba** - *Sessão de apresentação dos candidatos e programa em Orada: quarta, dia 3, às 20h30. Porta-a-porta na freguesia: sábado, 29, a partir das 9h.*

● **Vendas Novas** - *Sessões públicas em Piçarras (sábado, 29, 20h, na sede do Futebol Clube), em Bombel (sexta-feira, 28, às 20h, na Comissão de moradores) e em Foros da Misericórdia quarta-feira, 3, às 20h). Festa da Juventude CDU em Vendas Novas - no Centro Cultural, sábado, 29, a partir das 20h30.*

GONDOMAR

Apresentação pública do Programa da CDU: hoje, quinta-feira, às 13h, no restaurante «Choupal dos Melros», em Fânzeres.

LISBOA

● *Almoço-convívio com a participação dos candidatos na Coligação Mais Lisboa: no restaurante «A Nocturna», sábado.*

● **Sector de Serviços da Cidade** - *Jantar-convívio de apoiantes da CDU no CT do PCP da Av. Duque de Loulé, com a participação de Jaime Serra: sexta-feira, 28, às 20h.*

LOULÉ

Jantar de apresentação dos candidatos no restaurante «Museu», em Vale Covo, Boliquiteime: domingo, 30, às 13h.

LOURES

● **Apelação** - *Comício-festa na Escola Primária de Apelação, com a participação de Carlos Brito: sábado, 29, às 21h30, na Escola Primária.*

● **Bucelas** - *magusto CDU no Centro de Dia, com a participação de Paulo Piteira: sábado, 29, às 16h.*

● **Camarate** - *Sessão com Reformados: sábado, 22, às 15h, no salão da JF, com Luís Cardoso e Gilberto Lindim Ramos.*

● **Caneças** - *Almoço-convívio com a participação de Jerónimo de Sousa: sábado, 29, às 13h.*

● **Fanhões** - *Jantar CDU com a participação de Francisco Pereira: domingo, 30, às 20h, na sede dos Bombeiros Voluntários*

● **Lousa** - *Almoço de apresentação da lista à freguesia, com a participação de Carlos Brito e Francisco Pereira: domingo, dia 30, às 13h, no Grupo Sportivo de Lousa, com a participação de Manuel Veiga e António Santos: sexta, 21, às 21h.*

● **Frielas** - *Sessão CDU com a participação de Manuel Correia: Domingo, 30, às 15h*

● **Ódivelas** - *Desfile CDU a partir das 10h.*

● **Pontinha** - *Sessão com Reformados: no Centro de Dia, quinta-feira, 27, às 16h.*



Juventude CDU: sábado, 29, às 16h, na Rotundo do "Modelo"

SANTARÉM

Jantar de apresentação de candidatos - no Salão da Casa do Campino, domingo, 30, às 19h30, com a participação de José Casanova.

SEIA

Almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU: domingo, 30, às 13h, no Complexo Turístico "Quinta do Crestelo" (nos Martinhos)

SEIXAL

● **Torre da Marinha** - *Apresentação dos candidatos jovens: no I.F.C.Torrense, sábado, 22, às 21h. Concerto com «Bando Marginal» e Música de Intervenção.*

SERPA

Sessões em Santa Iria (no Centro Cultural, às 11h), em Vale dos Mortos (na Sociedade, às 16h; em Ficalho (no Centro de Convívio, às 16) - todas na sexta-feira, dia 28. Sessões com Reformados em Vila Nova de S. Bento - às 11h, Pias - na Casa do Povo, às 11h, A do Pinto - no Centro Cultural, às 15h, Vale de Vargo - no Centro Cultural, às 15h - todas na terça-feira, dia 17

SETÚBAL

Jantar convívio de apoiantes da CDU, com a participação de Ruben de Carvalho: sábado, 29, às 20h, no restaurante "Solar do Lago".

SEVER DO VOUGA

Reunião de jovens candidatos, com a presença da cabeça de lista à AM: sábado, 29, às 20h30, no Restaurante "O Teimoso". Porta-a-porta com os candidatos na freguesia de Sever do Vouga: segunda, 1 às 14h

● **Silva Escura** - *Sessão CDU no Pavilhão Polivalente do ABC, com a participação de candidatos à freguesia e aos órgãos municipais: sexta-feira, 28, às 20h30.*

SINTRA

Lino Paulo vai estar presente na jornada de contactos com os trabalhadores da Tabaqueira e Portucel (quinta-feira, 27, às 11h), na inauguração da Expo-Sintra CDU em S. Marcos/Aguilva-Cacém (sexta às 17h), e nas várias jornadas de propaganda junto das populações de várias freguesias

● **Algueirão-Mem Martins** - *Almoço de apresentação dos candidatos: domingo, 30, às 13, no restaurante "Tendinha"*

TORRES VEDRAS

Apresentação pública dos candidatos CDU à freguesia de Runa: sexta-feira, 28, às 21h30, na Casa do Povo de Runa.

VALONGO

● **Valongo** - *Sessão pública de apresentação do Programa Eleitoral: sexta-feira, 28, às 21h30, no Auditório Dr. António Macedo, com a participação de Eduarda Ferreira e Faria Sampaio*

● **Campo** - *Magusto-convívio com animação musical: sábado, 29, às 21h30, na Esc. Primária da Retorta, com a presença dos candidatos.*

VILA NOVA DE FAMALICÃO

● **Oliveira de S. Mateus** - *Festa-convívio promovida pela CDU com a participação dos candidatos Carla Alexandra, Barbosa da Silva, Adão Simões Coelho: domingo, 30, às 21h, no Salão da JF.*

Assembleia da célula do PCP da CGD / Lisboa

para apreciação do Relatório de Actividades, linhas de trabalho e eleição do Secretariado

Quinta-feira, 27, às 18h, no CT Vitória

TELEVISÃO

Quinta, 27

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Isto Só Vídeo
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.05 Antenas no Ar
18.30 País País
19.00 País Regiões
19.35 Futebol: Porto-Olympiakos
21.45 Telejornal
22.35 A Grande Aposta
00.15 24 Horas
01.10 Musical: «Metallica»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Caderno Diário
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Olho Vivo
22.00 Jornal 2
22.30 Decálogo
23.30 Número Dois
(de Jean-Luc Godard, Fr.1975, com Sabdrine Battistella, Pierre Oudry, Alexandre Rignault. Drama)
01.00 Falatório
01.55 Magazine

SIC

09.10 Buêrére
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêrére
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Talvez Falar
21.00 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.30 Esta Semana
00.15 Último Jornal
00.40 «Hércules» (sobre o novo filme da Disney)
01.15 No Fim do Mundo
02.35 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Adeus ao Planeta dos Macacos
(de Don McDougall e John Meredith Lucas, EUA/1974, com Roody McDowell, Ron Harper, James Naughton. Ficção Científica)
01.00 Doido por Ti
01.40 Fora de Jogo
01.55 A Balada de Hill Street

Mário Viegas, actor e agitador, recordado no «Artes e Letras» desta semana, na RTP2



Sexta, 28

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Os Andrades
15.15 Força de Mulher
16.20 Na Paz dos Anjos
17.35 Riso, Mentiras e Vídeo
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 A Grande Aposta
22.30 Autárquicas 97 - Cidade de Lisboa
01.00 24 Horas
01.50 Polícia Assassino
(de Rif Coogan, EUA/1992, com Bobby Ray Shaffer, Barbara Lee Alexander, Julie Strain. «Thriller»)
03.30 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Decálogo
23.30 Tudo Vai Bem
(de Jean-Luc Godard e Jean-Pierre Gorin, Fr.1972, com Yves Montand, Jane Fonda, Vittorio Gassman. Drama)
00.10 Falatório
01.10 Estranhas Circunstâncias

SIC

09.10 Buêrére
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Talvez Falar
21.00 Senhores Doutores
21.30 Anjo Mau
22.30 All You Need Is Love
23.45 Os Donos da Bola
02.45 Último Jornal
03.20 Os Astronautas

TVI

10.05 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 Testemunha de Uma Execução
(de Tommy Lee Wallace, EUA/1994, com Sean Young, Len Cariou, George Newbern. Telefilme)
01.00 Doido por Ti
01.25 Lanterna Mágica
02.10 Fora de Jogo
02.25 A Balada de Hill Street

Sábado, 29

RTP 1

08.00 Espaço Infantil
12.20 Isto Só Vídeo
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.10 3000 Segundos
17.10 Os Andrades
17.35 Quem Sabe Sabe
18.15 Jet 7
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Riscos
21.25 Futebol: Belenenses-Benfica
23.30 A Toca de Robin
00.35 24 Horas
01.15 O Novo Pesadelo de Freddy Krueger
(de Wes Craven, EUA/1994, com Heather Langenkamp, Robert Englund, Wes Craven. Terror)
03.05 Complexos de Portnoy
(de Ernest Lehman, EUA/1972, com Richard Benjamin, Karen Black, Lee Grant. Comédia)

RTP 2

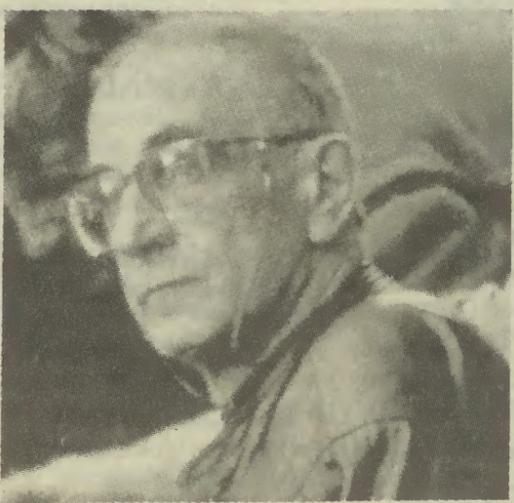
09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.05 Companheiros
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Musical
19.35 2001
19.55 Onda Curta
(Um Cão Andaluz - Curta Metragem de Luis Buñuel, Fr.1929, com Pierre Batcheff, Sione Maseuil, Luis Buñuel. Feno Mesas; As Partes de Mim que te Amam São Seres Vazios - Curta Metragem de Mercedes Gaspar, Esp.; A Goteira - Curta Metragem de Eduardo Giménez Rojo e Jorge Sánchez-Cabezudo, Esp. (Ver Destaque)
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.45 A Missão
(de Roland Joffé, Gr.Br.1986, com Robert De Niro, Jeremy Irons, Ray McAnally, Aidan Quinn, Cheri Lunghi. Ver Destaque)
01.00 Sinais do Tempo
01.45 O Guia do Sexo

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.40 007, Licença para Matar
(de John Glenn, Gr.Br.1989, com Timothy Dalton, Varey Lowell, Robert Davi, Talisa Soto. Ver Destaque)
19.20 S.O.S. Sic
20.00 Jornal da Noite
20.50 Talvez Falar
21.00 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Jogo Fatal
(de David Mamet, EUA/1987, com Lindsay Crouse, Joe Mantegna, Mike Nussbaum, Lilia Skala, J. T. Walsh. Ver Destaque)

TVI

09.30 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
15.05 Uma Família às Direitas
15.35 Competente e Descarada
16.30 O Segredo de Pandora
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.30 Edição Especial
23.30 Picket Fences
00.20 A Lei de Cada Dia
(de Marc Rocco, EUA/1992, com Dermot Mulroney, Lara Flynn Boyle, Balthazar Getty, Sean Astin. Drama)



Kieslowski, o realizador polaco, autor de «Decálogo» - dez obras-primas com a duração de uma hora, a passar diariamente na RTP2

Domingo, 30

RTP 1

08.00 Infantil
11.40 Último Nivel
12.20 Superbébés
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
15.55 Amores e Rebelião
17.30 Em Busca do Vale Encantado
(Desenho Animado de Don Bluth, EUA/1988, com as vozes de Pat Hingle, Helen Shaver, Gabriel Damon. Ver Destaque)
19.00 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Riscos
21.20 Reis do Estúdio
22.30 Domingo Desportivo
00.35 24 Horas
01.15 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Ciberespaço
12.05 Máquinas
12.30 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
18.05 O Bobo
(de José Álvaro Morais, Port.1987, com Fernando Heitor, Paula Guedes, Luis Lucas, João Guedes, Glicínia Quarim, Luís Miguel Cintra. Ver Destaque)
20.00 Bom Bordo
20.30 Artes e Letras - «Mário Viegas»
21.30 Viúvas
22.35 Horizontes da Memória
22.50 Teatro: «A Rapariga de Varsóvia»
01.05 Vidas do Século - «Simon Wisenthal»

SIC

08.30 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.10 Hércules
15.10 Os Imortais
17.00 Apanhados na Ratoeira
(de George Gallo, EUA/1994, com Nicolas Cage, Jon Lovitz, Dana Carvey. Comédia)
19.25 Imagens Reais
20.00 Jornal da Noite
20.45 Chuva de Estrelas
21.45 Salsa e Merengue
22.45 Perigosa Sedução
(de Harold Becker, EUA/1989, com Al Pacino, Ellen Barkin, John Goodman, Michael Rooker. Ver Destaque)
00.30 Último Jornal
00.55 Jô Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.10 O Mundo Natural
15.15 Adultos à Força
16.15 Feed Back
16.50 Os Revoltados do Caine
(de Edward Dmytryk, EUA/1954, com Humphrey Bogart, Jose Ferrer, Van Johnson. Ver Destaque)
19.15 Desafios
19.30 Futebol (Campeonato Espanhol)
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)

«A Rapariga de Varsóvia» - domingo na RTP2 - é uma reunião de talentos. De Artur Ramos, realizador, a Mário de Carvalho, autor do texto, passando por actores como Canto e Castro e Henrique Viana

Segunda, 1

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nico d'Obra
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.15 Grande Noite
18.45 Fim-de-Semana com o Morto
(de Ted Kotcheff, EUA/1989, com Andrew McCarthy, Jonathan Silverman, Catherine Mary Stewart. Comédia)
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Leça-Sporting
23.00 A Grande Aposta
00.15 24 Horas
01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.30 Decálogo
23.30 Lábios que Envenenam
(de Alberto Cavalcanti, Gr.Br.1947, com Cedric Hardwicke, Stanley Holloway, Alfred Drayton, Cyril Fletcher. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

09.10 Buêrére
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Nosso Mundo (Especial Caçadores)
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Miss EUA 1997
15.20 Flores de Aço
(de Herbert Ross, EUA/1989, com Sally Field, Dolly Parton, Shirley McLaine, Daryl Hannah, Julia Roberts, Olympia Dukakis. Ver Destaque)
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Ponto de Encontro
22.00 Anjo Mau
23.00 Sócios à Força
(de John Badham, EUA/1991, com James Woods, Michael J. Fox, Stephen Lang, Annabella Sciorra. Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.25 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.35 O Justiceiro
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
14.50 Cousteau
15.50 Noite Fatal
(de Tom McLoughlin, EUA/1992, com Molly Ringwald, Lee Grant, Perry King, Martin Landau. Drama)
17.55 Quase Modelo, Quase Detective
18.15 Portugal Português
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Os Filhos da Sida
(de John Erman, EUA/1991, com Julie Andrews, Ann-Margret, Hugh Grant, Zeljko Ivanek. Telefilme)
24.00 Linha de Fundo
01.40 Doido por Ti
02.15 A Balada de Hill Street

«A Rapariga de Varsóvia» - domingo na RTP2 - é uma reunião de talentos. De Artur Ramos, realizador, a Mário de Carvalho, autor do texto, passando por actores como Canto e Castro e Henrique Viana



Quarta, 3

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nós, os Ricos
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Isto Só Vídeo
21.35 A Grande Aposta
22.30 Autárquicas 97 - Debate nacional (Porto)
01.05 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Decálogo
23.30 As Aventuras de Oliver Twist
(de David Lean, Gr.Br.1948, com Robert Newton, Alec Guinness, Kay Walsh, Francis L. Sullivan. Ver Destaque)
00.35 Falatório
01.25 Memórias do Teatro

SIC

09.10 Buêrére
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Fantasma
22.00 Anjo Mau
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Toda a Verdade

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Assalto ao Arranha-Céus
(de John McTiernan, EUA/1988, com Bruce Willis, Allan Rickman, Alexander Godunov, Bonnie Bedelia. Ver Destaque)
00.10 Doido por Ti
01.20 Desporto
01.35 A Balada de Hill Street

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...

007, Licença Para Matar

(Sábado, 15.40, SIC)

Em mais uma espectacular e sempre inverosímil seqüela das aventuras de James Bond - que, aqui, voltam a subir alguns pontos com a chegada de um novo intérprete, Timothy Dalton - a história deste filme leva-nos desta vez a seguir o agente 007 na perseguição tenaz ao chefe de um cartel da droga e à vingança pelo assassinio de um casal amigo.

Um Cão Andaluz

(Sábado, 19.55, RTP2)

Um homem secciona com uma lâmina o olho da sua companheira. Um jovem deseja uma mulher e tenta apagar e deixar para trás os vestígios do seu passado. Um homem é colocado em penitência por um seu duplo. Insatisfeita, uma mulher junta-se a um outro amante numa praia, onde são devorados por insectos. Enfim, iniciando uma seqüência de três documentários originários de Espanha com que a RTP2 preenche a sua habitual rubrica *Onda Curta*, o espectador tem hoje a oportunidade de ver uma pequena obra-prima do cinema de Luis Buñuel - diga-se, uma obra-prima de culto do cinema surrealista, com seqüências que ficaram célebres: a mão repleta de formigas, o olho golpeado pela lâmina, os burros mortos em cima dos pianos de cauda... A não perder.

A Missão

(Sábado, 22.50, RTP2)

Povoado de «estrelas» e repetido praticamente todos os anos pelos vários canais, resta lembrar que neste filme, para além da excelência da admirável seqüência final do ataque à aldeia, todo o grandioso enquadramento paisagístico (que serve de base a uma sincera, mas por vezes ingénua, mensagem ecológica) reduz as personagens à pequenez de simples elementos do cenário envolvente, o que é mais um elemento causador dos frequentes motivos de desilusão.

Jogo Fatal

(Sábado, 01.55, SIC)

Outro filme com presença certa todos os anos, em constantes repetições que lhe retiram qualquer novidade. Em relação a este excelente *Jogo Fatal*, no qual é patente a influência de Mestre Hitchcock, recorde-se que se trata da primeira obra realizada por um brilhante argumentista - David Mamet - centrada em torno de uma psiquiatra de sucesso cujo percurso, por puro acaso, se cruza com a de um vigarista pertencente ao mundo da noite e do jogo e a leva, de início por curiosidade profissional, a irresistivelmente alinhar nos seus brilhantes truques, e não só... Uma atmosfera filmica exemplar, uma cuidada dramaturgia, e duas grandes interpretações de Joe Mantegna e Lindsay Crouse.

Os Revoltados do Caine

(Domingo, 16.50, TVI)

Segura de que o comandante do seu navio havia enlouquecido, a tripulação do draga-minas *Caine* revolta-se e substitui-o no comando em pleno mar alto. Mais tarde, no julgamento deste «crime», tudo viria de facto a ficar esclarecido. Anunciado para a semana passada (e bem conhecido dos espectadores), este filme deve a sua fama sobretudo à interpretação, num registo surpreendente, de Humphrey Bogart.

Em Busca do Vale Encantado

(Domingo, 17.30, RTP1)

Também anunciado para transmissão anterior, este é um filme de desenhos animados de atmosfera fantástica e com acção situada há milhões de anos: um grupo de dinossauros, separados dos progenitores por um violento terramoto, parte em sua busca arrostando com todos os perigos. É o domínio da técnica por parte de um especialista - Don Bluth - enquadrado pela imaginação de um patrono com génio para o espectáculo - Steven Spielberg.

O Bobo

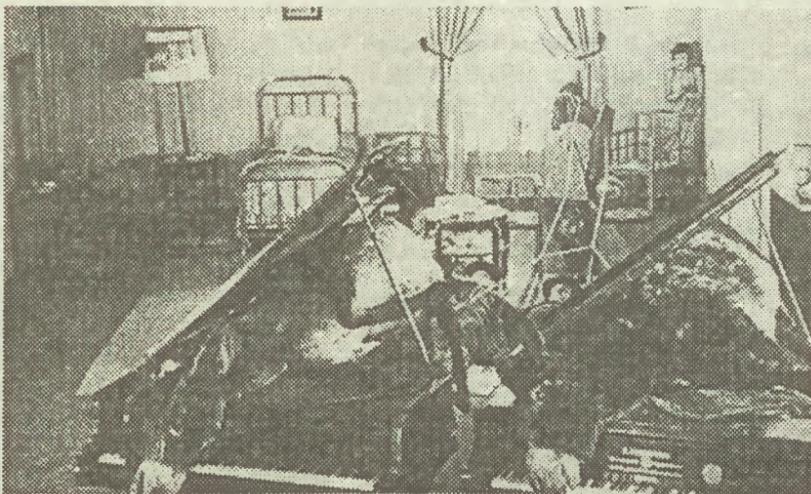
(Domingo, 18.05, RTP2)

Um dos aspectos mais curiosos deste filme (premiado no Festival de Locarno) é que as próprias condições de produção determinaram a sua evolução à medida que ia sendo rodado: assim, de uma versão cinematográfica de *O Bobo* de Alexandre Herculano, o filme transforma-se na história da montagem de uma peça teatral, com um caso de tráfico de armas pelo meio! O talentoso realizador deste filme é Álvaro Morais e, entre os seus intérpretes, o destaque vai para Luís Lucas, Fernando Heitor e Paula Guedes.

Perigosa Sedução

(Domingo, 22.45, SIC)

Eis um filme psicologicamente violento, representante por excelência do cinema de suspense. Foi realizado por Harold Becker e, apresentando



Os burros mortos em cima dos pianos, uma imagem célebre da curta-metragem «O Cão Andaluz», de Luis Buñuel



Joe Mantegna e Lindsay Crouse em «Jogo Fatal», de David Mamet

fortíssimas interpretações de Al Pacino e Ellen Barkin, conta-nos a história de um polícia de Nova Iorque que, atravessando um período de crise, típica da meia-idade, se mete numa muito complicada história de paixões escaldantes com a principal suspeita de um série de crimes - o que desencadeia as perigosas e inevitáveis consequências que se adivinham...

Flores de Aço

(Segunda, 15.20, SIC)

Um salão de beleza de uma pequena cidade do sul dos EUA é o local de cruzamento de histórias vividas, sentidas ou comentadas por um conjunto de personagens femininas que normalmente o frequentam, entre as quais avultam as consequências da tragédia de uma jovem mãe provocada por um parto. Evoluindo entre a comédia e o drama, *Flores de Aço* é, por vezes, um verdadeiro espectáculo de representação, em que se destaca, pelo insólito, a secura de Shirley McLaine. A realização segura é de Herbert Ross.



W. C. Fiedls e Freddy Bartholomew em «Vida e Aventura de David Copperfield», de George Cukor

Lábios Que Envenenam

(Segunda, 23.30, RTP2)



Al Pacino e Ellen Barkin em «Perigosa Sedução», de Harold Becker

Iniciando um ciclo dedicado pela RTP2 à transmissão de adaptações de obras de Dickens, este filme foi realizado pelo cineasta brasileiro Alberto Cavalcanti que se tornou notado como membro do movimento de vanguarda do cinema

francês dos anos 20. Neste filme, o realizador parece ter dado mais atenção às envolventes técnicas e visuais do que à construção dramática das personagens, mas os intérpretes não deixam de estar à altura das exigências. A descobrir.

Vida e Aventura de David Copperfield

(Terça, 23.30, RTP2)

O primeiro aspecto a destacar nesta adaptação do clássico de Dickens é o trabalho do argumentista Howard Estabrook que conseguiu sintetizar na tradicional duração normal do filme (pouco mais de uma hora e meia) todo o espí-

ritmo destas histórias, tanto mais que elas começaram por constituir uma série de episódios destinados à publicação nos jornais. Cuidado especial foi posto pelo produtor David Selznick e pelo realizador George Cukor na constituição do naipe de intérpretes, o que resultou plenamente já que o filme é considerado, neste aspecto, um dos mais conseguidos na História do Cinema, em particular pelo «achado» que foi escolher W.C.Fields (um actor eminentemente cómico) para a personagem de Micawber, tanto mais que o primeiro escolhido fora Charles Laughton, à partida, teoricamente, mais adequado ao papel. Outro filme a não perder esta semana.

As Aventuras de Oliver Twist

(Quarta, 23.30, RTP2)

Ora aqui está - embora também já fartamente conhecida dos telespectadores - a mais fantasmagórica das adaptações cinematográficas do célebre romance de Charles Dickens, uma das obras literárias em que mais veementemente se denuncia a crueldade. Talvez por isso (e não deixando de ser... cruel em relação ao espectador) o filme é brilhantemente posto em cena por David Lean, na direcção de um elenco de primeira água no qual que se destaca o fabuloso papel de Alec Guinness.



Um excelente naipe de intérpretes femininas dão corpo a «Flores de Aço», de Herbert Ross



Bruce Willis prepara-se (mais uma vez!) para espatifar um vidro no arranha-céus assaltado

■ Francisco Costa

A oficina de Alain Resnais

Muitos ensaios e estudos são hoje feitos sobre a importância da televisão nos nossos dias. Dizem alguns que, irremediavelmente, este poderoso meio audiovisual apenas pode preencher na perfeição o papel de divertir, libertando as pessoas do fardo da vida quotidiana. Outros acham que é a informação que lhe dá primazia entre os demais meios de comunicação, trazendo-nos a par dos últimos acontecimentos nacionais e internacionais. Finalmente há ainda aqueles que consideram ser a televisão um meio por excelência para a transmissão de ensinamentos e cultura.

Entretanto, todos os dias nos é demonstrado na prática, a partir dos exemplos mais variados e com as mais diversas origens, que a televisão pode e deve ser de preferência um pouco de tudo isso, independentemente de ela nos ser servida por operadores privados com uma programação prioritariamente generalista ou por operadores do «serviço público» aos quais uma certa corrente de opinião - apressada, leviana e não inocente - pretende atribuir exclusivas exigências e correspondentes responsabilidades em termos de qualidade, no que se refere ao preenchimento daqueles requisitos.

Como aqui se tem demonstrado, de vez em quando, no sentido de diversificar salutarmente a chamada de atenção para operadores de televisão alternativos que apresentam propostas programáticas regra geral enriquecedoras (hoje ao acesso de um cada vez maior número de telespectadores), o canal franco-alemão **Arte** encontra-se, por exemplo, entre aqueles operadores privados cuja orientação se pauta por princípios de qualidade e rigor nem sempre (ou sequer) atingíveis por muitos canais de «serviço público».

Um exemplo entre tantos

A emissão do passado domingo 23 do **Arte** não deixou de corresponder, mais uma vez, àquilo a que este canal já conseguiu habituar os seus espectadores, em mais uma «sessão temática» com a qual preencheu parte substancial da sua noite televisiva. Desta vez, o fulcro das atenções dirigiu-se para a personalidade do realizador francês **Alain Resnais**, um dos mais consagrados criadores cinematográficos da velha Europa. Famoso pelos seus admiráveis documentários - entre os quais se podem destacar os dedicados a «**Van Gogh**» (1948), «**Gauguin**» (1950) ou «**Guernica**» (1950), para apenas sublinharmos aqueles que têm a arte e os seus criadores como centro das atenções, ou ainda «**Noite e Neveiro**», para sobretudo referirmos um dos mais importantes documentários de todos os tempos debruçando-se sobre um tema candente da História mais recente - **Resnais** é, ainda, um dos mais prolíferos e brilhantes realizadores no campo do cinema de ficção, da sua já longa carreira se destacando, a título de exemplo, espécimes tão inovadores e fascinantes a vários títulos como «**Hiroshima, Mon Amour**», «**O Ano Passado em Marienbad**», «**A Guerra Acabou**», «**Muriel**», «**Providence**», «**O Meu Tio da América**» ou o mais recente «**Smoking, No Smoking**», transmitido há relativamente pouco tempo pela **RTP 2**.

E foi precisamente a propósito da retransmissão pelo **Arte** deste filme de **Resnais** que o canal dedicou toda a emissão ao realizador, dando-nos ainda a ver dois documentários importantes. O primeiro, intitulado «**L'Atelier d'Alain Resnais**», realizado por **François Thomas** já este ano, debruçava-se sobre a prática cinematográfica do cineasta, tendo como pano de fundo excertos do seu último filme «**On connaît la chanson**» (com o qual, confesadamente, **Resnais** pretendeu prestar homenagem a **Dennis Potter**, esse grande autor televisivo britânico) e preenchido com uma série de testemunhos de actores e técnicos - quer aqueles que trabalharam em obras mais recentes, quer os que há anos são seus fiéis colaboradores. No primeiro caso, personalidades como **André Dussolier**, **Lambert Wilson**, **Pierre Arditi**, **Agnés Jaoui** ou **Jean-Pierre Bacri** deslumbraram-se perante as câmaras com a forma como **Resnais** trabalha com os actores e, sobretudo, com o processo de progressiva integração destes na sua estratégia criativa, dando corpo às personagens; no segundo caso, técnicos como **Sylvette Baudrot** (*script-girl*) ou **Jacques Saulnier** (cenografista), seus colaboradores há mais de três décadas, desvendaram-nos os próprios segredos da criação e a metodologia rigorosa adoptada por **Alain Resnais** - partindo do profundo diálogo com os argumentistas, prosseguindo com o trabalho prévio em conjunto com os intérpretes, concretizando a investida em conjunto com os técnicos ao «local do crime» (o estúdio, os locais de filmagens) e, finalmente, dando largas ao supremo trabalho de criação na solidão da sala de montagem. Mas também um seu colaborador recente, como o compositor **Bruno Fontaine** (aliás, autor da música do próprio documentário), destacou a particular sensibilidade de **Resnais** para a música, à qual atribuía importância relevante nas suas obras. Tudo isto nos foi eficazmente apresentado num filme cujo fio condutor era a própria voz *off* do realizador e no qual se sentiu cuidado especial nos tons da imagem e na pró-

pria iluminação, no sentido de criar o menor contraste possível com os vários excertos incluídos de alguns dos seus filmes mais importantes.

O toque de génio

Mas foi preciso chegarmos ao segundo documentário da noite para sentirmos a diferença clara entre a eficácia iluminada pelo talento e o sopro de magia acalentado pelo

génio.

Tratava-se de uma pequena obra intitulada simplesmente «**Gershwin**» - documentário que julgamos inédito entre nós - e realizado em 1991 pelo próprio **Alain Resnais**, tendo sido justamente premiado com o **Primeiro Prémio do Festival de Baltimore** desse mesmo ano. Destacando-se de todas as obras que, neste campo, até hoje saíram da «oficina» do mestre, «**Gershwin**» revelou-se mais uma peça-chave para o entendimento da sua arte criativa.

Por um lado (como qualquer biografia documental que se preza), o filme dá-nos a ver a trajectória e a singularidade de um compositor que não só se destacou como um dos mais geniais autores de canções do seu tempo como ainda despertou as atenções e a consideração de vultos contemporâneos da chamada Grande Música, como **Alban Berg**, **Igor Strawinsky** ou **Maurice Ravel**. Mesmo utilizando toda uma panóplia de materiais que normalmente alimentam este tipo de obras documentais - fotos, reproduções de jornais ou cartazes, excertos de actualidades da época ou filmes particulares de 8 mm, como ilustração às entrevistas com especialistas de **Gershwin** ou seus admiradores incondicionais - a diferença qualitativa do produto final foi por de mais evidente e jamais deixou de ter a marca de autor que **Resnais** dá a tudo o que cria.

Por outro lado, o harmonioso doseamento entre os excertos das entrevistas, a sua criteriosa distribuição ao longo do docu-

do num banco de bar, em *chroma-key*, frente a um cenário pintado colorido, falando da Broadway e de Tin Pan Alley) e a forma didáctica como dois compositores (**Philippe Baudouin** e **John Kander**) se debruçaram sobre a originalidade da arte composicional do autor de «**Um Americano em Paris**».

Mas o verdadeiro toque de génio seria patente, mais uma vez, na forma como **Alain Resnais** organizou no produto final todos os materiais documentais de que dispunha e os dispositivos «dramatúrgicos» que, de princípio a fim, utilizou e evidenciou como «forma» de servir um particular «conteúdo». E, mais uma vez, o segredo residiu na magistral conjugação dos princípios e pressupostos da *mise-en-scène* com os da *montagem*.

No primeiro caso, **Resnais** resolveu o problema através de uma constante e fabulosa série de longos e sucessivos «planos sequência», num conjunto de «travellings ópticos» já não, evidentemente, sobre personagens e cenários reais mas sobre a **re-criação** ficcional destes, utilizando para tal as pinturas de **Guy Pellaert**, autênticos frescos hiper-realistas dos locais, das pessoas, das situações que o texto ia referindo em *off*. E, com isto, embora utilizando movimentos de câmara que se desenvolviam sem solução de continuidade, **Resnais** como que criava ao mesmo tempo a sensação de corte e montagem subliminar. Foi assim possível devolver ao espectador a encenação do imaginário dos anos 20, a agitação da noite, o fervilhar de Tin Pan Alley e da Broadway - numa das mais espantosas reconstituições de época que nos foi dado ver! - mas também o dramatismo de certos momentos da vida privada de **Gershwin**.

No segundo caso, **Resnais** chegou ao ponto de conseguir «dar movimento» (ao nível visual) às imagens fixas ou aos registos fotográficos de arquivo simplesmente através da virtuosística *montagem off* (ou seja, ao nível auditivo) de músicas, sons reais e ruídos ambiente.

Em suma, com este «simples» documentário, **Alain Resnais** demonstrava à época (já com 70 anos de idade) invejável frescura e polivalência criativa. Bem haja à televisão ter-nos agora chamada a atenção para isso.



«Um Americano em Paris», um ballet de Gershwin, a sua única obra adaptada ao cinema por Hollywood

ESCAPARATE

Porto • Natal • Teatro • Internacional

Começa já na próxima 4ª. feira 3 e prolongar-se-á até 22 de Dezembro o festival **PO.N.T.I. - Porto.Natal.Teatro.Internacional**, um conjunto de manifestações artísticas sobretudo na área do Teatro mas também da Música, que antecipará o período do Natal e animará um conjunto de cinco espaços diferentes da capital nortenha, como o **Teatro Municipal Rivoli**, o **Teatro Nacional S. João**, o **BalleTeatro Auditório**, a **Sala do Arquivo da Alfândega** e o **Auditório Carlos Alberto**. Entre outros espectáculos, o destaque vai no campo do Teatro para as peças «**Measure For Measure**» de Shakespeare, que inaugura o festival a 3 e 4 às 21.30, numa encenação de **Stéphane Braunschweig** - Reino Unido - «**Las Aguias y el Opio**» encenada por **Robert Lepage** - Canadá / Itália (ambas no Rivoli); «**C'est Magnifique**» de **Jérôme Deschamps** e **Macha Makeieff** numa encenação dos autores - França / Alemanha - e duas peças de **Jean Cocteau**, «**A Voz Humana**» e «**O Belo Indiferente**», encenadas respectivamente por **James Conway** e por **Nuno Carinhas**, e, ainda, «**Três Irmãs**» de **Anton Tchekov** numa encenação de **Eimuntas Nekrasius** - Lituânia - e «**Rasoi**» encenada por **Enzo Moscato** - Itália (todas no S. João); a participação portuguesa com «**Póquer na Jamaica**» (de **Evelyne Pieiller**), «**Peep-Show**» (de **Luís Assis**) e **Artaud-Estúdio**, respectivamente encenadas por **António Durães**, **Luís Assis** e **Paulo Filipe** (no **BalleTeatro Auditório**). No campo da Música, destaquem-se os três espectáculos de **Ingrid Caven** e **Eartha Kitt** (no S. João) e de **Egberto Gismondi** (no **Carlos Alberto**). Finalmente, mencionem-se quatro espectáculos por ilusionistas como **Topper Martyn**, **Anthony Blake**, **David Williamson** e **René Lavand** apresentados no Rivoli por **Luís de Matos**.

Três Contos de Perrault

Uma bellissima edição esta que recentemente a **Campo das Letras** lançou na sua colecção **Rectângulo de Ouro** e que fará certamente uma prenda melhor que ouro na quadra de Natal que se aproxima. Em primeira abordagem, este livro distingue-se desde logo pela qualidade gráfica, o que não é de sobremesa. Mas trata-se aqui da aventura que é publicar «histórias da carochinha», que vão interessar e encantar toda a gente. Várias razões contribuíram para tal interesse. A autoria é de **Charles Perrault**, um escritor que, ao entrar na Academia Francesa em 1671, tomou o «partido dos Modernos» e, passados séculos, não deixou de ser moderno. O autor veio a tornar-se célebre, entre outros motivos, por ter procedido à recolha - e à escrita - de contos da tradição oral, que reuniu em 1697 sob o título **Contes de ma Mère l'Oye**. **A Bela Adormecida**, **O Capuchinho Vermelho**, **O Gato das Botas** e **A Gata Borralheira** encontram-se entre as histórias então publicadas,

todas elas fixadas para o encantamento de gerações. Este livro reúne três desses contos - **A Pele de Burro**, **O Barba Azul** e **O Polegarzinho** -, escritos em verso pelo autor e traduzidos por **Luiza Neto Jorge** e por **Manuel João Gomes** num trabalho realizado em primeira edição há vinte anos para a Estampa. Estes dois nomes - o da saudosa poeta e o do crítico de teatro, ambos autores de traduções de qualidade - contribuem para a valorização desta iniciativa editorial da **Campo das Letras**. Assim como o excelente trabalho de ilustração, assinado por **Manuela Bacelar**. Um livro para os leitores revisitarem, com outros olhos e sem inocências, as histórias que lhes povoaram a infância.



JAZZ

O Jazz Desce à Cidade

Subordinada ao tema em título, continua com a regularidade a que já habituou os amadores de Jazz do Norte do país a actividade musical nesta área centrada à volta de dois clubes de **Matosinhos** - o «**Héritage Café**» e o «**B Flat**». Assim, e a partir de hoje e até o próximo domingo 30, será a vez de actuar o trio da excelente pianista norte-americana **Lynne Arriale** (que Lisboa já conhece da sua passagem pelo festival «**Jazz em Agosto**» (Acarte) e por actuações no **Hot Clube de Portugal** e que será acompanhada por **François Moutin** em contrabaixo e por **Steve Davis** em bateria. Os concertos terão início às 23.30.



CLASSICA

Temporada de Música e Dança '97/98



O pianista Maurizio Pollini



A Orquestra Gulbenkian

do barítono **Mathias Goerne**, com o pianista **Graham Johnson**, apresentarem a audição integral do ciclo de canções «**A Bela Moleira**», de **Franz Schubert**. Finalmente, na 5ª. feira 4 e 6ª. feira 5, respectivamente às 21.30 e 19 horas, o maestro **Max Rabinovitsj** estará à frente da **Orquestra Gulbenkian** em dois concertos que contarão ainda com a participação, como solista em piano, do vencedor do **Concurso Internacional de Piano Vianna da Motta** (1997) em obras a anunciar. A outra peça incluída nestes dois concertos será a **Sinfonia nº. 2 em Dó Maior op. 61** de **Robert Schumann**.

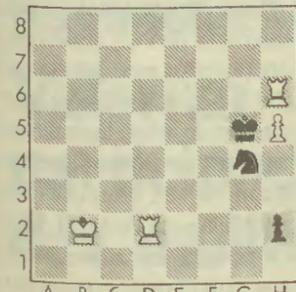
Prosseguem no **Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian** os recitais e concertos integrados na presente **Temporada de Música e Dança** daquela instituição. Para os próximos dias estão

anunciados um recital excepcional pelo pianista **Maurizio Pollini**, com repertório ainda desconhecido ao fecho desta edição, e que se realizará na 2ª. feira 1 pelas 19 horas. Na 3ª. feira 2, à mesma hora, será a vez

XADREZ

DCXXXIII - 27 DE NOVEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X42
Por: **Frantisek J. Prokop**
3º Prémio *Ex aequo* Shakhmaty flot, 1929

Pr.: [3]: Ph2 - Cg4 - Rg5
Br.: [4]: Ph5 - Ts.d2, h6 - Rb2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X42 [F.J.P.]

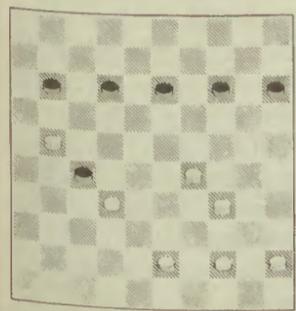
1. Tg6+!, Rh5; 2. Tg4, h1=D; 3. Tg7, Rh6;
4. Tg2, Dd1; 5. Tg2, Df1; 6. Th2+, Rg5;
7. Td2, R-; 8. Tf2+ e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCXXXIII - 27 DE NOVEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D42
Por: **G. A. CREMER**
NL - 1934

Pr.: [6] 11-12-13-14-15-27
Br.: [7] 21-29-32-34-43-44-45



Branças jogam e ganham

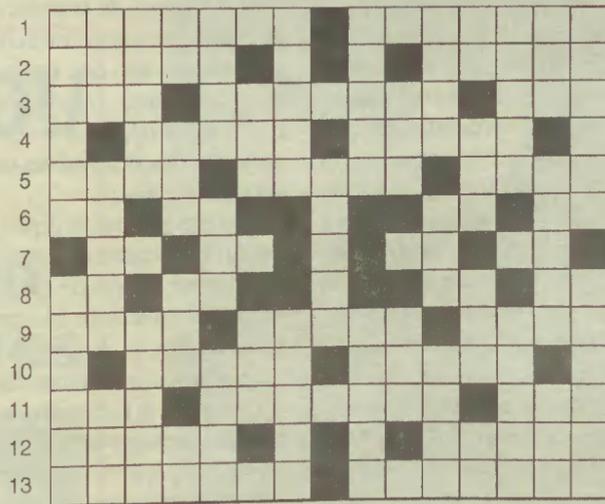
SOLUÇÃO DO Nº 1997D42 [GAC]

1. 21-16 (27x40); 2. 20x19 (11x33); 3. 34-28 (33x24); 4. 45x34+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Mineral que é, quimicamente, o hidróxido de magnésio e cristaliza no sistema hexagonal; respirar. 2 - Vento brando e apazível (pl.); vagaroso. 3 - Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; escutaria; elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de ar. 4 - Det. e pron. pers. pertencente ou relativo a nós; galeria transversal de mina. 5 - Garantia; dificuldades (fig.); esmagas. 6 - Sim (ant.); Astatino (s.q.); pedra de moinho; porco (prov.). 7 - Estuda; a minha pessoa; igreja episcopal ou patriarcal; divindade solar dos antigos egípcios. 8 - Cálcio (s.q.); ala do exército; nota musical; naquele lugar. 9 - Lavrador; dispõe em camadas; curso natural de água (pl.). 10 - Unir pelo matrimónio; barco de recreio (pl.). 11 - Despida; amaciara; base aérea portuguesa. 12 - Permanecer; não mencionar. 13 - Retumbariam; tema.

VERTICAIS: 1 - Dorma destinada ao transporte e posterior fermentação das uvas depois da pisa (pl.). 2 - Via dentro de uma povoação; lugarço; costume. 3 - Líquido que é excretado pelo aparelho urinário, constituído por água com substâncias minerais orgânicas; respeito. 4 - Aqui; remoinho de água (prov.) altar de sacrifícios; atmosfera. 5 - Igualdade (pref.) (pl.); epiderme, principalmente do rosto; vestimenta de mulher indiana. 6 - Emprego; produto tintorial da Índia. 7 - Na generalidade, qualquer planta de caule tenro, que, em regra, pouco se eleva do solo (pl.); educam. 8 - Pessoa muito parecida com outra. 9 - Sedimentos que o vinho e outros líquidos deixam no fundo, aderentes às paredes da vasilha que os contém; gemera (pop.). 10 - Comparecias; principal rio da Suíça. 11 - Formam em alas; doçura (fig.); haste roliça de madeira com que se impelem as bolas do bilhar. 12 - Acusada; patrão; cem metros quadrados; aparência. 13 - Inspiro; separo. 14 - Amare; italiano; bigorna de ourives. 15 - Demorado; cozinhar no forno.

10 - las; 11 - Moroso; assara.
10 - las; 11 - Ar; 12 - Al; 13 - am; 14 - Al; 15 - Ar; 16 - Ar; 17 - Ar; 18 - Ar; 19 - Ar; 20 - Ar; 21 - Ar; 22 - Ar; 23 - Ar; 24 - Ar; 25 - Ar; 26 - Ar; 27 - Ar; 28 - Ar; 29 - Ar; 30 - Ar; 31 - Ar; 32 - Ar; 33 - Ar; 34 - Ar; 35 - Ar; 36 - Ar; 37 - Ar; 38 - Ar; 39 - Ar; 40 - Ar; 41 - Ar; 42 - Ar; 43 - Ar; 44 - Ar; 45 - Ar; 46 - Ar; 47 - Ar; 48 - Ar; 49 - Ar; 50 - Ar; 51 - Ar; 52 - Ar; 53 - Ar; 54 - Ar; 55 - Ar; 56 - Ar; 57 - Ar; 58 - Ar; 59 - Ar; 60 - Ar; 61 - Ar; 62 - Ar; 63 - Ar; 64 - Ar; 65 - Ar; 66 - Ar; 67 - Ar; 68 - Ar; 69 - Ar; 70 - Ar; 71 - Ar; 72 - Ar; 73 - Ar; 74 - Ar; 75 - Ar; 76 - Ar; 77 - Ar; 78 - Ar; 79 - Ar; 80 - Ar; 81 - Ar; 82 - Ar; 83 - Ar; 84 - Ar; 85 - Ar; 86 - Ar; 87 - Ar; 88 - Ar; 89 - Ar; 90 - Ar; 91 - Ar; 92 - Ar; 93 - Ar; 94 - Ar; 95 - Ar; 96 - Ar; 97 - Ar; 98 - Ar; 99 - Ar; 100 - Ar; 101 - Ar; 102 - Ar; 103 - Ar; 104 - Ar; 105 - Ar; 106 - Ar; 107 - Ar; 108 - Ar; 109 - Ar; 110 - Ar; 111 - Ar; 112 - Ar; 113 - Ar; 114 - Ar; 115 - Ar; 116 - Ar; 117 - Ar; 118 - Ar; 119 - Ar; 120 - Ar; 121 - Ar; 122 - Ar; 123 - Ar; 124 - Ar; 125 - Ar; 126 - Ar; 127 - Ar; 128 - Ar; 129 - Ar; 130 - Ar; 131 - Ar; 132 - Ar; 133 - Ar; 134 - Ar; 135 - Ar; 136 - Ar; 137 - Ar; 138 - Ar; 139 - Ar; 140 - Ar; 141 - Ar; 142 - Ar; 143 - Ar; 144 - Ar; 145 - Ar; 146 - Ar; 147 - Ar; 148 - Ar; 149 - Ar; 150 - Ar; 151 - Ar; 152 - Ar; 153 - Ar; 154 - Ar; 155 - Ar; 156 - Ar; 157 - Ar; 158 - Ar; 159 - Ar; 160 - Ar; 161 - Ar; 162 - Ar; 163 - Ar; 164 - Ar; 165 - Ar; 166 - Ar; 167 - Ar; 168 - Ar; 169 - Ar; 170 - Ar; 171 - Ar; 172 - Ar; 173 - Ar; 174 - Ar; 175 - Ar; 176 - Ar; 177 - Ar; 178 - Ar; 179 - Ar; 180 - Ar; 181 - Ar; 182 - Ar; 183 - Ar; 184 - Ar; 185 - Ar; 186 - Ar; 187 - Ar; 188 - Ar; 189 - Ar; 190 - Ar; 191 - Ar; 192 - Ar; 193 - Ar; 194 - Ar; 195 - Ar; 196 - Ar; 197 - Ar; 198 - Ar; 199 - Ar; 200 - Ar; 201 - Ar; 202 - Ar; 203 - Ar; 204 - Ar; 205 - Ar; 206 - Ar; 207 - Ar; 208 - Ar; 209 - Ar; 210 - Ar; 211 - Ar; 212 - Ar; 213 - Ar; 214 - Ar; 215 - Ar; 216 - Ar; 217 - Ar; 218 - Ar; 219 - Ar; 220 - Ar; 221 - Ar; 222 - Ar; 223 - Ar; 224 - Ar; 225 - Ar; 226 - Ar; 227 - Ar; 228 - Ar; 229 - Ar; 230 - Ar; 231 - Ar; 232 - Ar; 233 - Ar; 234 - Ar; 235 - Ar; 236 - Ar; 237 - Ar; 238 - Ar; 239 - Ar; 240 - Ar; 241 - Ar; 242 - Ar; 243 - Ar; 244 - Ar; 245 - Ar; 246 - Ar; 247 - Ar; 248 - Ar; 249 - Ar; 250 - Ar; 251 - Ar; 252 - Ar; 253 - Ar; 254 - Ar; 255 - Ar; 256 - Ar; 257 - Ar; 258 - Ar; 259 - Ar; 260 - Ar; 261 - Ar; 262 - Ar; 263 - Ar; 264 - Ar; 265 - Ar; 266 - Ar; 267 - Ar; 268 - Ar; 269 - Ar; 270 - Ar; 271 - Ar; 272 - Ar; 273 - Ar; 274 - Ar; 275 - Ar; 276 - Ar; 277 - Ar; 278 - Ar; 279 - Ar; 280 - Ar; 281 - Ar; 282 - Ar; 283 - Ar; 284 - Ar; 285 - Ar; 286 - Ar; 287 - Ar; 288 - Ar; 289 - Ar; 290 - Ar; 291 - Ar; 292 - Ar; 293 - Ar; 294 - Ar; 295 - Ar; 296 - Ar; 297 - Ar; 298 - Ar; 299 - Ar; 300 - Ar; 301 - Ar; 302 - Ar; 303 - Ar; 304 - Ar; 305 - Ar; 306 - Ar; 307 - Ar; 308 - Ar; 309 - Ar; 310 - Ar; 311 - Ar; 312 - Ar; 313 - Ar; 314 - Ar; 315 - Ar; 316 - Ar; 317 - Ar; 318 - Ar; 319 - Ar; 320 - Ar; 321 - Ar; 322 - Ar; 323 - Ar; 324 - Ar; 325 - Ar; 326 - Ar; 327 - Ar; 328 - Ar; 329 - Ar; 330 - Ar; 331 - Ar; 332 - Ar; 333 - Ar; 334 - Ar; 335 - Ar; 336 - Ar; 337 - Ar; 338 - Ar; 339 - Ar; 340 - Ar; 341 - Ar; 342 - Ar; 343 - Ar; 344 - Ar; 345 - Ar; 346 - Ar; 347 - Ar; 348 - Ar; 349 - Ar; 350 - Ar; 351 - Ar; 352 - Ar; 353 - Ar; 354 - Ar; 355 - Ar; 356 - Ar; 357 - Ar; 358 - Ar; 359 - Ar; 360 - Ar; 361 - Ar; 362 - Ar; 363 - Ar; 364 - Ar; 365 - Ar; 366 - Ar; 367 - Ar; 368 - Ar; 369 - Ar; 370 - Ar; 371 - Ar; 372 - Ar; 373 - Ar; 374 - Ar; 375 - Ar; 376 - Ar; 377 - Ar; 378 - Ar; 379 - Ar; 380 - Ar; 381 - Ar; 382 - Ar; 383 - Ar; 384 - Ar; 385 - Ar; 386 - Ar; 387 - Ar; 388 - Ar; 389 - Ar; 390 - Ar; 391 - Ar; 392 - Ar; 393 - Ar; 394 - Ar; 395 - Ar; 396 - Ar; 397 - Ar; 398 - Ar; 399 - Ar; 400 - Ar; 401 - Ar; 402 - Ar; 403 - Ar; 404 - Ar; 405 - Ar; 406 - Ar; 407 - Ar; 408 - Ar; 409 - Ar; 410 - Ar; 411 - Ar; 412 - Ar; 413 - Ar; 414 - Ar; 415 - Ar; 416 - Ar; 417 - Ar; 418 - Ar; 419 - Ar; 420 - Ar; 421 - Ar; 422 - Ar; 423 - Ar; 424 - Ar; 425 - Ar; 426 - Ar; 427 - Ar; 428 - Ar; 429 - Ar; 430 - Ar; 431 - Ar; 432 - Ar; 433 - Ar; 434 - Ar; 435 - Ar; 436 - Ar; 437 - Ar; 438 - Ar; 439 - Ar; 440 - Ar; 441 - Ar; 442 - Ar; 443 - Ar; 444 - Ar; 445 - Ar; 446 - Ar; 447 - Ar; 448 - Ar; 449 - Ar; 450 - Ar; 451 - Ar; 452 - Ar; 453 - Ar; 454 - Ar; 455 - Ar; 456 - Ar; 457 - Ar; 458 - Ar; 459 - Ar; 460 - Ar; 461 - Ar; 462 - Ar; 463 - Ar; 464 - Ar; 465 - Ar; 466 - Ar; 467 - Ar; 468 - Ar; 469 - Ar; 470 - Ar; 471 - Ar; 472 - Ar; 473 - Ar; 474 - Ar; 475 - Ar; 476 - Ar; 477 - Ar; 478 - Ar; 479 - Ar; 480 - Ar; 481 - Ar; 482 - Ar; 483 - Ar; 484 - Ar; 485 - Ar; 486 - Ar; 487 - Ar; 488 - Ar; 489 - Ar; 490 - Ar; 491 - Ar; 492 - Ar; 493 - Ar; 494 - Ar; 495 - Ar; 496 - Ar; 497 - Ar; 498 - Ar; 499 - Ar; 500 - Ar; 501 - Ar; 502 - Ar; 503 - Ar; 504 - Ar; 505 - Ar; 506 - Ar; 507 - Ar; 508 - Ar; 509 - Ar; 510 - Ar; 511 - Ar; 512 - Ar; 513 - Ar; 514 - Ar; 515 - Ar; 516 - Ar; 517 - Ar; 518 - Ar; 519 - Ar; 520 - Ar; 521 - Ar; 522 - Ar; 523 - Ar; 524 - Ar; 525 - Ar; 526 - Ar; 527 - Ar; 528 - Ar; 529 - Ar; 530 - Ar; 531 - Ar; 532 - Ar; 533 - Ar; 534 - Ar; 535 - Ar; 536 - Ar; 537 - Ar; 538 - Ar; 539 - Ar; 540 - Ar; 541 - Ar; 542 - Ar; 543 - Ar; 544 - Ar; 545 - Ar; 546 - Ar; 547 - Ar; 548 - Ar; 549 - Ar; 550 - Ar; 551 - Ar; 552 - Ar; 553 - Ar; 554 - Ar; 555 - Ar; 556 - Ar; 557 - Ar; 558 - Ar; 559 - Ar; 560 - Ar; 561 - Ar; 562 - Ar; 563 - Ar; 564 - Ar; 565 - Ar; 566 - Ar; 567 - Ar; 568 - Ar; 569 - Ar; 570 - Ar; 571 - Ar; 572 - Ar; 573 - Ar; 574 - Ar; 575 - Ar; 576 - Ar; 577 - Ar; 578 - Ar; 579 - Ar; 580 - Ar; 581 - Ar; 582 - Ar; 583 - Ar; 584 - Ar; 585 - Ar; 586 - Ar; 587 - Ar; 588 - Ar; 589 - Ar; 590 - Ar; 591 - Ar; 592 - Ar; 593 - Ar; 594 - Ar; 595 - Ar; 596 - Ar; 597 - Ar; 598 - Ar; 599 - Ar; 600 - Ar; 601 - Ar; 602 - Ar; 603 - Ar; 604 - Ar; 605 - Ar; 606 - Ar; 607 - Ar; 608 - Ar; 609 - Ar; 610 - Ar; 611 - Ar; 612 - Ar; 613 - Ar; 614 - Ar; 615 - Ar; 616 - Ar; 617 - Ar; 618 - Ar; 619 - Ar; 620 - Ar; 621 - Ar; 622 - Ar; 623 - Ar; 624 - Ar; 625 - Ar; 626 - Ar; 627 - Ar; 628 - Ar; 629 - Ar; 630 - Ar; 631 - Ar; 632 - Ar; 633 - Ar; 634 - Ar; 635 - Ar; 636 - Ar; 637 - Ar; 638 - Ar; 639 - Ar; 640 - Ar; 641 - Ar; 642 - Ar; 643 - Ar; 644 - Ar; 645 - Ar; 646 - Ar; 647 - Ar; 648 - Ar; 649 - Ar; 650 - Ar; 651 - Ar; 652 - Ar; 653 - Ar; 654 - Ar; 655 - Ar; 656 - Ar; 657 - Ar; 658 - Ar; 659 - Ar; 660 - Ar; 661 - Ar; 662 - Ar; 663 - Ar; 664 - Ar; 665 - Ar; 666 - Ar; 667 - Ar; 668 - Ar; 669 - Ar; 670 - Ar; 671 - Ar; 672 - Ar; 673 - Ar; 674 - Ar; 675 - Ar; 676 - Ar; 677 - Ar; 678 - Ar; 679 - Ar; 680 - Ar; 681 - Ar; 682 - Ar; 683 - Ar; 684 - Ar; 685 - Ar; 686 - Ar; 687 - Ar; 688 - Ar; 689 - Ar; 690 - Ar; 691 - Ar; 692 - Ar; 693 - Ar; 694 - Ar; 695 - Ar; 696 - Ar; 697 - Ar; 698 - Ar; 699 - Ar; 700 - Ar; 701 - Ar; 702 - Ar; 703 - Ar; 704 - Ar; 705 - Ar; 706 - Ar; 707 - Ar; 708 - Ar; 709 - Ar; 710 - Ar; 711 - Ar; 712 - Ar; 713 - Ar; 714 - Ar; 715 - Ar; 716 - Ar; 717 - Ar; 718 - Ar; 719 - Ar; 720 - Ar; 721 - Ar; 722 - Ar; 723 - Ar; 724 - Ar; 725 - Ar; 726 - Ar; 727 - Ar; 728 - Ar; 729 - Ar; 730 - Ar; 731 - Ar; 732 - Ar; 733 - Ar; 734 - Ar; 735 - Ar; 736 - Ar; 737 - Ar; 738 - Ar; 739 - Ar; 740 - Ar; 741 - Ar; 742 - Ar; 743 - Ar; 744 - Ar; 745 - Ar; 746 - Ar; 747 - Ar; 748 - Ar; 749 - Ar; 750 - Ar; 751 - Ar; 752 - Ar; 753 - Ar; 754 - Ar; 755 - Ar; 756 - Ar; 757 - Ar; 758 - Ar; 759 - Ar; 760 - Ar; 761 - Ar; 762 - Ar; 763 - Ar; 764 - Ar; 765 - Ar; 766 - Ar; 767 - Ar; 768 - Ar; 769 - Ar; 770 - Ar; 771 - Ar; 772 - Ar; 773 - Ar; 774 - Ar; 775 - Ar; 776 - Ar; 777 - Ar; 778 - Ar; 779 - Ar; 780 - Ar; 781 - Ar; 782 - Ar; 783 - Ar; 784 - Ar; 785 - Ar; 786 - Ar; 787 - Ar; 788 - Ar; 789 - Ar; 790 - Ar; 791 - Ar; 792 - Ar; 793 - Ar; 794 - Ar; 795 - Ar; 796 - Ar; 797 - Ar; 798 - Ar; 799 - Ar; 800 - Ar; 801 - Ar; 802 - Ar; 803 - Ar; 804 - Ar; 805 - Ar; 806 - Ar; 807 - Ar; 808 - Ar; 809 - Ar; 810 - Ar; 811 - Ar; 812 - Ar; 813 - Ar; 814 - Ar; 815 - Ar; 816 - Ar; 817 - Ar; 818 - Ar; 819 - Ar; 820 - Ar; 821 - Ar; 822 - Ar; 823 - Ar; 824 - Ar; 825 - Ar; 826 - Ar; 827 - Ar; 828 - Ar; 829 - Ar; 830 - Ar; 831 - Ar; 832 - Ar; 833 - Ar; 834 - Ar; 835 - Ar; 836 - Ar; 837 - Ar; 838 - Ar; 839 - Ar; 840 - Ar; 841 - Ar; 842 - Ar; 843 - Ar; 844 - Ar; 845 - Ar; 846 - Ar; 847 - Ar; 848 - Ar; 849 - Ar; 850 - Ar; 851 - Ar; 852 - Ar; 853 - Ar; 854 - Ar; 855 - Ar; 856 - Ar; 857 - Ar; 858 - Ar; 859 - Ar; 860 - Ar; 861 - Ar; 862 - Ar; 863 - Ar; 864 - Ar; 865 - Ar; 866 - Ar; 867 - Ar; 868 - Ar; 869 - Ar; 870 - Ar; 871 - Ar; 872 - Ar; 873 - Ar; 874 - Ar; 875 - Ar; 876 - Ar; 877 - Ar; 878 - Ar; 879 - Ar; 880 - Ar; 881 - Ar; 882 - Ar; 883 - Ar; 884 - Ar; 885 - Ar; 886 - Ar; 887 - Ar; 888 - Ar; 889 - Ar; 890 - Ar; 891 - Ar; 892 - Ar; 893 - Ar; 894 - Ar; 895 - Ar; 896 - Ar; 897 - Ar; 898 - Ar; 899 - Ar; 900 - Ar; 901 - Ar; 902 - Ar; 903 - Ar; 904 - Ar; 905 - Ar; 906 - Ar; 907 - Ar; 908 - Ar; 909 - Ar; 910 - Ar; 911 - Ar; 912 - Ar; 913 - Ar; 914 - Ar; 915 - Ar; 916 - Ar; 917 - Ar; 918 - Ar; 919 - Ar; 920 - Ar; 921 - Ar; 922 - Ar; 923 - Ar; 924 - Ar; 925 - Ar; 926 - Ar; 927 - Ar; 928 - Ar; 929 - Ar; 930 - Ar; 931 - Ar; 932 - Ar; 933 - Ar; 934 - Ar; 935 - Ar; 936 - Ar; 937 - Ar; 938 - Ar; 939 - Ar; 940 - Ar; 941 - Ar; 942 - Ar; 943 - Ar; 944 - Ar; 945 - Ar; 946 - Ar; 947 - Ar; 948 - Ar; 949 - Ar; 950 - Ar; 951 - Ar; 952 - Ar; 953 - Ar; 954 - Ar; 955 - Ar; 956 - Ar; 957 - Ar; 958 - Ar; 959 - Ar; 960 - Ar; 961 - Ar; 962 - Ar; 963 - Ar; 964 - Ar; 965 - Ar; 966 - Ar; 967 - Ar; 968 - Ar; 969 - Ar; 970 - Ar; 971 - Ar; 972 - Ar; 973 - Ar; 974 - Ar; 975 - Ar; 976 - Ar; 977 - Ar; 978 - Ar; 979 - Ar; 980 - Ar; 981 - Ar; 982 - Ar; 983 - Ar; 984 - Ar; 985 - Ar; 986 - Ar; 987 - Ar; 988 - Ar; 989 - Ar; 990 - Ar; 991 - Ar; 992 - Ar; 993 - Ar; 994 - Ar; 995 - Ar; 996 - Ar; 997 - Ar; 998 - Ar; 999 - Ar; 1000 - Ar.

Desenhos de José Mouga

Continua patente ao público no **Centro de Arte Contemporânea (Casa da Cerca)** em Almada uma exposição de desenhos de **José Mouga**, pintor cuja obra tem projecção nacional e internacional, pois está representada em diversos Museus e colecções particulares de Portugal e do estrangeiro. Segundo pode ler-se no texto que apresenta



Pintura de Teresa Barbosa Antunes

a exposição, «o seu trabalho caracteriza-se por diferentes ciclos, onde paisagens, objectos, lugares e espaços registam o mundo envolvente e traduzem a irrealidade da memória».

Colectiva em Sintra e Pintura Africana na Voz do Operário

Inaugurada em 15 do corrente, está a realizar-se na **Galeria Municipal de Rio de Mouro** (Largo do Centro Comercial e Mercado Municipal) uma exposição colectiva de trabalhos de pintura. Nesta mostra, estão expostos quadros dos seguintes pintores: **Anabela Lopes Ferreira**, **Patrícia Guerreiro** e **Teresa Barbosa Antunes**. A exposição tem encerramento previsto para 7 de Dezembro.

Outra exposição de pintura que hoje destacamos é aquela que, subordinada ao tema «**Tempo é Vida, Vida é Sonho**», foi inaugurada no passado dia 12. Nela estão expostos quadros do pintor moçambicano **Zandame-la** e o público poderá visitá-la no **Espaço João Hogan da Voz do Operário** (em Lisboa).



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Mistérios

Uma vida a menos e dois anos depois dos primeiros alertas, o Ministério da Saúde decidiu encerrar o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

Setenta casos de trabalhadores com baixa devido a estranhos sintomas e dois anos depois, a ministra da Saúde considerou que se «justificava uma medida mais abrangente e cautelar».

Dois anos passados sobre as primeiras denúncias de que algo estava mal no Ricardo Jorge e quando 200 pessoas tinham já sido afectadas por desconhecida doença, eis que Maria de Belém decidiu nomear uma comissão para avaliar as condições do laboratório e propor soluções.

Trata-se do estranho caso do «pó amarelo», que a morte de uma funcionária do Instituto teve o condão de trazer esta semana para a ribalta.

Um mistério digno da atenção do país, não tanto pelo que se desconhece mas pelo que, conhecendo-se, se não entende.

Na verdade, não é no facto de não se saber que coisa é essa do «pó amarelo» que paira pelo Ricardo Jorge desde há dois anos, provocando nos trabalhadores sintomas que se repetem - «um cansaço extremo, conjuntivites e vários tipos de manifestações de doenças de pele» - que está o mistério.

O mistério reside no facto de tudo isto se passar num serviço de saúde da responsabilidade do Estado.

O mistério reside no facto de tudo isto se passar num «edifício com 24 anos, onde se lida com produtos tóxicos, e que nunca teve uma limpeza a sério», como denunciam os representantes dos trabalhadores.

O mistério reside no facto de um serviço de saúde do Estado, com as responsabilidades que tem o Instituto Ricardo Jorge, funcionar sem que sejam respeitadas as mais elementares regras de segurança: há resíduos líquidos armazenados em frascos de vidro, a que ninguém sabe dar destino; os vapores dos produtos pesados são emitidos directamente para a rua; convive-se há um quarto de século com produtos altamente tóxicos sem cuidar da sua influência em pessoas e materiais.

O mistério reside, enfim, no facto de ser tido necessário que uma pessoa morresse para que as autoridades responsáveis, a começar pela ministra da Saúde, reconhecessem «o clima de receio» que há dois anos afecta funcionários, utentes e vizinhos do Ricardo Jorge, e decidissem tomar medidas.

Salvaguardadas as devidas diferenças, há algo de muito semelhante com os casos do sangue infectado ministrado nos Hospitais civis, ou do excesso de alumínio na água no Hospital de Évora, que tanta vítimas provocaram.

O Ministério da Saúde encara hoje a hipótese de recorrer, caso seja necessário, a especialistas estrangeiros para «mais rapidamente se resolver o problema». Mas o verdadeiro problema é que o problema existe há dois anos e nada foi feito de substancial para o resolver. Talvez a administração do Ricardo Jorge, ou o Ministério da Saúde, ou a própria ministra, tenham considerado durante estes dois anos que as queixas dos trabalhadores não passavam de ronha para não trabalharem; talvez os responsáveis pela Saúde em Portugal, mais preocupados em fazer cortes nas despesas, tenham considerado durante todo este tempo que não era caso para alarme ou, fazendo humor negro, que não era motivo de morte de homem. Foi preciso morrer uma mulher para o mistério do «pó amarelo» vir à tona, trazendo com ele os outros profundos mistérios que subsistem na governação do país. O Ministério Público já determinou um inquérito à morte da funcionária. Fraco consolo para tamanha incúria.

■ Anabela Fino

Hoje à tarde Concentração no Saldanha pelas 40 horas

No âmbito da «Quinzena pelas 40 horas, Cumprir a Lei e a Contratação», a decorrer até final do mês, a União de Sindicatos de Lisboa promove hoje pelas 15.30 horas, no Saldanha, uma concentração de trabalhadores dos vários sectores sob o lema «Salários, emprego - direitos, horários». Dali, os trabalhadores desfilam para o Ministério do Emprego, na Praça de Londres.

Também esta semana, integrada na série de acções lançada pela CGTP-IN desde o passado dia 15, trabalhadores de várias empresas, que se juntaram aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Setúbal, concentraram-se em Setúbal na Praça do Quebedo desfilando em manifestação pelo centro da cidade.

Cerca de duas mil pessoas juntaram-se frente à Câmara Municipal, na Praça do Bocage, reclamando o direito ao emprego e gritando palavras de ordem. Entre os presentes sobressaíram os trabalhadores dos SM de Setúbal em protesto contra a privatização dos serviços, que gritavam «A luta continua, Mata Cáceres para a rua».

Sob uma forte chuvada, os trabalhadores prosseguiram a sua acção até ao Governo Civil, onde se concentraram novamente exigindo respostas do Governo para os trabalhadores e empresas do distrito. No local, os manifestantes aprovaram uma moção que foi entregue ao governador civil, em que a União dos Sindicatos de Setúbal saúda a luta geral dos trabalhadores de inúmeras empresas do distrito, por melhores condições de trabalho, pelo direito ao emprego e segurança no futuro.

O texto refere em particular o processo conturbado da privatização da gestão do abastecimento de água e saneamento no concelho de Setúbal que compromete seriamente os direitos e vínculos à Administração Pública dos cerca de 300 trabalhadores dos SMS.

Na acção estiveram ainda trabalhadores da Lisnave, Sodía, Quimigal, têxteis, rodoviários, corticeiros e de outros sectores

ameaçados pelo desemprego e onde existem bloqueios à contratação colectiva e ilegalidades nas relações de trabalho.

A luta pela aplicação das 40 horas continua activa no distrito, em especial no sector têxtil, onde os trabalhadores da Cosal, Carolino, C. Damas, Confelis e Riocopa, que ainda têm um horário de 41, 40 horas, passam a partir de 1 de Dezembro a cumprir o limite legal, mesmo a coberto de um pré-aviso de greve para o tem excedente, até que o patronato aplique correctamente a lei.



No distrito, é ainda motivo de protesto o aumento da repressão laboral que atinge em particular o sector corticeiro, nomeadamente a empresa Esence que pretende despedir cinco trabalhadores, incluindo

A USL convoca para hoje, no Saldanha, uma manifestação pelas 40 horas

dirigentes sindicais, por não terem aceite ir desmatar terrenos do patrão. Na Infal, dois dirigentes sindicais estão suspensos, e na Silcork estão por pagar vários meses de salários em atraso.

Hoje, no Parlamento

Projecto do PCP de apoio a crianças deficientes

A Assembleia da República aprecia hoje um projecto de lei do PCP que cria uma licença especial para assistência a menores portadores de deficiência profunda. Discutido juntamente com dois outros diplomas da autoria do PS e PSD relacionados com a protecção à maternidade e paternidade, a iniciativa legislativa da bancada comunista prevê concretamente que a mãe ou o pai trabalhadores - na impossibilidade de colocar a criança durante o seu horário de trabalho numa instituição adequada para o efeito -, possam interromper a prestação do trabalho, por um período máximo de dois anos, até que o

Centro Regional de Segurança Social da área de residência encontre colocação para a criança numa instituição vocacionada para o acompanhamento e ocupação de crianças portadoras de deficiência profunda.

Com esta iniciativa, os deputados do PCP procuram dar resposta à delicada situação em que se encontram muitas destas crianças e suas famílias, as quais, em elevado número, são confrontadas ora com a falta de instituições, ora com um encargo por vezes dificilmente comportável, ora ainda com um acompanhamento médico e medicamentoso que requer particulares cuidados.

Igualdade no acesso ao emprego

Dois outros projectos de lei da iniciativa do PCP estiveram, entretanto, em debate na Assembleia da República. Foi na sessão plenária de ontem, incidindo, num caso, em matéria de ensino, no outro, na situação dos imigrantes em Portugal. Este último garante concretamente aos cidadãos estrangeiros residentes no nosso país o acesso ao emprego em condições de igualdade. Nos objectivos da bancada comunista está o combate ao trabalho clandestino, assegurando simultaneamente condições de igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, não apenas no acesso ao emprego, como também nas remunerações, nos direitos e regalias sociais.

Quanto ao diploma relativo ao ensino, trata-se de garantir que os estabelecimentos públicos de ensino superior que tenham recusado a emissão de certificados de habilitação académica, por motivo de não pagamento das propinas, corrijam essa ilegalidade, procedendo à passagem desses documentos.

Reforma da PAC Dar o dito por não dito

A urgente convocação da Comissão da Agricultura, com a presença do Ministro da Agricultura, para discutir a Reforma da PAC, foi requerida nesta segunda-feira pelo deputado comunista Lino de Carvalho. Em causa está o esclarecimento da posição do governo português quanto à proposta da Comissão Europeia, «altamente prejudicial para a agricultura portuguesa».

No requerimento dirigido ao presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura, Lino de Carvalho, refere a notícia, divulgada pela comunicação social, de que a Espanha terá sido o único país a recusar subscrever as propostas da Comissão Europeia sobre a Reforma da PAC. Notícia que traz implícita a aceitação de tais propostas por Portugal.

O deputado comunista sublinha que esta proposta «não serve os interesses da agricultura portuguesa, não definindo políticas nem disponibilizando verbas que assegurem a defesa e promoção das chamadas produções mediterrânicas, o apoio às explorações familiares e insistindo numa política de redu-

ção de preços sem compensações adequadas que salvaguardem o rendimento dos agricultores».

Dado que a Comissão Europeia não alterou as suas propostas nos aspectos fundamentais, o ministro português teria, «contra os seus próprios discursos, aprovado uma proposta altamente prejudicial para a agricultura portuguesa». O que seria «a confirmação de que os discursos para consumo interno não têm nada a ver com os actos concretos e com as posições negociais na União Europeia».

